



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SEBRAE E EMPREENDEDORISMO:

origem e desenvolvimento

NATÁLIA MAXIMO E MELO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Roberto Grün

Agência financiadora: Capes

**São Carlos/SP
2008**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M528se

Melo, Natália Maximo e.

SEBRAE e empreendedorismo : origem e desenvolvimento / Natália Maximo e Melo. -- São Carlos : UFSCar, 2008.
139 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1. Empreendedorismo. 2. Sociologia econômica. 3. Micro e pequena empresa. 4. SEBRAE. 5. I. Título.

CDD: 306.3 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Natália Maximo e Melo

26/09/2008

Prof. Dr. Roberto Grün
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Mario Grynszpan
Fundação Getulio Vargas FGV

*À Minha família:
Eleonice(mãe), Washington (pai),
Lis, Luize, Bruno e Carlos Alberto.*

Agradeço...

A minha família pelo apoio e incentivo constantes,

Ao prof. Roberto Grün pela oportunidade de trabalho, orientação e apoio.

Aos colegas do NeseFi (Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças): Ana Paula, Ângela, Elaine, Maria Jardim, Ana Carolina, Martin, Ariele, Maria Clara, Tatiane, Marina, Marcela e Karina, pessoas com quem aprendi e compartilhei idéias preciosas.

Agradeço especialmente ao colega Antonio Pedroso, quem leu e comentou com detalhes esta dissertação e muito contribuiu para minhas reflexões.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação, Eduardo Noronha (CSO-UFSCar) e Julio César Donadone (DEP-UFSCar), e aos professores da banca de defesa, Mario Grynzspan (FGV-Rio) e Thales Haddad (UFSCar) por terem contribuído com críticas e sugestões preciosas que foram incorporadas neste trabalho.

E também a todos os professores do departamento de Ciências Sociais-UFSCar, pois contribuíram para a minha formação desde a graduação.

Não posso deixar de agradecer a todos os amigos e familiares, próximos ou distantes, com quem compartilhei momentos importantes da minha vida.

A todos, meu muitíssimo obrigado!!

Resumo

Empreendedorismo é um termo que tem estado presente no vocabulário da Economia e da Administração e também no senso comum, no entanto, pouco tem feito parte das pesquisas das ciências sociais. Esta dissertação procura mapear os principais atores sociais que contribuíram para a institucionalização do empreendedorismo no mundo. Além disso, investiga um dos principais atores na difusão e apoio ao empreendedorismo no Brasil: o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Traçando um histórico desta entidade pode-se identificar como foi introduzido este tema (e termo) nos programas do SEBRAE. Por fim, investiga-se o principal destes programas, o Empretec, o qual é coordenado pela ONU e constitui-se de um treinamento comportamental que visa transformar a conduta dos indivíduos. O empreendedorismo, assim, se apresenta não como conceito acadêmico de valor descritivo, mas sim, como um conjunto prescritivo de normas e valores que orientam e alteram a percepção dos indivíduos.

Palavras-chave: sociologia econômica, cultura econômica, empreendedorismo, SEBRAE, Empretec

Abstract

Entrepreneurship is a term that has been present in the vocabulary of the Economy and the Administration and also in the common sense; however, rarely has been part of researches in social sciences. This dissertation describes the main social actors who had contributed for the institutionalization of the entrepreneurship in the world. Moreover, it investigates one of the main actors that diffuse and support the entrepreneurship in Brazil: SEBRAE (Brazilian Service of Support to Micro and Small Companies). Describing it, we can identify how was introduced this subject (and term) in the programs of SEBRAE. Finally, the main of these programs, the Empretec, is investigated. It is co-coordinated by ONU and consists of a behavioral training which aim is to transform the behavior of individuals. Entrepreneurship seems in it not as academic concept with descriptive value, but as a prescriptive set of norms and values that guide and modify the perception of individuals.

Key-words: economic sociology, economic culture, entrepreneurship, SEBRAE, Empretec

Resumé

Entrepreneurial est un terme qui a été présent dans le vocabulaire de l'Économie et de l'Administration et aussi dans le sens commun, néanmoins, peu a fait partie dans les recherches de sciences sociales. Cette dissertation cherche à décrire les principaux acteurs sociaux qui ont contribué à l'institutionnalisation de l' Entrepreneurial dans le monde. En outre, enquête un des principaux acteurs dans la diffusion et aide à l'entrepreneurship au Brésil : SEBRAE (Service Brésilien d'Aide au Micron et Petites Sociétés). En traçant une description de cette entité c'est possible de identifier comme a été introduit ce sujet (et terme) entre les programmes de SEBRAE. Finalement, s'enquête le principal de ces programmes, l'Empretec, qui est coordonné par l'ONU et se constitue d'une entraînement comportemental laquelle vise à transformer la comportement des personnes. L' entrepreneurial se présente non comme concept académique de valeur descriptive, mais comme un groupement normatif de normes sociaux et des valeurs qui guident et modifient la perception des personnes.

Mots-clé: sociologie économique, culture économique, Entrepreneurial, SEBRAE, Empretec

Lista de abreviações e siglas

- ABASE:** Associação Brasileira dos SEBRAE Estaduais
- ABDE:** Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
- ACSP:** Associação Comercial de São Paulo
- AED:** Agência de Educação para o Desenvolvimento
- AEESP:** Associação de Empreendedores Empretec de São Paulo
- ANPAD:** Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração
- ANPEI:** Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras
- ANPROTEC:** Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
- ANPEC:** Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia
- APEX:** Agência de Promoção de Exportações do Brasil
- APL:** Arranjos Produtivos Locais
- ARENA:** Aliança Renovadora Nacional
- Assimpec :** Associação Nacional dos Sindicatos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio
- Assimpi:** Associação Nacional dos Sindicatos de Micro e Pequenas Indústrias
- Banresul:** Banco Regional do Rio Grande do Sul
- BB:** Banco do Brasil
- BID:** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNDE:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CACB:** Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
- CCE:** Característica do Comportamento Empreendedor
- CDN:** Conselho Deliberativo Nacional

CEAG: Centro de Assistência Gerencial

CEBRAE: Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

CEDIN: Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial

CEF: Caixa Econômica Federal

CEFEI: Centro Empresarial de Formação Empreendedora de Itajubá

CEGEM: Centro Goiano de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa

CESAR: Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife

CIAGE: Centro Integrado de Gestão Empreendedora

CNA: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNC: Confederação Nacional do Comércio

CNI: Confederação Nacional da Indústria

CNT: Confederação Nacional dos Transportes

CODEAMA: Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas

CONDESE: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe

COPEME: Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa

CPF: Cadastro de Pessoa Física

CRAAI: carteira de crédito agrícola e industrial

DF: Distrito Federal

DPC: Diretoria de Portos e Costas

EFEI: Escola Federal de Engenharia de Itajubá

EGEPE: Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas

ENE: Escola de Novos Empreendedores

ER : Escritório Regional

EUA: Estados Unidos da América

FAESP: Federação da Agricultura do Estado de São Paulo

FEA: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP

FECOMÉRCIO: Federação do Comércio do Estado de São Paulo

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FIPEME: Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa

FIRJAN: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FUNDEPRO: Fundo de Desenvolvimento da Produtividade

GEAMPE: Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa

GEM: General Entrepreneurship Monitor

GEPE: Grupo de Estudos de Pequenas Empresas

IAPAS: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IBAGESC: Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina

IBGE : Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico

IBMEC: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço

IDEG: Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara

IDEIS: Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo

IDERGS: Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul.

IEL: Instituto Euvaldo Lodi

INATEL: Instituto Nacional de Telecomunicações

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPS: Instituto Nacional de Previdência Social

INSS: Instituto Nacional de Serviço Social

IPAG: Instituto Paranaense de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

IPT: Instituto de Pesquisas Tecnológicas

KfW: Banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau

MBA: Máster of Business Administration

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MIC: Ministério da Indústria e Comércio

MICROGERAES: Programa de estímulo à criação de Microempresas no Estado de Minas Gerais

MIT: Massachusetts Institute of Technology

Monampe: Movimento das Micro e Pequenas Empresas

MPE : Micro e Pequena Empresa

MSI: Management Systems International

NAE/CE: Núcleo de Assistência Empresarial do Ceará

NAG/PI: Núcleo de Assistência Gerencial do Piauí

NAI: Núcleo de Assistência Industrial

NAI/PB: Núcleo de Assistência Industrial da Paraíba

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONG: Organização Não Governamental

ONU : Organização das Nações Unidas

PAE: Posto de Atendimento ao Empreendedor

Parqtec: Fundação Parque Alta Tecnologia de São Carlos

PATME: Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas

PEGN: Pequenas Empresas Grandes Negócios

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POC: Programa de Operações Conjuntas

PROGER: Programa de Geração de emprego e renda

PROGERAR: Programa de Geração de Emprego e Renda

PROMICRO: Programa Nacional de Apoio às Microempresas

PRONAEX: Programa Nacional de Apoio à Pequena e Média Empresa Exportadora

PRONAC: Programa Nacional de Serviço à Pequena e Média Empresa

PRONAGRO: Programa Nacional de Apoio à Empresa Rural

PT: Partido dos Trabalhadores

PUC-Rio: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

REUNE: Rede de Ensino Universitário em Empreendedorismo

SBA: Small Business Association

SBDE: Sociedade Brasileira Desenvolvimento Empreendedor

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas

SENAC : Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI : Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR : Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT : Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC : Serviço Social do Comércio

SESI : Serviço Social da Indústria

SEST : Serviço Social Transporte

Simpec : Sindicato das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio do Estado de São Paulo

Simpi : Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo

Sindibancos: Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo

SIPEME: Sistema de Informações Gerenciais para as Pequenas e Médias Empresas

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAT: Thematic Aperception Test

UEDCE: Unidade de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora

UF: Unidade de Federação

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

UNB: Universidade de Brasília

UNCTAD : United Nations Conference on Trade and Development

UNCTC: United Nations Centre for Transnational Corporations

UNDP: United Nations Development Programme

UNESP: Universidade do Estado de São Paulo

UNO: União Nordestina de Assistência à Pequena Organização

USAID: United States Agency for International Development

USEN: Universidade SEBRAE de Negócios

USP: Universidade de São Paulo

Lista de quadros

Quadro 1: Definições de Micro e Pequenas Empresas.....	25
Quadro 2: Instituições Membros do Conselho Nacional do SEBRAE.....	31
Quadro 3: Distribuição dos Recursos advindas da contribuição social às unidades do SEBRAE por regiões.....	36
Quadro 4: Instituições membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE-SP.....	37
Quadro 5: Comparação dos atores de difusão do empreendedorismo: EUA vs Brasil...	86-87

Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
Problema de pesquisa.....	2
Coleta de dados.....	9

PRIMEIRA PARTE:

O PAPEL DO SEBRAE PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

1. O SURGIMENTO DAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL.....	14
1.1. Definição de MPE.....	21
2. SEBRAE : ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E JURÍDICA.....	28
2.1. A Formação da “cúpula”.....	30
2.2. Formas de custeio.....	33
2.3. O SEBRAE –SP.....	37
3. A HISTÓRIA.....	39
3.1. PRIMEIRA FASE : CEBRAE.....	39
3.1.1. Criação.....	39
3.1.2. Consolidação do sistema CEBRAE.....	44
3.1.3. As formas de atuação: serviços, mídia e política.....	47
3.2. SEGUNDA FASE: de CEBRAE para SEBRAE.....	53
3.2.1. A crise do CEBRAE e a intensificação da atuação política.....	53
3.2.2. As conseqüências da sobrevivência do SEBRAE.....	59
3.2.3. Redefinições.....	63
3.2.4. A trajetória dos Programas e a atuação política.....	65

SEGUNDA PARTE :

EMPREENDEDORISMO NO SEBRAE E O CASO DO PROGRAMA EMPRETEC

4. EMPREENDEDORISMO: A TRAJETÓRIA DE UM CAMPO DE CONHECIMENTO.....	72
4.1. Significados teóricos do “empreendedorismo”.....	72
4.2. O Campo Internacional.....	80
4.3. O Campo Brasileiro.....	84
4.4. Empreendedorismo nas pesquisas acadêmicas brasileiras.....	88

4.5. Tecnologia e a legitimidade do empreendedorismo.....	93
5. A CHEGADA DO EMPREENDEDORISMO NO SEBRAE.....	95
5.1. Origem do Programa Empretec.....	95
5.2. Empretec no Brasil.....	98
5.3. Empretec no SEBRAE-SP.....	100
5.4. A organização e os instrutores.....	101
5.5. A lógica do Seminário Empretec.....	104
5.6. O conteúdo do Empreendedorismo.....	107
5.7. As disposições atribuídas ao indivíduo empreendedor.....	113
6. CONCLUSÕES.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	123
Literatura acadêmica.....	123
Documentos.....	129
Sites.....	131
ANEXO 1.....	132
ANEXO 2.....	134
ANEXO 3.....	136
ANEXO 4.....	137
ANEXO 5.....	138
ANEXO 6.....	139

Introdução

Relato brevemente, para iniciar, o conteúdo da primeira palestra que presenciei de um consultor do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), ocorrida na UFSCar no dia 26/04/2006, para uma platéia de universitários durante um evento da Engenharia de Produção da UFSCar.

O consultor contava histórias de si mesmo, seja para exemplificar, seja para preencher o tempo ou conquistar risos da platéia. Antes de introduzir a temática, argumentou que para qualquer profissão que se escolha (médico, dentista, ator, jogador, etc) não basta ser bom no que faz, é preciso gerenciar sua carreira, é preciso planejar o futuro. O planejamento da vida não pode ser delegado a outra pessoa, assim também se deve fazer com sua própria empresa.

Ele explicou que os estudos sobre empreendedorismo começaram nos EUA e foi verificado que não era ter dinheiro o que garantia o sucesso de uma empresa, portanto, não adiantava apenas conceder crédito. O sucesso também não estava no conhecimento técnico sobre a fabricação de um determinado produto. Então, a explicação encontrada para tal sucesso estava no comportamento do empresário. Pessoas bem sucedidas eram pessoas motivadas. Deste estudo, tirou-se a conclusão de que o empreendedor, aquele que tem sucesso, é movido por metas. E assim, seguiu a fazer uma lista de qualidades do empreendedor: é quem focaliza seus objetivos, faz a análise dos riscos, é quem toma as decisões, é quem planeja, é quem sabe trabalhar em equipe, busca soluções, visa qualidade e eficiência, tem autoconfiança e capacidade de persuasão para lidar com clientes, bancos, fornecedor, etc.

A lição é focalizar os objetivos, pensar o que se deseja fazer daqui a 5 ou 10 anos e fazer todo sacrifício para realizar este sonho, economizar, liderar pessoas, etc pois o líder deve ser exemplo para o funcionário e não ser um chefe autoritário.

Além disso, apresenta explicações não econômicas para a criação de um produto ou para a abertura de uma empresa. Para ele, todos os negócios e produtos existentes saciam uma necessidade humana¹. Por esta palestra o consultor era chamado pela platéia para

¹ Questionado sobre o caso da Coca Cola e do cigarro, disse que também saciam necessidades, a sede e a vontade de *status*. Levando a explicação para aspectos orgânicos ou tidos como óbvios transforma toda iniciativa econômica em algo natural e, portanto, inquestionável. O consultor tem o papel de dar resposta a tudo, não há

dar resposta a problemas do mundo, como por exemplo, as mudanças no contrato de trabalho, escolha do ponto comercial, etc. tendo até o final da palestra a platéia cheia. Após o término, uma série de estudantes foi até ele para conversar.

Como se pode notar, desde o início de sua apresentação, o consultor procurou transmitir que o empreendedorismo são princípios válidos para qualquer pessoa, de qualquer profissão, válidos em todos os países. E mesmo se supusermos que nem todos da platéia tenham concordado, ao menos não houve qualquer questionamento ou pergunta quanto a isso.

Diante deste fenômeno Como entender o conteúdo do que o consultor do SEBRAE chama de empreendedorismo?

Problema de pesquisa

Com maior ou menor ênfase, os autores da sociologia econômica apresentam a preocupação de incluir variáveis culturais na análise da economia. Por exemplo, quando se trata da questão da racionalidade instrumental dos agentes econômicos, sociólogos argumentam que aquela não é inata a eles, ao contrário, é construída e compartilhada socialmente, não fazendo sentido fora deste contexto (Marques, 2003; Smelser e Swedberg, 1994).

Segundo Powell e Dimaggio (1991), as transformações nas organizações em direção à implementação de novas técnicas organizacionais nem sempre visam o incremento da eficiência, embora muitas mudanças assim sejam justificadas. Mas sim, visam garantir a legitimidade da firma frente aos seus concorrentes, de modo que, ao invés de se diferenciar, desenvolve-se uma homogeneização (*isomorfismo*) dentro do campo de organizações.

Seja em análise micro ou macro, a sociologia econômica aponta para a importância de se compreender a estrutura cognitiva dos fatos econômicos, seja no plano consciente dos atores - as representações com as quais explicam o mundo - seja no plano inconsciente - a estrutura lógica das categorias de classificação e valoração. (Dimaggio in: Marques, 2003)

pergunta que ele não tenha uma resposta imediata, até quando é testado, ele é portador de um conjunto de valores, uma crença.

Questões quanto à legitimidade das ações e dos atores econômicos são investigados por vários autores. A acumulação de capital, a hierarquia dentro da organização e a dominação entre classes devem ser legítimas, isto é, reconhecidos por todos. Boltanski e Chiapello (2002) explicam o capitalismo como uma forma pacífica de acumulação, e para isso, deve estar sempre criando justificativas. Pessoas não aderem ao capitalismo apenas em troca de remuneração ou porque são coagidos a ele. Estes motivos não bastam para garantir a adesão das pessoas, por isso, o capitalismo adiciona valores de justiça, inclusive tomando-os de outras esferas sociais.

O presente estudo não acompanha os objetos estudados tipicamente pela sociologia econômica: os mercados e as firmas, mas sim, toma para a análise uma organização social existente unicamente no Brasil e cuja função e estrutura organizacional lhe é peculiar: o SEBRAE. Este objeto se torna do interesse da sociologia econômica ao prestarmos desta literatura a preocupação com a análise das transformações culturais do capitalismo.

Em *paper* apresentado na Anpocs, Antonia Colbari (2006) aponta uma pesquisa sobre a educação empreendedora do SEBRAE. Para ela, é a partir da década de 80 que o empreendedorismo se torna um movimento social mundial que se apresenta “ora como um revival do pequeno negócio ora como sinônimo de inovação e mudança” (p. 2). Segundo a autora, desde a década de 30, o Brasil passou por um esforço de construção social de trabalhadores adaptados a uma sociedade capitalista, disso decorreram políticas de qualificação. Porém, a partir da década de 80 e 90, há um período marcado por reestruturação produtiva. Para exemplificar, Chahad (2003) apresenta dados apontam para o crescimento do setor de serviços em 16,8% entre 95 e 2002 enquanto a indústria decresceu 13,5%. Houve também crescimento da informalidade, ou seja, o número de trabalhadores autônomos cresceu 129,6% em relação a 1995, já os assalariados sem carteira assinada aumentaram 135,8% em 2002 em relação ao mesmo ano. No mesmo período, a evolução dos trabalhadores terceirizados teve aumento de 45,5%. Já o desemprego aberto cresceu 53,9% sendo 72% de mulheres e 45,2% dos homens e 88,5% de escolaridade entre nível fundamental e médio incompleto e 72,8% entre os de nível superior completo.

Com isso, há mudanças nos sistemas de representação e normas éticas que moldavam o mundo do trabalho.

Uma nova ética social inspira as representações da empresa, a concepção de alternativas de desenvolvimento e o status do trabalho. O empreendedorismo é

apresentado ora como o que impulsiona o progresso econômico, ora como estratégia defensiva de reinserção. (Colbari, 2006, p.2)

Segundo a autora, como o espírito empreendedor tem fonte em valores sociais, não há definição precisa, associando assim uma dimensão prescritiva-normativa ao “perfil empreendedor”. É neste sentido, que Colbari entende que o empreendedorismo é um movimento que traz uma nova ética para o trabalho, pois vem mostrar qual comportamento é considerado “certo” ou, “bom”; qual é, portanto, aconselhável.

López-Ruiz (2007) fez uma pesquisa com executivos de empresas transnacionais e defende a tese de que o *ethos* dos executivos (no sentido de um conjunto de princípios e práticas de um grupo) tem se tornado o *ethos* da sociedade capitalista atual. Segundo ele, no início do século XX, os jovens desejavam ser empregados de grandes empresas, pois o *status* social estava no mercado de trabalho e não no controle individual da propriedade.

Ao traçar a trajetória das teorias econômicas, o autor identifica o surgimento do conceito de “capital humano”, metáfora² que relaciona as características humanas a propriedades capazes de gerar valor econômico. Um capital para ser investido assim como qualquer outro.

Mas, nos anos 90, com a reestruturação ficou claro aos empregados das grandes empresas que seu capital se depreciava, surge a metáfora do indivíduo enquanto empresa. Cada pessoa deve, portanto, (e isso é uma obrigação moral) aumentar suas habilidades e competências, ou seja, precisa investir em si próprio, gerir seu próprio capital. É neste contexto que a figura do empreendedor apontada por Schumpeter é retomada, como veremos mais adiante, porém, “se a iniciativa econômica era o atributo de uma minoria, hoje todos devem ter (e perseguir constantemente) esse atributo” (p.20).

Em conseqüência, as identidades vão além da dicotomia capital vs trabalho. Os executivos das transnacionais se sentem, hoje, capitalistas e não trabalhadores e se justificam com o argumento de que estão na empresa para capitalizar seu próprio “capital”. López- Ruiz

² A metáfora se constrói pela relação de um significante, no caso, o indivíduo a algum símbolo, aqui a empresa. Quando se constrói uma metáfora, atribui-se características ao significante, ele toma a posição social daquilo a que foi comparado. No caso, o indivíduo é comparado a uma empresa, portanto, recebe os atributos dela. Na antropologia inglesa, onde encontramos Mary Douglas e Vitor Turner, o processo cognitivo é explicado como um processo de construção de metáforas. Vitor Turner em *Dramas, fields and methaphors: symbolic action in humam society, de 1974* explica que a metáfora consiste de dois pensamentos de coisas diferentes atuando juntas e suportadas por uma única palavra ou frase. O significado da metáfora resulta desta relação. Douglas se aproxima da perspectiva de Turner, pois também considera o processo cognitivo construído sobre metáforas. Para explicar as instituições expõe que elas se fundamentam em analogias. Instituições operam por classificações de modo a agrupar e excluir, criar similaridades e diferenças. Atribui posições aos elementos e assim valores referentes às posições dentro de um sistema de relações.

aponta ainda que inúmeros livros atualmente e a mídia sugerem pensar os empregados como trabalhadores-investidores. Este tipo de literatura e a mídia têm importante papel na difusão do *ethos* dos executivos para a população.

De modo diferente do estudo anterior, Pedroso Neto (2001) discute, a partir de um estudo de caso feito na empresa Amway, a importância de convenções realizadas em grandes espaços públicos ou privados para a manutenção e coesão do grupo de vendedores dos produtos Amway. Estas convenções são compreendidas pelo autor como rituais onde são consagrados aqueles indivíduos que se destacaram, os quais sobem ao palco para serem aplaudidos pelo grupo.

Nestes rituais, o grupo recebe celebridades como escritores, esportistas, para darem seus relatos e explicar os motivos de seus sucessos, enfatizam “a perseverança, e persistência diante das dificuldades, o trabalho duro, a confiança em si, a confiança num líder, etc” (p.4). Além de ser um espaço de socialização, as convenções também difundem um “sistema de treinamento”(sic) que “formam um sistema simbólico que orienta a percepção, a classificação, o esquecimento e a lembrança de informações, fatos, acontecimentos e relações, e dessa forma, a auto-reprodução dos agentes do grupo”(p.87).

Nestes rituais, são apresentados como empreendedores aqueles indivíduos que se destacam. As qualidades do empreendedor, dentro da Amway, são ligadas à capacidade de trazer resultados econômicos para empresa, e também para o indivíduo.

Enfim, estas pesquisas acima relatadas apontam questões quanto moral dentro do capitalismo, as quais estão presentes na sociologia desde os autores clássicos. Durkheim (1983) já apontava um problema de *anomia*, isto é, fragilidade das normas sociais para ordenar a divisão do trabalho em um período de transformação do capitalismo pois o ambiente das trocas econômicas não é desprovido de normas morais e coerções sociais. Ao contrário, disso decorre que as relações econômicas vão se dá em meio a normas sociais previamente existentes que podem favorecer ou limitar a efetivação de qualquer tipo de contrato ou transação econômica.

É em Weber (2001) que encontramos a tese de que o *ethos* de determinados grupos propicia que os indivíduos tenham melhores desempenhos econômicos. Não é porque tenham interesse no lucro, mas porque desenvolvem um conjunto de práticas, um tipo de disciplina de conduta que os levam a resultados econômicos lucrativos. Weber verificou que certas religiões, mais que outras, apresentavam tal *ethos* adequado ao desenvolvimento do capitalismo. O espírito do capitalismo, segundo ele, transformou práticas econômicas, até então mal vistas, em práticas recomendáveis. Assim, Weber contribuiu para a compreensão de

como o capitalismo está entrelaçado a outras esferas sociais absorvendo, inclusive, valores éticos disciplinadores do processo de acumulação de capital.

Analisando a ética do capitalismo, tem-se como referência o trabalho de Boltanski e Chiapello (2002), os quais se inspiraram em Weber, entre outros, para tratar de um “novo espírito do capitalismo”. Este, não mais baseado na religião, pode ser encontrado na literatura gerencial das décadas de 1990 comparativamente a da década de 1960. Estes autores entendem o espírito do capitalismo enquanto um conjunto de crenças que dirigem e justificam a ação de pessoas e grupos. Além disso, transcende as divisões de classe, pois tais crenças são compartilhadas tanto pelos capitalistas quanto pelos trabalhadores.

Isso permite melhor compreender as pesquisas de Colbari e López- Ruiz, os quais apontam que o empreendedorismo tem se difundido pela sociedade de modo a estar presente tanto nos programas de (re)qualificação de trabalhadores de camadas mais baixas, como nas falas de executivos de grandes empresas. Também no estudo da Amway isto se verifica uma vez que a hierarquia dentro da empresa não denota que haja necessariamente conflito, pois é legítima, uma vez que todos compartilham dos mesmos valores e participam dos mesmos rituais.

Ainda segundo Boltanski e Chiapello, o espírito do capitalismo é necessário para garantir o comprometimento das pessoas com o capitalismo, tanto daqueles que dominam e devem justificar sua posição quanto daqueles que são dominados e devem encarar tal subordinação como legítima.

Assim como Pedroso Neto nos mostra a existência de rituais na empresa Amway, diversas outras empresas e organizações também desenvolvem em menor proporção seus rituais internos ou recorrem a outros mecanismos de controle e coesão que não os rituais. De uma forma ou outra, explicitamente ou não, as organizações precisam garantir a adesão voluntária de seus membros e a legitimidade de seus lucros.

Tomando como parâmetro a abordagem proposta por Colbari, temos que a educação empreendedora (e, aqui, podemos acrescentar também a palestra relatada) visa difundir uma nova ética de trabalho. A palestra relatada no início comprova isso, pois o consultor do SEBRAE expressou que em qualquer profissão escolhida os mesmos princípios valorativos são considerados válidos. Transcendendo o âmbito do trabalho e da empresa, ou seja, um *ethos* que molda a ação dos indivíduos para além da esfera econômica.

Segundo Colbari, o SEBRAE surge como centro logístico e de referencial ético para o pequeno empreendimento. Esta nova ética mencionada por Colbari e López- Ruiz se adapta à concepção comportamentalista (como veremos mais a frente) por valorizar

características individuais como a capacidade de adaptação, liderança, motivar os outros, tomar decisões, criatividade, etc.

Quando referido a estas qualidades, o termo empreendedor tem pouca capacidade de descrever uma realidade, um ator econômico ou uma ação econômica real. Ao invés disso, torna-se um qualificativo e, portanto, um instrumento de julgamento moral e de legitimação daqueles que apresentem tais características.

Para exemplificar, cito que durante consultorias coletivas e em conversa com um consultor do SEBRAE, por duas vezes, ouvi dois consultores diferentes se referirem ao “empreendedor de verdade”. Um deles citava um empresário integrante do Programa Empreender/ SEBRAE, e que se destacava dos demais, por isso, era um “empreendedor de verdade”. A noção de “empreendedor” parece ser neste grupo um consenso, então, para criar uma distinção positiva acrescenta-se o “de verdade”. Outro caso: para criticar o fato de não haver quem solucionasse um problema público, um consultor comentou que não havia “empreendedor de verdade”.

O que pretendo demonstrar aqui, é que o termo “empreendedor” não só aparece como conceito para análise acadêmica da realidade, mas sim, tão entranhado já está na mentalidade social que também pode ser entendido como uma categoria de classificação “nativa” carregada de significados valorativos e que precisa ser compreendido em cada contexto de relações sociais, o que pode vir a ser objetos de pesquisas futuras.

Voltando à discussão feita por Colbari, tem-se que os conceitos de empreendedorismo são transmitidos (e talvez mesmo produzido) por um ator tomado especificamente para esta pesquisa: o SEBRAE. Se hoje o SEBRAE desempenha esta atuação educadora de um tipo especial (educação empreendedora), e mais, de um empreendedorismo específico (comportamental porque focada sobre o indivíduo, como veremos), a pergunta que surge é: **como (e quando) se desenvolveu o empreendedorismo no interior do SEBRAE?**

Para embasar esta pesquisa, toma-se como referência teórica a noção de *instituição* de autores como Cécile Raud, Mary Douglas e Bourdieu. Todos eles consideram instituição não é somente um arranjo instrumental, de contratos formais, mas sim, uma construção social e este processo é denominado *institucionalização*.

Cécile Mattedi define instituição segundo a concepção clássica de regularidades na atividade social. Douglas considera a instituição como uma convenção social estabilizada pelos processos cognitivos da sociedade. E, por fim, Bourdieu acrescenta a perspectiva histórica.

Bourdieu (2001) argumenta que instituições costumam ser vistas como entidades abstratas como, por exemplo, o Estado, a Igreja, a Família, etc. Isto é, tendem a ser encaradas como unidades da ação histórica.

Diante disso, propõe que instituições sejam estudadas a partir da distinção entre história incorporada e história objetivada. A história objetivada é aquela que se acumulou nas coisas, documentos, postos, etc. É a história que constrói a estrutura social, suas relações de conflito e aliança. Já a história incorporada é analisada pelo conceito de *habitus*³. Portanto, é a história que se tornou disposições interiorizadas nos indivíduos e nas coletividades que a vivenciaram. São tais disposições que permitem atualizar a história nas práticas presentes.

Entretanto, estas duas dimensões da história estão imbrincadas, pois, se do lado da história incorporada, explica-se que pessoas estejam prontas para ocupar postos que estão para serem feitos. Do lado da história objetivada, tem-se que um posto só se torna atuante e atuado se encontrar quem o ache interessante para se responsabilizar por ele.

Portanto, instituições não são agentes em si, são antes um *campo*⁴ onde há lutas. Também não surgem por intenção consciente, mas porque ao longo da história pessoas adquiriram e produziram *habitus* que surgem e produzem tais instituições.

O processo de instituição, de estabelecimento, quer dizer, a objetivação e a incorporação como acumulação nas coisas e nos corpos de um conjunto de conquistas históricas, que trazem a marca das suas condições de produção e que tendem a gerar as condições de sua própria reprodução. (Bourdieu, 2001, p.100)

Aqui, pode-se pensar que aquilo que foi anteriormente denominado como ética ou *ethos*, pode ser considerado conceitualmente como o *habitus* de um grupo. Devemos considerar que este não é estático, um conjunto de disposições e de práticas, é também um processo construído historicamente.

Diante desta perspectiva teórica é que se constitui a presente dissertação. Aqui não investigaremos *habitus* individuais mas procuraremos identificar disposições adquiridas

³ Assim Bourdieu define a noção de *habitus*: “ como sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas, é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias”(Bourdieu, 2004, p.98). “o *habitus* é ao mesmo tempo, um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas” (idem, p. 158)

⁴ Todo campo é um espaço de relações sociais autônomo de outros campos em que agentes disputam poder a partir dos diferentes tipos e quantidades de capitais que possuem. Bourdieu, analisando o campo literário, assim explica; “campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida cada um dos agentes investe a força (capital) que adquiriu pelas lutas anteriores em estratégias que dependem , quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico”(idem, p. 172)

em grupo e reproduzida ao longo do tempo. E ainda a ética do empreendedorismo como normas e princípios valorativos que são transmitidos para servir como guia para a ação.

Esta dissertação se constitui de duas partes. A primeira delas tem a intenção de traçar a história objetivada, ou seja, sua estrutura corpórea, jurídica e organizacional e a história incorporada presente na atuação do SEBRAE. Também terá a finalidade de identificar quando teve entrada programas classificados pela instituição pelo termo empreendedorismo e como foram construídas as disposições dos atores a ele ligados. Perpassa esta primeira parte a discussão acerca da institucionalização de categorias cognitivas de classificação das empresas por porte assim, como a importância desta questão para o desenvolvimento do SEBRAE.

Na segunda parte, será aprofundada a questão do conteúdo do empreendedorismo difundido pelo SEBRAE. Mas também tem-se a necessidade de compreender a construção do principal programa de empreendedorismo promovido pelo SEBRAE: o Empretec. Para tanto, trata-se da história objetivada deste programa até sua introdução no SEBRAE quando a história destas duas instituições se cruzam. Também se trata das disposições incorporadas dos agentes envolvidos na difusão do empreendedorismo.

O objetivo geral desta dissertação é, a partir de um estudo do SEBRAE, contribuir por meio da análise sociológica, para o entendimento das relações sociais e culturais entre os diversos atores difusores do empreendedorismo. A literatura no qual esta pesquisa se baseia permite dar um olhar sociológico a um objeto ainda pouco abordado nas ciências sociais brasileira e abrir espaço para questionamentos para pesquisas futuras.

Coleta de dados:

A palestra do consultor do SEBRAE no ciclo de palestras da UFSCar em abril de 2006 foi o primeiro contato que tive com um evento do SEBRAE e também foi o que me instigou a questionar sobre vários aspectos do papel social do SEBRAE e a procurar saber como uma instituição chegou a desenvolver trabalhos como esse tendo tamanha proximidade com o público. Meu principal objetivo se tornou compreender como se construíram os programas de empreendedorismo dentro do SEBRAE. Isso será detalhado ao longo desta dissertação, por agora, exponho o percurso de investigação para realização desta pesquisa.

A pesquisa não teve desde o seu início um recorte preciso, a busca por literatura acadêmica sobre o SEBRAE foi frustrante devido à escassez de pesquisas produzidas, sendo as três pesquisas anteriormente citadas as principais referências sobre o tema no Brasil. Mas, por outro lado, essa dificuldade me impunha o desafio de trazer à tona ao mundo acadêmico a figura deste “ilustre desconhecido”. Sendo assim, inicialmente, procurei coletar o máximo de informações sobre esta instituição. Deixei-me guiar pelas fontes, pois elas me dariam as perguntas e os limites das respostas. O que é o SEBRAE e como surgiu foram as perguntas, obviamente, iniciais.

A fim de traçar sua história, me apresentei junto ao Escritório Regional do SEBRAE em São Carlos perguntando sobre a existência de biblioteca. Porém, esta apenas existe na sede em São Paulo. Pedi para marcar um horário com algum consultor, porém, para isso, a atendente do Escritório Regional me encaminhou a uma consultoria coletiva sobre abertura de empresa que ocorre todas as segundas feiras, em São Carlos.

Esta atividade é pré-condição para poder ser atendido individualmente por um consultor. É feito um cadastramento em que são pedidos os principais documentos e os dados são incluídos no sistema computacional. A partir disso, as pessoas recebem um código e podem ser atendidas em qualquer unidade do SEBRAE- SP. Feito isso, passei a ser considerada “cliente” do SEBRAE.

Nesta consultoria coletiva pude observar um pouco da diversidade do público e como o consultor lida com cada caso encaminhando cada empresário a outros serviços do SEBRAE, seja consultoria, cursos ou material impresso.

Após ter participado da consultoria coletiva de abertura de empresas, pude retornar em outro dia e ser prontamente atendida por uma consultora que estava disponível naquele horário. Uma entrevista exploratória foi realizada com ela, quem me expôs a forma de atuação do consultor, o papel do SEBRAE e sua estrutura organizacional. Chamou-me a atenção o fato de que tanto na consultoria coletiva quanto na entrevista, os consultores enfatizaram que o SEBRAE não é um órgão do governo, que eles não são funcionários públicos e que não emprestam dinheiro. Segundo eles, o público costuma confundir muito o papel do SEBRAE.

Quando perguntei se, então, o SEBRAE era uma empresa, a resposta não foi precisa e foi acompanhada de uma expressão de dúvida. O que ouvi foi que os consultores são empregados do SEBRAE como qualquer empregado de uma empresa. A resposta obtida deste consultor demonstra talvez uma cautela em falar sobre o assunto, o que poderia suscitar muitas outras perguntas em mim e que eles não desejariam responder. Mas é também uma

forma de identificação que os consultores pretendem passar ao público, classificam a instituição pelo que ela não é (não é pública, não empresta dinheiro). Em outra ocasião, a explicação foi que o SEBRAE se parece com o SESI, SENAI, recebe contribuição do governo, por isso, consegue prestar serviços tão baratos. Em uma sala de espera antes de uma sessão de consultoria coletiva, um empresário perguntou a outro: “Como o SEBRAE se mantém?” Resposta: “De impostos”. Esses relatos não têm capacidade explicativa, mas os menciono aqui, uma vez que expressam não ser óbvia, nem consensual como definir a estrutura organizacional e os recursos financeiros do SEBRAE, o quê também será tratado nesta dissertação.

Para realizar esta pesquisa, foram buscados, primeiramente, documentos, publicações com as quais fosse possível reconstituir a história do SEBRAE a fim de mostrar como esta instituição chegou ao que é hoje. Para conseguir publicações do SEBRAE, entrei em contato por telefone com a biblioteca do SEBRAE-SP e obtive como informação que não era permitido tirar xérox dos livros e também não permitiam a retirada dos mesmos, a consulta apenas poderia ser feita no local. Porém, fariam empréstimo de livros entre unidades do SEBRAE. Sabendo disso, me dirigi ao Escritório regional do SEBRAE em São Carlos e pedi à atendente que solicitassem os livros da biblioteca em São Paulo. Com a autorização de um funcionário supervisor, os livros foram solicitados e dentro de 2 dias estavam disponíveis em São Carlos. A princípio eu não poderia retirar os livros para levá-los para casa, mas mediante a permissão do gerente do ER pude retirar o material para tirar xérox contanto que deixasse um documento pessoal (CPF) e devolvesse os livros no mesmo dia.

Em Florianópolis, fui até a sede do SEBRAE-SC e solicitei livros diversos. Da mesma forma, os livros não poderiam ser retirados e sequer estavam presentes no prédio onde a solicitação era feita (onde se atendia o público). Os livros eram buscados no prédio ao lado que era o corpo administrativo do SEBRAE-SC. Lá encontrei a relação da legislação e um livro sobre a história do SEBRAE catarinense. Mas de modo diferente do SEBRAE-SP, eles próprios se encarregaram de tirar xérox do material que solicitei mediante pagamento antecipado e pude retornar no fim da tarde e retirar o material.

Foi solicitada junto ao gabinete da presidência do SEBRAE Nacional, mediante ofício, a relação de membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE, instância máxima da entidade. Depois de telefonemas cobrando foi-me encaminhado por email um arquivo com a relação de presidentes e diretores-presidentes do SEBRAE desde a sua criação, porém, os demais nomes dos membros que compuseram o Conselho (são 13 membros ao

todo) continuam desconhecidos. Eliana Lopes, autora de uma dissertação sobre o SEBRAE⁵, fez a solicitação dos mesmos dados em 2000 e obteve resposta negativa da secretária (aliás, a mesma secretária com quem falei por telefone). Talvez, devido às justificativas das pesquisas serem diferentes, o SEBRAE negue ou responda parcialmente às solicitações. Justifiquei o pedido demonstrando intenção de fazer um histórico da entidade, já a pesquisa de Lopes tratava da atuação política do SEBRAE quanto à aprovação do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas.

Fez parte da coleta de documentos, busca pela internet por notícias do jornal Folha de São Paulo entre os anos de 1996 a 2006, pela palavra-chave: SEBRAE. Algumas das reportagens encontradas foram utilizadas como material empírico.

Além disso, me dediquei a participar de algumas consultorias coletivas a fim de passar um tempinho dentro dos Escritórios Regionais de São Carlos e de Araraquara, as informações sobre a estrutura organizacional do SEBRAE no Estado de São Paulo foram conseguidas em conversas com consultor, empresários, com a secretária e uma funcionária de um Posto de Atendimento ao Empreendedor (PAE).

Nos próximos capítulos apresentam-se os resultados e análise desta pesquisa. Ao cabo, tem-se como objetivo mais geral discutir aspectos levantados na literatura sociológica a respeito da mudança no sistema cognitivo da sociedade brasileira quanto à noção de pequena empresa. Na impossibilidade de uma investigação entre vários atores sociais que possam ter contribuído para isso, tentaremos focar as mudanças promovidas (e também sofridas) pelo SEBRAE. Para tanto iremos traçar historicamente sua trajetória, desde sua criação, transformação em entidade do Sistema S, atividades ofertadas ao público e treinamento dos consultores, onde se encontra noções de empreendedorismo e o ideal de pequena empresa.

Para continuar em busca de compreender as mudanças cognitivas na sociedade que o SEBRAE apóia, na segunda parte realiza-se uma retrospectiva histórica e conceitual do empreendedorismo, seus significados, principais atores de difusão e, por fim, chegamos ao principal treinamento de empreendedorismo do SEBRAE: o Empretec.

⁵ Lopes, Eliana. *O SEBRAE e as relações público-privado no Brasil*. UNESP. 2001

PRIMEIRA PARTE:

O papel do SEBRAE para a institucionalização das pequenas empresas no Brasil

1. O surgimento das pequenas empresas no Brasil

Vimos na introdução que a importância do termo empreendedorismo corresponde a mudanças na configuração das empresas e do mercado de trabalho. Compreender as mudanças no substrato de atores econômicos que vão incorporar as noções de empreendedorismo se faz necessário aqui. Antes de traçar a trajetória do SEBRAE e seu programa de empreendedorismo, trataremos de um tema que precede tal discussão, que é a institucionalização das categorias de empresa por porte e atribuição valorativa dada a elas dentro do processo de desenvolvimento econômico nacional.

As teorias sociológicas trazem a importante contribuição de analisar instituições dos mercados não apenas a partir da estrutura que tomam no presente, mas, antes disso, como se consolidam a partir da ação de vários agentes.

Cécile Mattedi (2005) define *instituição* segundo a concepção clássica de regularidades na atividade social. Retomando Weber, expressa que “as visões do mundo criadas por idéias frequentemente orientam as ações humanas sobre as vias determinadas pelo dinamismo dos interesses” (p. 132). Mostra com isso que os interesses só são legitimados pelas idéias e valores existentes em um contexto social. Essa postura teórica é importante para se estudar a dimensão simbólica dos fenômenos econômicos. Na perspectiva sociológica, as instituições econômicas são também instituições sociais, que comportam além de sua estrutura organizacional, também um conjunto de idéias e valores compartilhados e não apenas ações racionais. É o entendimento desta questão que motiva e justifica a perspectiva teórica adotada ao longo desta pesquisa.

Considerando que a legislação que dá tratamento especial às micro e pequenas empresas foi iniciada apenas na década de 80 e 90, tem-se que a classificação das empresas por porte não eram usuais antes desta época. Não eram pensadas enquanto um agrupamento de empresas com alguma semelhança entre si, como é considerado hoje. Portanto, é preciso compreender o processo que resultou na formação e transformação dessas empresas como se verifica hoje em dia.

Por trás deste processo de institucionalização das pequenas empresas muitos atores sociais estiveram envolvidos como, por exemplo, governos, bancos, empresas, dentre outros. Diante deste universo de atores, tomaremos como objeto deste estudo um em

particular: o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), antecessor do atual SEBRAE, que será investigado com detalhes mais a frente.

Voltando à década de 70, a literatura acadêmica aponta que a questão da economia nacional era a transição do rural para o urbano. O grande foco das políticas nacionais estava na industrialização, na modernização da economia nacional e nas novas formas de ocupação e exploração que surgiam (Abramo e Monteiro, 1995).

Diniz e Boschi (1978) fizeram estudos focalizando o processo de transição da sociedade agro-exportadora para uma sociedade de base industrial. Comparando a década de 30 com a da fase pós-64 argumentam que, antes, a

...Produção industrial é pouco diferenciada, predominando os ramos tradicionais, com um grande número de empresas de características artesanais e padrões familísticos de gestão empresarial, enquanto no outro extremo as características são distintas, ou seja, o setor industrial caracteriza-se por uma estrutura diferenciada e especializada, empresas de grande porte e padrões mais complexos de gestão empresarial e de organização interna da empresa. (p.21)

Os autores retomam a fase anterior a 1964 a fim de compreender o surgimento de um empresariado nacional com poder político. Apontam que até a década de 30, a literatura pressupõe a irrelevância econômica da indústria no conjunto da economia brasileira, assim como também, a irrelevância política da elite empresarial na época.

Segundo Villela e Suzigan (*apud* Diniz e Boschi, 1978) “entre novembro de 1940 e março de 1941, cerca de 33% dos sócios das empresas industriais, responsáveis por 42,3% do capital realizado, eram de origem estrangeira, preponderando os italianos e os portugueses”(p.35). Estes dados demonstram o caráter pouco “nacional” da indústria brasileira no começo do século XX. Ou seja, não só o capital, mas também seus donos eram estrangeiros.

Os autores fazem considerações acerca da proliferação de pequenas empresas de modo a formar um mercado interno de trabalhadores assalariados. As pequenas empresas visavam atender à demanda do mercado consumidor da época, não havendo ainda um processo de concentração de capital em torno de grandes empresas.

Acrescentam que, não havia, no início do século, um mercado de crédito para indústrias. Apenas com a criação do CRAAI (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial) no

Banco do Brasil em 1937, o governo institui um sistema de empréstimo capaz de suprir a indústria com crédito a médio e longo prazo para a aquisição de máquinas e equipamentos. Até então, todos os empréstimos para o setor industrial deviam ser resgatados a curto prazo. (idem, p.34)

“Quanto à presença das pequenas empresas, ao contrário da tendência ao seu desaparecimento, o que se verifica é uma estabilização da proporção dessas empresas em relação ao total dos estabelecimentos industriais” (Robalinho Barros, 1973, *apud* Diniz e Boschi, p.27, 1978).

Os autores mostram que foi na década de 30, que começa a concentração de capital com a formação de grandes empresas. Entre 1930 e 1937, em São Paulo tem-se que a proporção de pequenas empresas decresceu de 18% para 11% e a porcentagem de grandes empresas aumentou de 55% para 63%. Apesar do grande número de pequenas empresas no setor industrial, “o que é importante salientar é a presença, já na década de 30, de um pequeno número de empresa de grande porte, seguramente formando uma elite (Diniz e Boschi, p.41).”

A intenção desta dissertação não é avaliar o poder explicativo destas teorias frente aos dados empíricos da época, mas apenas identificar as categorias cognitivas que construía interpretações para o mundo econômico. Ao identificar tais categorias podemos apontar quais mudanças ocorreram, não só nos fatos empíricos, mas na forma de pensar o mundo empresarial brasileiro atual.

Cardoso (1964) estudou a modernização da economia brasileira, não só no que se refere à transição de uma economia agrária para industrial, mas também às transformações internas nas indústrias brasileiras. Sobre as empresas brasileiras (e aqui vale a ressalva de que a pesquisa de Cardoso não fazia diferenciação quanto a porte das empresas), o autor comenta:

Como a propriedade das empresas se restringe, em geral, aos grupos familiares, o padrão de controle dos empreendimentos implica na intromissão dos proprietários em decisões que ultrapassam o limite natural de ingerência dos acionistas nas empresas dos países desenvolvidos (...) os proprietários das “empresas clônicas” exercem intensa atuação administrativa (Cardoso, p. 95. 1964).

Ao traçar comparação com as empresas dos países desenvolvidos, o Brasil aparece, no pensamento da época, com um padrão de empresas “tradicionais” porque ligadas a famílias, portanto, consideradas empresas “clônicas”.

Com a modernização, as empresas brasileiras passaram por um processo de racionalização da administração. O mesmo autor aponta que os gerentes dividem a administração com os familiares ou que algum dos familiares passa a ocupar a gerência. Deste modo, há uma combinação entre o tradicional e o moderno no interior de uma mesma empresa, mas ainda com predomínio do tradicional.

O trabalho de Cardoso expressa a noção que se tinha das empresas brasileiras até a década de 70. Além da explicação dada por esta teoria, também está aí uma visão de mundo a respeito do mundo econômico. Essa concepção de que no Brasil, e na América Latina, predominam empresas familiares ainda hoje está se reproduzindo na literatura internacional mais recente.

Por exemplo, Lipset (2000), a partir de comparação entre a literatura americana e a latino-americana, aponta que há diferenças entre estas duas culturas quanto ao nível organizacional e de administração das empresas. Na América latina, as pesquisas apontam para uma menor separação entre a administração e outras atividades; as normas burocráticas e competitivas são fracas e as características pessoais são mais valorizadas do que as habilidades organizacionais, e os gerentes são, freqüentemente, recrutados na base das relações familiares. O sucesso não é considerado um resultado de aplicação sistemática de esforço e criatividade, mas sim, uma combinação de sorte. Ainda segundo Lipset, Hirschman considerou que a inabilidade dos latinos em confiar e trabalhar com outros como a antítese do empreendedor efetivo.

Mas o que vale chamar atenção não é o fato de ser ou não, de fato, a administração familiar ineficiente (um mal para as empresas brasileiras!), e explicação para o subdesenvolvimento da América Latina. Estes fatos comprovam as teses sociológicas que consideram que não há racionalidade plena e que os fatos econômicos convivem com normas e valores já existentes na sociedade.

O que é interessante notar na conclusão tirada por Lipset é a convicção presente no pensamento de autores estrangeiros (mas também nacionais) de que as empresas tradicionais não eram bons modelos de empresa. Convicção esta que os trabalhos (re)produziam nas explicações acerca do desenvolvimento nacional.

Fernanda Wanderley (1999), levantando a literatura acadêmica, traça a trajetória das teorias acerca dos pequenos negócios e atividades informais. Segundo ela, os autores da década de 50 consideravam que o desenvolvimento econômico dependia de

estratégia de industrialização acelerada baseada na produção em larga escala e tecnologia moderna.

Essas estratégias de desenvolvimento, que ignoravam o potencial das pequenas empresas, tinham as grandes empresas como a base do crescimento econômico, uma vez que elas garantiam a necessária economia de escala, alta produtividade e eficiência. (Wanderley, 1999, p. 17)

Segundo Wanderley, considerava-se uma economia moderna quando era baseada na diferenciação das esferas sociais, por isso,

Todas as economias que não se adequam ao modelo da economia de mercado são, em consequência, automaticamente classificadas como atrasadas, e menos esforços sistemáticos são dedicados a compreender e explicar como e por que outros contextos institucionais permitem que diferentes organizações econômicas operem. (idem, p.18)

O período em que estes primeiros estudiosos analisaram estes fatos no Brasil a preocupação era que o processo de modernização nacional estava nas mãos das grandes empresas, nelas se encontravam as novas tecnologias e os melhores empregos. Na dependência destas grandes empresas ficavam as pequenas empresas. Consideradas como miniaturas das grandes, ou apresentariam a tendência geral de se tornarem grandes também, ou, do contrário, tenderiam ao fracasso.

Grün (1998) comenta acerca da visão que estava contida nas análises econômicas das décadas anteriores:

A PME que eles construíram em suas críticas era uma espécie de máfia dirigida por critérios de confiança mais do que de eficiência e o incomodo com o comportamento público “ostentatório” das famílias de imigrantes era traduzido para a linguagem econômica e financeira como “dissipação ao invés de reinversão dos lucros (p.154).

A modernidade exigia, portanto, uma separação entre família e empresa, o capital nacional e o estrangeiro. Além disso, há que se considerar os conflitos de classe. Nas análises da relação capital vs trabalho deixam à parte as camadas intermediárias como os pequenos empresários, principalmente comerciais. Estes não tinham lugar na explicação do

desenvolvimento econômico nacional ou eram secundários nas análises sociológicas sobre a composição da elite empresarial com poder político. Tendia-se a pensá-los em um dos pólos de análise, ou próximos à força de trabalho ou ao grande capital (Wanderley, 1999).

Ainda na década de 70, estudos foram formulados com base na noção de economia informal, a qual era definida pela facilidade de entrada em empreendimentos cujos recursos de origem são a doméstica, a propriedade é individual ou familiar, com produção em pequena escala, tecnologia adaptada, mercados competitivos e não regulados. É nesse espaço econômico (e conceitual) que se localizavam as pequenas empresas (Wanderley, 1999).

Era uma visão que vinculava setor informal e pobreza, pequenos negócios eram estratégias de sobrevivência, uma alternativa ao desemprego, situação contrária à lógica da economia capitalista que visa acumulação de capital. Para Wanderley, apesar de auto-emprego e desemprego estarem associados, essa literatura não explica porque o número de micro e pequenas empresas não diminuiu em período de expansão econômica.

As atividades econômicas de menor porte e que não se enquadram na dualidade capital vs trabalho ou empregado vs empregador não aparecem na literatura, ou aparecem no âmbito da chamada economia informal. Estas atividades eram consideradas transicionais para o mundo do trabalho assalariado, atividades temporárias realizadas por migrantes do meio rural para a cidade ou imigrantes deslocados de seus países de origem. Enfim, atividades realizadas por falta de emprego assalariado, e não por opção do indivíduo.

Vislumbrava-se que estas atividades tenderiam a acabar ou ao menos a se reduzir à medida que o Brasil intensificasse seu processo de industrialização. Nos planos de desenvolvimento do governo também não se encontram referências à diferenciação das empresas por porte pois o alvo das políticas era desenvolver a indústria nacional (Mancuso, 2002).

Na década de 70, apenas os bancos trabalhavam com a definição de porte de empresa (pequena, média e grande, não existindo micro empresas). Porém, estas definições não eram padronizadas e serviam aos propósitos de delimitar o mercado de crédito às empresas, não havendo legislação estatal para regular e definir quais seriam estas empresas.

É nesta década que surge o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), primeira entidade governamental de apoio às pequenas e médias empresas cuja função era, fundamentalmente, de orientação ao crédito.

A partir da década de 80, há um processo de reestruturação das grandes indústrias nacionais. Período este, em que as grandes empresas nacionais sofrem com a

reestruturação produtiva e um contingente de trabalhadores fica à margem do mercado de trabalho. É nesta década que as pequenas empresas e novas categorias de atividade, além da indústria, como o comércio e os serviços, passam a “entrar na pauta”, além dos bancos. Por exemplo, na segunda parte desta dissertação, veremos o surgimento de diversas disciplinas acadêmicas voltadas a este segmento a partir da década de 80, além disso, a temática das pequenas empresas aparece na mídia, entre eles o SEBRAE e outros consultores que se especializam em aconselhar este público empresarial.

Wanderley aponta que, a partir deste período de reestruturação produtiva há uma mudança nos estudos da informalidade, esta não mais é considerada transitória, mas há um problema crescente - na melhor das hipóteses, constante - no mercado de trabalho brasileiro. Mas também na literatura econômica aparece a percepção de economia informal como aquela que guarda grandes capacidades competitivas, de alocação de mão-de-obra, que apresenta, portanto, vantagens em comparação ao mercado de trabalho rigidamente regulado pelo Estado (Portes, 1996; Noronha, 2003)

Dentro do processo de redemocratização da década de 80, há a ênfase na geração de renda por outros meios, que não o trabalho assalariado, e o crescimento econômico não somente vinculado à industrialização. Os setores do comércio e serviço ganham relevância e com eles uma diversidade de arranjos empresariais (Cassiolato, Lastres, 2003). Para citar alguns, APLs, cooperativas, centrais de negócios, incubadoras de base tecnológica, franquias. São formas organizacionais em que empresas de pequeno porte são comumente encontradas, sejam como extensão de grandes empresas (por exemplo, as franquias) ou vinculadas a outras organizações (como universidades no caso de incubadores de base tecnológica), também formam arranjos autônomos (as cooperativas e as centrais de negócio), ou ainda, sendo uma organização independente como, as “tradicionalistas”, e que nunca deixam de existir, empresas familiares ou sem empregados.

Segundo o IBGE, foi na década de 80, quando houve a redução do ritmo do crescimento da economia e elevação no nível de desemprego, que os pequenos negócios passaram a ser uma alternativa de ocupação de mão-de-obra. Surgiram, então, as primeiras iniciativas de incentivo da abertura de micro e pequena empresa. São elas:

- Primeiro estatuto da microempresa (lei nº 7256 de 27 de novembro de 1984),
- Inclusão das MPEs na constituição Federal de 1988,

- Lei nº 9317 que instituiu o Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) em 1996,
- Lei nº. 9841 que instituiu o segundo estatuto das microempresas e empresas de pequeno porte de 1999,
- Estabelecimento do Fórum Permanente da MPEs (2000)

Também marcaram a trajetória da instituição das MPEs os avanços no sistema de representação política deste segmento como, por exemplo, o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí), este foi o primeiro a ser criado em 1988; o Sindicato das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio do Estado de São Paulo (Simpec), Associação Nacional dos Sindicatos de Micro e Pequenas Indústrias (Assimpi) e Associação Nacional dos Sindicatos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comércio (Assimpec).

Essas entidades fazem parte do Fórum permanente e promovem seminários e congressos periódicos, buscam parcerias e integração com as instâncias dos governos municipal, estadual e federal.

1.1. Definição de MPE

Frederico Robalinho⁶ publica em 1978 um livro intitulado *Pequena e Média empresa e política econômica: um desafio à mudança*, juntamente com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas), um diagnóstico das pequenas e médias empresas no Brasil. Ele era na época diretor do CEBRAE. Na apresentação do Livro de Frederico Robalinho de 1978, Ruy Barreto (empresário, vindo de família proprietária de cafezais do Rio de Janeiro) apresenta a seguinte defesa da pequena empresa: “as pequenas e média empresa constitui a única e natural resposta de um anseio tão longínquo quanto à história da civilização e tão espontâneo quanto a própria natureza do ser humano: ela corresponde ao direito inalienável do homem de ter algo que seja seu, algo porque trabalhar, por que lutar, porque defender, algo, enfim, que ele possa fazer frutificar e transmitir a seus filhos e à posteridade. Isso se chama propriedade privada”(p.18).

⁶ Hoje é consultor e presidente da empresa Robalinho e Consultores Associados.

Ruy Barreto defende a propriedade privada e demonstra sua oposição a políticas existentes em outros países de desconcentração da grande empresa, pois a estatização é um retrocesso uma vez que não é possível planejar e regulamentar a “criatividade e imaginação do ser humano”. Para ele, a democracia se alcança com acesso à pequena propriedade onde o Homem tenha iniciativa própria de produzir e comercializar. Há uma grande ênfase no Homem e na iniciativa do indivíduo, mas nada é tratado ao longo do livro sobre qual deve ser o comportamento do empresário. E, ao fim, escreve: “a pequena e média empresa representam, em suma, a pequena economia, a pequena economia representa a classe média e a classe média representa a estabilidade econômica, a justiça social e a segurança política. Representa, assim, a Democracia”(p.19).

O autor apresenta neste livro a preocupação de valorizar e ampliar a classe de pequenos empresários. Sobre eles recairiam preconceitos, por exemplo, o empresário não consegue obter capital pois nas avaliações dos bancos a capacidade empresarial do indivíduo é “confundida com a tradição no setor industrial, ou a posição social em que se situa o indivíduo, ou simplesmente com o fato de o mesmo possuir bens materiais de raízes, o que o credencia perante as fontes de recursos”(p.29). O tom do livro é marcado por uma preocupação com a democratização do capital e da valorização do homem enquanto centro de todo o progresso industrial.

Robalinho Barros, apresenta uma discussão a respeito da definição de Pequena empresa da década de 70, quando ainda não havia legislação quanto a esta definição. O autor aponta que há dificuldades em estabelecer critério único de definição porque o que é considerado pequeno ou médio em um país ou região pode ser considerado grande em outro. Toda e qualquer definição é, portanto, relativa.

Segundo ele, as variáveis mais comumente consideradas, são: o emprego e o investimento. Alguns estudos internacionais relatados pelo autor utilizam ainda o volume de vendas e o consumo de energia, no entanto, estes critérios são desfavoráveis pois variam muito segundo cada atividade manufatureira. Também se encontram descrições acerca das características dessas empresas: contato pessoal entre o dono e os trabalhadores, entre os clientes e os produtores e a falta de acesso ao capital, integração na comunidade local de modo que trabalhadores, dirigentes, mercado e matéria-prima estão situados na localidade.

No Brasil da década de 70, as variáveis mais usadas para definição eram: a) investimento (ativo fixo); b) número de pessoas empregadas; c) faturamento, sendo que os critérios adotados nem sempre são uniformes nas diversas instituições financeiras do país. A diversidade de conceituações varia de acordo com o objetivo e com os instrumentos de ação

da instituição responsável pelos programas de apoio. Esta falta de homogeneização de definição dificulta a elaboração de programas de maior amplitude (Robalinho, 1978).

A primeira definição mais ampla foi a do FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa):

1. Ativo fixo + investimento total menor ou igual a 500.000 ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

2. Não pertencer a grupo econômico de patrimônio líquido maior a 1000.000 ORTNs.

3. A atividade principal atende a requisitos e prioridade setorial conforme enquadramento interno do BNDE (Resolução n. 05/75, art.II e resolução n.06/75 do BNDE). Fora desses critérios, então, é considerado grande empresa.

Em 1970, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) realiza estudo e estabelece a seguinte definição:

- * Pequena empresa = até 99 empregados,
- * Média empresa = de 100 a 499 empregados, e
- * Grande empresa = a partir de 500 empregados.

Em 1972, Federação de Indústrias de Minas Gerais (FIEMGE) definia:

- * Pequena empresa: possui até 49 empregados e custos de salário e de materiais, somados, tendem a exceder 60% do valor de sua produção.
- * Média empresa: possui de 50 a 499 empregados e custos de salário e materiais na faixa de 53% a 60% do valor da produção.
- * Grande empresa: possui mais de 500 empregados e custos de salário e materiais menores que 53% do valor da produção.

O IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), em 1973, apresentava a mesma definição da FIESP. Segundo Robalinho, o CEBRAE não fixava parâmetros de definição mas levava em conta as características funcionais da empresa:

- * “Pequena especialização na administração, isto é, praticamente a administração de um só homem, do empresário-gerente,
- * Relacionamento pessoal do administrador com empregados, consumidores e fornecedores.
- * Desvantagens na obtenção de capital e crédito. A pequena ou média empresa não pode, normalmente, obter recursos no mercado de capitais e encontra, muitas vezes, dificuldades em conseguir empréstimos bancários e créditos de fornecedores,

- * Grande número de unidades empresariais, tornado impraticável a adoção de técnicas uniformes de assistência e consultoria, sendo necessário o exame setorial e/ou regional para o estabelecimento de programas específicos de assistência” (p.54)

Os critérios para definir porte de empresas, ainda hoje, são variáveis tanto por parte da legislação específica quanto por instituições financeiras e órgãos representativos do setor. Ora baseiam-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas e, às vezes, em ambos. Isso se deve ao fato de que a finalidade e os objetivos das entidades responsáveis são distintos (regulamentação, crédito, estudos, etc).

O critério de classificação das MPEs por número de pessoas ocupadas não leva em conta as diferenças entre atividades com processos produtivos distintos, por exemplo, uso de tecnologia de informação (internet, e-commerce, etc) e, ou, grau de qualificação da mão de obra. Há casos, por exemplo, de empresas com pequena quantidade de mão de obra mas com um grande volume de negócios. Os casos mais comuns seriam o comércio atacadista, atividades de informática ou serviços profissionais como contabilidade, consultoria ou atividade jurídica.

Veja o quadro contendo as principais definições para as MPEs e seus respectivos critérios de classificação.

Quadro 1: Definições de Micro e Pequenas Empresas

Porte	Faturamento			Número de empregados		IBGE
	Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei 9841/1999)	Lei Compl. nº 123, dez/ 2006	BNDES para indústrias (receita operacional bruta anual)	SEBRAE 7		
				Indústria	Comércio/Serviço	
Micro	Até R\$ 244.000,00	Até R\$240 mil	Até R\$ 1,2 milhão	Até 19	Até 9	Até 5
Pequena	De R\$244mil a R\$ 1,2 milhões	De R\$240 mil a R\$2,4 milhões	De R\$ 1,2 milhão a R\$ 10,5 milhões	De 20 a 99	De 10 a 49	De 6 a 19
Média	X	X	De R\$ 10,5 milhões a R\$ 60 milhões	De 100 a 499	De 50 a 99	De 20 ou mais
Grande	X	X	Superior a R\$ 60 milhões	> = 500	>= 100	

Tabela elaborada pela autora a partir das leis citadas encontradas no site do Planalto (<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis>) e dados do site do BNDES (<http://www.bndes.gov.br/clientes/porte/porte.asp>), Boletim Estatístico do IBGE e site do SEBRAE (http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/bia-97-criterios-para-classificacao-do-porte-de-empresas/BIA_97/integra_bia)

As PMEs, antes vistas indistintamente como “tradicionais”, referentes à “padaria do português” ou à “loja do turco”, empresas que eram passadas de pai para filho, formas de sobrevivência que tendiam a serem extintas pelo grande capital, hoje, são repensadas e, em muitos casos, consideradas um nicho econômico com potencialidade de modernização, e meio para o desenvolvimento do país.

Até aqui, podemos perceber que, ao longo das décadas, houve etapas de transformação no pensamento social a respeito das pequenas empresas:

1. Primeiramente, inexistentes na cognição social, a qual se atinha a questões relativas à industrialização e à relação capital vs trabalho.
2. Depois, ligada à noção de economia informal, atividades típicas da transição de uma sociedade rural para moderna, pequenas empresas eram vistas negativamente como tradicionais e tenderiam a desaparecer frente ao grande capital.
3. Por fim, ao longo dos anos 80 e o período de reestruturação das empresas, a literatura acadêmica e também outros atores se ativeram a estudar e promover formas organizacionais de pequeno porte.

7 No Boletim de Desempenho Exportador das MPes Industriais Brasileiras, realizados pela Funcex para o Sebrae, o critério para definir MPes difere combinando o numero de pessoas ocupadas com o volume de exportações das empresas.

Neste processo, as questões nacionais mudaram, os atores em disputa também se alteraram e, assim, o entendimento que se tinha sobre as MPEs também se alterou. Por esta razão, aponta-se a necessidade de mapear (futuramente) os interesses políticos dos atores do jogo das classificações de empresas⁸.

Até aqui, verifica-se, então, uma institucionalização das categorias de empresa por porte. Para melhor compreender este processo, tem-se como referência o conceito de instituição de Mary Douglas (1998). Segundo a autora, uma instituição não é um arranjo instrumental, é, no mínimo, uma convenção, ou seja, uma regra que assegure a coordenação. A instituição se estabiliza quando há naturalização das classificações.

Ao longo deste percurso histórico que vem ressignificando e estabilizando as categorias de empresa por porte, vários atores estiveram envolvidos, entre eles, acadêmicos, consultores, mídia, governo, etc. Um desses atores, que veio a ter grande visibilidade com assuntos relativos às pequenas empresas é o (C)SEBRAE. Sua história acompanhou o processo de institucionalização das pequenas empresas, por isso, o objetivo do próximo capítulo é mostrar, a partir do histórico deste ator específico, como foi possível o processo de institucionalização das pequenas empresas no seu interior.

Nos capítulos a seguir será apresentada uma descrição histórica dos CEBRAE e SEBRAE. A principal fonte de informação foi o livro “SEBRAE. 30 anos parceiro dos brasileiros”, no qual o autor, Humberto Mancuso, funcionário do próprio SEBRAE, fez inúmeras entrevistas com os presidentes, diretores presidentes e alguns funcionários da instituição e apresenta inúmeros relatos.

Apesar de ser um livro institucional, que expõe a história oficial do SEBRAE, estes relatos trazem informações importantes obtidas pelo autor diretamente dos indivíduos que estiveram na cúpula dos CEBRAE e SEBRAE. Além disso, o acesso a todas estas pessoas, a quem o autor teve por ser membro da instituição, dificilmente seria possível em

⁸ Isto porque além de constatar as alterações ocorridas, ainda se faz necessário explicá-las em função dos jogos de poder, ou seja, quem define quais critérios e das características sociais que moldam os interesses dos atores em disputa. Estes aspectos não foram possíveis de serem identificados em uma pesquisa histórica como a que foi aqui desenvolvida uma vez que estes atores (instituições e indivíduos) são esparsos e alguns sequer existem mais.

uma pesquisa acadêmica. Estes relatos, que inicialmente seriam uma forma de apologia ao SEBRAE, podem ser perfeitamente submetidos a uma análise sociológica, o que tentarei apresentar a seguir.

Outras fontes de dados utilizadas aqui são a dissertação de Eliana Lopes, os estatutos, a legislação, site do SEBRAE, assim como, conversas informais com funcionário e consultores do Escritório Regional de São Carlos e Araraquara.

2. SEBRAE: Estrutura organizacional e jurídica

Neste capítulo, serão apresentadas as principais características da estrutura organizacional do SEBRAE desde a sua criação. É necessário conhecer a história objetivada, ou seja, como se dão os vínculos formais da estrutura organizacional e como ela tomou o formato que tem hoje a fim de melhor compreender posteriormente a atuação do SEBRAE.

A estrutura organizacional do SEBRAE se constitui em um sistema composto por uma unidade central, o SEBRAE Nacional, e unidades localizadas nas capitais das 27 unidades federativas. Mas sua origem está na década de 70 com o CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas).

De 1972 a 1990, o CEBRAE se constituía em estrutura da administração pública. O CEBRAE foi vinculado ao Ministério do Planejamento de 1972 a 1984, neste ano, passa à administração do Ministério da Indústria e Comércio e assim permaneceu até 1990.

Sabendo que nesta época as PMEs eram consideradas secundárias em relação às grandes indústrias, não podemos esperar que uma entidade que atuasse em prol delas fosse uma entidade de prestígio e mesmo de poder.

Lopes mostra que o antigo CEBRAE teve 6 estatutos. Veremos mais adiante que as mudanças de estatutos estão relacionados à mudanças nas políticas do governo. O primeiro estatuto data do ano de sua criação (1972), porém, já em 1975 foi estabelecido o segundo estatuto e no ano seguinte (1976), o terceiro estatuto. Neste, o nome foi mudado para Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, porém, a sigla foi mantida. Além disso, recebeu o IPEA como membro do Conselho Deliberativo. Ficou estipulado que cabia ao IPEA a presidência do Conselho Deliberativo e ao BNDE a presidência das diretorias.

Em 1979 foi instituído o quarto estatuto do CEBRAE e ficou estabelecido que o secretário do Ministério Público é quem passaria a presidir o Conselho Deliberativo e nomear o diretor-presidente do CEBRAE. Com isso, a atuação do CEBRAE se alterou devido a tal aproximação com o Ministério.

O quinto estatuto do CEBRAE, de 1984, acrescentou as micro e pequenas empresas em seu campo de atuação e estabelece que o CEBRAE executaria as diretrizes do COPEME e assessoraria o Ministério. Também há alteração na composição do Conselho Deliberativo que passou a abarcar: MIC, SEPLAN, BNDES, IPEA, ABDE, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Brasil (BB), Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho Governamental da Indústria e do Comércio (CONSIC). Para gerir o CEBRAE é criado o Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa. (COPEME).

Em 1984, discutia-se a desvinculação do CEBRAE do Ministério do Planejamento, inclusive havia a possibilidade de se tornar uma Fundação. No entanto, o que ocorreu é que o CEBRAE foi transferido com a mesma estrutura organizacional para o Ministério da Indústria e Comércio, sendo o presidente do Conselho Deliberativo o secretário geral deste ministério.

O sexto estatuto, de 1987, manteve praticamente inalterado o estatuto anterior mas incluiu entre os membros a ABACE, a associação dos funcionários do CEBRAE⁹.

Enquanto a entidade esteve vinculada ao Estado, operou principalmente programas de crédito orientado (concessão de crédito e assistência gerencial por meio de consultoria) oferecidos pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e Bancos de Desenvolvimento Regionais.

De 1972 a 1975, o CEBRAE atuou por meio de outras entidades situadas nos estados da federação que se credenciavam para operar os programas de crédito orientado sob supervisão do CEBRAE. Em 1976, por recomendação do governo federal, o CEBRAE é unificado em sistema, ou seja, várias das entidades antes credenciadas foram incorporadas à estrutura organizacional do CEBRAE. Com isso, este passou a operar programas de crédito orientado em nível nacional.

Várias das antigas entidades associadas ao antigo CEBRAE se transformaram em CEAGs, que por sua vez, vieram a ser os SEBRAEs estaduais atuais¹⁰ em 1990.

A estrutura de atuação do CEBRAE apenas foi modificada em 1990 quando o CEBRAE foi transformado em serviço social autônomo, entidade de mesmo caráter que as já existentes SESI, SENAI, SENAC, etc. Ou seja, passou a fazer parte do chamado Sistema S e recebeu a denominação de SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

⁹ As mudanças estatutárias assim como as mudanças de cargos são indícios de mudanças nas relações políticas entre o governo e o CEBRAE. As sucessivas inclusões de novas entidades no Conselho Deliberativo vão alterando a distribuição de forças nesta instância. Se fosse possível analisar o CD enquanto campo de disputas ao longo do tempo compreenderíamos melhor as mudanças de atuação em razão dos interesses em disputas que resultou nestes estatutos. Porém, nada é possível de ser afirmado por ora, uma vez que sequer estes estatutos do antigo CEBRAE foram encontrados no SEBRAE- SP.

¹⁰ Nos estados onde existiam CEAGs (Centros de Assistência Gerencial) isto se passou, porém, em estados como o Pará e Pernambuco os então Núcleos de Assistência Industrial resistiram à mudança. Os motivos se deviam às incertezas da nova estrutura do SEBRAE, pois este herdou do CEBRAE o passivo trabalhista e outras dívidas, mas havia também motivos ligados a resistências dos governos estaduais em aceitar a intromissão do governo federal.

A partir de 1990, as unidades operacionais dos SEBRAEs estaduais são dotadas de personalidade jurídica própria e correspondem a mesma estrutura organizacional do SEBRAE Nacional¹¹. No entanto, em cada estado, há certa autonomia organizacional e de atuação, de acordo com as recomendações dos governos estaduais e municipais, assim como há possibilidade de efetuar parcerias com entidades de classe locais, universidades, prefeitura, institutos de pesquisa, escolas técnicas, etc.

2.1. A Formação da “cúpula”

O Conselho Deliberativo Nacional (CDN) do SEBRAE é composto por 13 membros representando, na maioria, confederações patronais. Em uma publicação do SEBRAE (“O que é o SEBRAE?”) o Conselho Deliberativo é apresentado da seguinte forma:

O CDN é composto de treze membros – oito representantes da iniciativa privada e cinco do governo. O SEBRAE, portanto, é o resultado de uma parceria entre os setores privado e público. O setor privado é representado por todas as confederações empresariais, e o público, por todas as instituições financeiras oficiais e pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. É, no país, o Fórum Nacional mais amplo de debate entre governo e iniciativa privada, em defesa de uma causa comum: o estímulo e o fortalecimento das micro e das pequenas empresas. (SEBRAE)

A seguir a relação de entidades que compõem o atual CDN:

¹¹ Veja em anexo 3 a estrutura do SEBRAE.

Quadro 2: Instituições Membros do Conselho Nacional do SEBRAE

- I - a Associação Brasileira dos SEBRAE Estaduais – ABASE;
- II – a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras – ANPEI;
- III – a Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas – ANPROTEC;
- IV – a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil – CACB;
- V – a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- VI – a Confederação Nacional do Comércio – CNC;
- VII – a Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- VIII – a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento– ABDE;
- IX – o Banco do Brasil S/A;
- X – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- XI – a Caixa Econômica Federal – CEF;
- XII – a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; e
- XIII – a União, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Pelo estatuto do SEBRAE (2003), estas entidades não são obrigadas a contribuir com prestações periódicas para o custeio das atividades do SEBRAE e não são titulares de quota do seu patrimônio. Os conselheiros são indicados pelas entidades acima, não são remunerados pelo SEBRAE e cumprem mandato de 2 anos o qual pode ser reconduzido.

Os conselheiros elegem o presidente do Conselho Deliberativo e também os membros do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva. Esta é composta por um diretor-presidente e dois outros diretores. Os membros do Conselho Fiscal, segundo o estatuto, não podem ser remunerados, mas quanto aos diretores, nada é exposto. Sabe-se por meio de notícia de jornal Folha de São Paulo de 20/12/1998 que os diretores têm salário de R\$ 17 mil. Já em 22/08/2004 durante escândalos que expuseram Paulo Okamoto, diretor presidente do SEBRAE, como responsável do pagamento de dívidas de campanha do presidente Lula, é anunciado que seu salário no SEBRAE é de R\$24.263,80.

Os diretores têm mandato de 2 anos com possibilidade de recondução. É de responsabilidade dos diretores executar o orçamento, diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo. Ao diretor-presidente cabe também indicar os representantes do SEBRAE em outras entidades ou órgãos nacionais e internacionais e prover as funções de

confiança previstas no estatuto do SEBRAE. Os demais diretores podem indicar ao diretor-presidente pessoas para cargos de confiança dentro das unidades que supervisionam.

Embora o presidente do CDN seja eleito, as candidaturas podem resultar de negociações entre as confederações e governo. Segundo Lopes (2001), na passagem de CEBRAE para SEBRAE foi feito um acordo informal com o governo para que a presidência do SEBRAE sempre fosse atribuída às confederações patronais. Já quanto ao diretor-presidente, em vários momentos tanto no governo FHC quanto Lula, os jornais apontam que houve negociação em torno deste cargo.

Temos a seguir um relato de Antônio Fábio (presidente do CDN) sobre como se procede para a indicação e eleição da diretoria. Para a formação da primeira diretoria do SEBRAE, após sua transformação em Sistema S:

Para presidente, o Dr. Artur Donato, dirigente da FIRJAN, apresentou—nos o nome do Dr. Brito. Levamos à apreciação dos companheiros e de várias lideranças e organizações. Apreciamos o seu currículo e o chamamos para uma entrevista pessoal. Várias outras indicações, vindas de São Paulo, do Ministério da Fazenda, confirmaram nossa opção. No processo de transformação do SEBRAE, vinha trabalhando, nessa área legal e administrativa, o Dr. Fernando Giuberti Nogueira. Era indicado pelo Ministério da Fazenda. Inicialmente, para ser o liquidante do CEBRAE com “C”. Aproveitamos a sua experiência e o trouxemos como indicado do governo, e não tivemos nenhuma contra-indicação para fazê-lo diretor administrativo e financeiro (Mancuso, p.101).¹²

A partir de 1994, vê-se nos jornais que a cada 2 anos, quando ocorre eleição do presidente do Conselho Deliberativo e quando são escolhidos os diretores, há conflitos internos e conflitos entre o SEBRAE e o governo uma vez que estes cargos são negociados com o governo.

Encontram-se relatos no jornal Folha de São Paulo 16/12/2002 a respeito dos cargos dos diretores serem negociados no governo federal. A reportagem citada comenta:

Apesar de ser uma entidade privada, o SEBRAE é e sempre foi fortemente controlado pelos governos em exercício. Dos 13 votos para a eleição da diretoria, 5 são definidos

¹² Aqui existe uma prática, que será repetida posteriormente, de indicar para tomar cargo no CEBRAE (e também SEBRAE) alguém que era-lhe contrário inicialmente. Ao assumir um cargo dentro da entidade é cooptado a trabalhar por ela.

Por exemplo, é o caso de Antonio Guarino de Souza que, em 1982 fundou a FLUPEME (associação Fluminense de pequenas e médias empresas). A Flupeme entra em embate com o governo federal pois, segundo Guarino, “o governo federal estava fechando as portas para a pequena empresa”. Então, José Hugo, então ministro do MIC chama Guarino para conversar sobre o cargo de presidente do CEBRAE, nas palavras de Guarino: “eu te chamei aqui para ver se você pára de jogar pedra e vai ser telhado. Quero que você seja o presidente do CEBRAE” (p.84). Porém, Guarino fica apenas 10 meses no cargo por ter se desgastado ao criticar a política de juros do Plano Cruzado. Guarino foi o único pequeno empresário na presidência do CEBRAE.

por órgãos federais: Ministério do Desenvolvimento, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e FINEP.

Outro caso foi na transição do governo FHC para o Lula, Fernando Henrique indicou seu secretário-executivo da casa Civil, Silvano Gianni, para diretor presidente. Já o Partido dos Trabalhadores, indicou Paulo Okamoto como diretor executivo. A data da eleição do Conselho Deliberativo também sofre influências das decisões políticas, o governo federal pode pedir para que seja adiada.

2.2. Formas de custeio

Desde 1990, não mais vinculado à administração pública, a lei nº.8.029 de 12/abril/1990 estabeleceu o desvinculamento da administração pública e o transforma em serviço social autônomo. Já o decreto nº. 99.370 de 09/outubro/1990 define qual seu objetivo, forma de custeio e composição do Conselho Deliberativo e Diretorias.

Os recursos do SEBRAE advêm de uma alíquota de 0,3% sobre o total das remunerações pagas pelas empresas contribuintes do SESI/ SENAI e SESC/ SENAC aos seus empregados. Ao que se refere à distribuição dos recursos, fica estipulado que: 45% se destinam ao custeio de despesas dos estados e DF sendo metade proporcional ao ICMS e o restante proporcional ao número de habitantes, 45% se destinam às políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo, 5% às despesas de custeio do SEBRAE Nacional, e 5% às despesas de custeio dos SEBRAEs estaduais.

Para os primeiros anos de formação do SEBRAE, a medida provisória nº 241 de 09 / outubro/ 1990 estabelece um adicional de recursos para a manutenção do SEBRAE. Além das contribuições sociais do sistema S fica estabelecido o recolhimento de mais 0,1% em 1991, 0,2% em 1992 e 0,3% em 1993 das contribuições sociais. Depois, esta alíquota foi fixada, assim permanecendo até hoje¹³.

¹³ Interessante notar que na cúpula do SEBRAE estão as grandes confederações patronais, enquanto que as demais entidades do Sistema S são formadas por representantes de uma mesma categoria, por exemplo, na cúpula do SENAI está a CNI e as federações da indústria dos estados. As entidades do Sistema S servem para o empresariado atuar na sociedade civil. O SEBRAE é o mais politizado de todas, pois sua cúpula é formada apenas pelas entidades que são cúpula também nas demais entidades do Sistema S. No SEBRAE todos se encontram e têm no tema das MPes um assunto que as unifica perante as disputas políticas no Congresso.

No Estatuto do SEBRAE ficam especificadas as atribuições de cada instância. Veja a seguir trecho deste documento constando a definição dos objetivos da instituição:

Art. 5º - O SEBRAE tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento (Estatuto ano 2003, disponível no site do SEBRAE, acessado em 09/2006).

Embora a lei defina a fonte dos recursos financeiros, o percentual a ser repassado e a forma da instituição alocar este recurso, não há referência a qualquer outra fonte de arrecadação possível. No estatuto, entretanto, encontra-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único – O SEBRAE poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços intrinsecamente ligados aos seus objetivos, desde que os resultados auferidos sejam aplicados na manutenção das atividades previstas neste Estatuto (idem).

Em decreto de 1992, fica estabelecido que cabia ao ministro da Indústria, comércio e turismo aprovar o orçamento do SEBRAE. Para regulamentar a arrecadação, o senador relator da matéria exigiu que, para ser aprovada, fossem incluídos três representantes de entidades representativas de microempresas. O acordo foi feito, no entanto, estes 3 representantes nunca foram incluídos.

Porém, o SEBRAE (assim como as outras entidades do Sistema S) tem outras fontes de recurso. No seu estatuto, relaciona como fontes: subvenções e auxílios financeiros, o produto de prestação de serviços, a aplicação dos seus bens patrimoniais e financeiros e doações recebidas e outras rendas de origem diversa. Os recursos advindos da arrecadação do INSS são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União mas não há informação quanto aos originados por prestação de serviço.

No que se refere à combinação de administração pública e privada, assim como recursos públicos e privados, Lopes apresenta a percepção de uma funcionária:

Por não aceitarem a inclusão de representantes das MPEs no CD Nacional do SEBRAE, isso demonstra que têm o monopólio da definição legítima das MPEs e respaldo do governo. Vale a pena considerar comparativamente ao conjunto das demais entidades do Sistema S, veja a tabela em anexo 1.

Isso nunca se resolveu no SEBRAE, ele sempre oscilou, e isso acaba se refletindo na área técnica: órgão de desenvolvimento ou órgão gerencial? Conforme a diretriz governamental seja uma ou outra o SEBRAE vai atrás. Eu sempre digo que o SEBRAE é bissexual (...) O processo decisório do SEBRAE é emperrado, não há diálogo com os funcionários, as decisões vêm de cima para baixo. Os diretores não fazem reuniões com os gerentes, é apenas uma transmissão de ordens (...), um processo decisório e operacional extremamente burocrático (entrevista *apud* Lopes, p.98).

Em 1996, uma publicação do SEBRAE-SP justifica a manutenção desta forma de contribuição para o Sistema:

(...) é natural, contudo, que no momento em que se discute a diminuição do Custo Brasil surjam novas idéias sobre como garantir os recursos necessários ao SEBRAE-SP. (...) A partir de 1960, por exemplo, a OIT –organização internacional do Trabalho, órgão vinculado à ONU- difundiu o modelo de financiamento com descontos sobre a folha de salários para toda a América Latina.

Argumenta que os países que deixaram de adotar este modelo tiveram experiências equivocadas. Ainda segundo a mesma publicação, as formas possíveis de obtenção de recursos propostas para o SEBRAE são as seguintes:

1. Dotações orçamentárias do tesouro, porém a imprevisibilidade dos recursos é grande, há o risco de cortes de verba e manipulação política.

2. Percentual sobre o faturamento das empresas, porém, é uma forma de financiamento muito sujeita a oscilações da conjuntura econômica e seria inadmissível que o SEBRAE sofresse as mesmas dificuldades que uma empresa.

3. Redução do percentual sobre a folha, isso não é recomendável pois dentre todos os encargos trabalhistas se destina ao SEBRAE apenas 0,6%, além do que se destina a um serviço que visa a melhoria na produtividade e qualidade de vida, portanto, não é custo, é investimento.

4. Contribuição voluntária, isto é inviável pois o pensamento do empresário é seguinte; quem contribui estará formando mão-de-obra para o concorrente.

É porque o Sistema SEBRAE necessita garantir sua continuidade, previsibilidade e agilidade que se justifica a manutenção das contribuições parafiscais ao Sistema, sob a legitimidade da OIT.

Lopes (2001) apresenta que em 1996 a quantia advinda das contribuições sociais (INSS), em 1996. Veja a distribuição de recursos nas regiões do país;

Quadro 3: Distribuição dos Recursos advindas da contribuição social às unidades do SEBRAE por regiões

REGIÕES	RECURSOS (Reais)
Norte	45.034.466,00
Nordeste	98.390.261,00
Sudeste	218.557.622,00
Sul	74.262.550,00
Centro-Oeste	39.002.977,00
Total das UF's	475.247.876,00
Total SEBRAE/NA	1.070.288.698,00
Total geral	1.545.536.574,00

(Fonte: Relatório de Execução Orçamentária, Anexo II) retirado de Lopes, 2001.

Em 1998, dados da Receita Federal mostram que o SEBRAE recebeu R\$571.921.000,00, o que corresponde a 23% do total das contribuições sociais destinadas ao Sistema S e arrecadadas pelo INSS. Só ficou atrás do SESC, com R\$615.261.000,00, ou seja, 24% do total arrecadado para o Sistema S, veja anexo 1.

Em 2007, o orçamento do SEBRAE foi de R\$1.878.293.000,00. São Paulo é o estado com mais recursos, com um valor de R\$282.854.000,00 (21,62% do total). O segundo estado com maior percentual é Minas Gerais com 7,46%, veja anexo 5. O valor total das contribuições corresponde aos recursos advindos da contribuição social (69%), somados a aplicações financeiras (6%), saldos anteriores (16%), convênios (3%) e outras receitas (6%). Para saber mais sobre a distribuição nos estados do orçamento do SEBRAE e como foi aplicado em 2007, veja anexos 4 e 6.

SEBRAE apresenta uma estrutura de atuação maleável, pois se baseia em parcerias realizadas com outras entidades (sejam elas públicas e privadas). Além disso, seus recursos também advêm de fontes variadas, tanto da contribuição paga ao INSS quanto de outras fontes.

2.3. O SEBRAE –SP

O SEBRAE-SP surgiu de um CEAG que, em 1990, assim como os demais CEAGs de outros estados, passou a se constituir no corpo do Sistema SEBRAE. Nesta data, as unidades operacionais dos SEBRAEs Estaduais são dotadas de personalidade jurídica própria e acompanham a mesma estrutura organizacional do SEBRAE Nacional, veja no anexo 3 o padrão de organização dos estados. O CD do SEBRAE - SP é composto pelas seguintes entidades:

Quadro 4: Instituições membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE-SP

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">I. Associação Comercial de São Paulo (ACSP)II. Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI)III. Banco Nossa Caixa S.A.IV. Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP)V. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)VI. Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO)VII. Fundação Parque Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec)VIII. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)IX. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e TurismoX. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)XI. Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo (Sindibancos)XII. Superintendência Estadual da Caixa Econômica Federal (CEF)XIII. Superintendência Estadual do Banco do Brasil (BB) |
|---|

No estado de São Paulo, a rede do SEBRAE-SP tinha em 2001, segundo Folha de São Paulo de 7/10/2001, 820 funcionários e 38 ERs, Em 2004 são 32 Escritórios Regionais (ER) e 18 Postos de Atendimento ao Empreendedor (PAEs). Em 2007, são 29 ERs e 111 PAEs. Estes têm estrutura física cedida pelo SEBRAE, porém, com funcionários de alguma entidade parceira, por exemplo, associações comerciais ou prefeituras. Estes funcionários dos PAEs, são selecionados entre um destes parceiros locais. Eles devem ter nível superior e são treinados pelos consultores do SEBRAE para serem facilitadores (sem vínculo empregatício

com o SEBRAE e sim com a prefeitura ou associação local), isto é, sua função é orientar e/ou encaminhar empresários locais a procurar os serviços do SEBRAE. Os PAEs se vinculam ao sistema SEBRAE por meio dos Escritórios Regionais pois a eles são subordinados.

O SEBRAE, em cada estado, tem certa autonomia organizacional e de atuação de acordo com as recomendações dos governos estaduais e municipais, assim como, há possibilidade de efetuar parcerias com entidades de classe locais, universidades, prefeitura, institutos de pesquisa, escolas técnicas, etc.

Este é o formato do Sistema SEBRAE no estado de São Paulo. Talvez por que seja o SEBRAE - SP o que recebe a maior porcentagem de recurso em comparação aos demais estados, tenha alcançado tal capilaridade. Em 2001, o orçamento do SEBRAE- SP foi de R\$110 milhões, o que correspondeu a 16% do orçamento total do SEBRAE Nacional, este ficou com 9,83%, segundo Folha de São Paulo de 26/12/2001¹⁴.

Em 2003, foi criado o Centro do Empreendedor, o que não existe em outros estados e abarca o Observatório das MPEs, o qual realiza pesquisas; a Academia do Empreendedor e a Unidade Central de Gestão de Conhecimento, que elaboram metodologias de educação. Também no Centro do Empreendedor está a biblioteca do SEBRAE-SP.

Este Centro foi criado com propósito de ser referência em questões sobre as MPEs e sobre empreendedorismo. No entanto, o Centro do Empreendedor não será tratado aqui, sendo que várias das metodologias didáticas em elaboração não estão ainda disponíveis ao público.

Fica ainda, a saber, se o SEBRAE sempre teve este formato organizacional e de atuação e como ele foi se configurando ao longo da história. A perspectiva histórica nos permitirá identificar quando e como foi possível a entrada do empreendedorismo em seus programas.

¹⁴ A força política do SEBRAE também está distribuída pelos estados da federação e está vinculada às suas relações com os governos locais. Estas podem se mostrar muito variada em diversas regiões. Mas para comprovar esta suposição seriam necessárias pesquisas locais e comparadas.

3. A HISTÓRIA

3.1. PRIMEIRA FASE : CEBRAE

3.1.1. Criação

Retomaremos aqui as mais importantes experiências de concessão de crédito aos pequenos empresários, pois o CEBRAE só pode ser bem compreendido se levarmos em conta as relações entre o mercado de crédito e o Estado.

As primeiras iniciativas de desenvolvimento de atividades de produção de pequeno porte estiveram, nos anos 60, no seio da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Concomitantemente a estas duas experiências de apoio às pequenas empresas outras também existiram, de iniciativas de entidades da classe patronal e governos locais, porém, são pouco mencionadas e não temos informações sobre elas.

Tanto a SUDENE quanto o BNDE, cada um a seu modo, atuavam de forma a financiar as pequenas empresas industriais. A SUDENE visando o desenvolvimento e geração de renda no Nordeste e o BNDE visando desenvolver o mercado consumidor das grandes empresas pesadas.

A SUDENE iniciou em 1967 a criação de Núcleos de Assistência Industrial (NAIs) que promoviam crédito e assistência técnica às pequenas unidades industriais. Para isso, firmou acordo de cooperação com o Research Institute for Management Science da Holanda, também com universidades brasileiras e com o USAID (United States Agency for International Development) para a formação de consultores especializados em assuntos das pequenas empresas para atuarem nos NAIs¹⁵.

É a experiência do BNDE, mais do que a da SUDENE, que influenciou as medidas do governo. O BNDE manteve um Grupo de Trabalho para estudar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Em 1960, o BNDE enviou ao governo um memorando contendo um diagnóstico do setor e propondo formas de apoio às médias

¹⁵Vários dos NAIs, existentes em todos os estados do Nordeste, vieram a se tornar posteriormente parte do corpo organizacional do CEBRAE.

empresas. Conhecido como documento 33, estava o estudo “Problemas da Pequena e Média Empresa” que propunha a criação do GEAMPE (Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa) e anexava um anteprojeto de decreto encaminhado à Presidência da República. O GEAMPE foi criado em 1960, porém não chegou a sair do decreto.

No documento 33 encontrava-se a seguinte referência:

Determinados aspectos do desenvolvimento industrial do país estão a indicar, de modo inequívoco, a conveniência e oportunidade de vigorosa e disciplinada ação protetora do Estado em favor da pequena e média indústria nacional (...) Com efeito, o problema da pequena e média empresa só se apresenta em um dado sistema econômico a partir de certo nível de desenvolvimento, isto é, quando atinge expressão relevante o teor de concentração de capital em grandes empresas, atuando em diferentes setores, nos quais passam a exercer ponderável e crescente influência, lançando na faixa de marginalidade os pequenos e médios empresários (Mancuso, p.30).

Não existia ainda à época, a categoria microempresas e mesmo a classificação por porte (Pequena, Média e Grande) não tinha uma definição reconhecida legalmente. Esta classificação por porte somente tinha utilidade dentro das instituições de crédito sendo incorporado pelas medidas estatais a partir deste documento 33. Os programas de crédito não eram contínuos e os recursos destinados a estas empresas eram “o que restava” dos recursos para financiamento.

Em 1964, o BNDE criou o FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa), um programa de financiamento destinado às pequenas e médias empresas. Parte dos recursos vieram do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) -49 milhões de dólares- e o Banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) - entrou com 62 milhões de marcos.

A partir de um convênio firmado, o BID exigiu a criação de um grupo executivo para tutelar os recursos repassados por ele ao BNDE. Segundo Lopes (2001), o FIPEME “tinha por objetivo a aquisição de equipamentos, instalação e montagem, obras de construção civil e assistência técnica, até o limite de 500 mil dólares, com longo prazo de pagamento e juros mais baixos do que os oferecidos pelo mercado à época” (p. 72). Além de destinar crédito, o FIPEME podia destinar parte de sua contribuição financeira ao atendimento de serviços técnicos para elaboração de projetos industriais e de assistência técnica para fomentar a produtividade. Mantinha um grupo de trabalho que acompanhava o desenvolvimento das empresas e iniciaram a prestação de serviços informacionais que mais tarde passariam a ser responsabilidade do CEBRAE.

Sobre a alocação dos fundos para o FIPEME (um programa de crédito do BNDE), Lima Netto, primeiro presidente do Conselho Deliberativo do CEBRAE e membro do BNDE, expõe no livro de Mancuso que:

O grosso dos recursos do BNDE ia para grandes projetos. Eu me lembro que o meu departamento tinha 25% dos recursos e o outro tinha 75%.(...)Primeiro fazia-se o orçamento de quanto se esperava desembolsar para grandes empresas. Para os projetos de grandes empresas, havia uma previsão. Você tinha 100, por exemplo. E chegava-se à conclusão de que as empresas gastariam 80. Quer dizer: 20 ia para o resto” (p.33).

Além de destinar crédito, o FIPEME podia destinar parte de sua contribuição financeira ao atendimento de serviço técnico para a elaboração de projetos industriais e de assistência técnica para fomentar a produtividade.

Em 1972, Corrêa do Lago, executivo do BNDE e primeiro diretor-executivo do CEBRAE, explica:

A lei do banco não permitia que financiássemos determinados setores industriais... A saída que se conseguiu foi a criação de um fundo especial. Surgiu, então, o FIPEME... Dentro do FIPEME tínhamos que fazer um certo tipo de assistência técnica. Procurávamos encorajar o empresário a fazer o seu próprio projeto...Isso evoluiu e não tínhamos mais recursos humanos para dar esse tipo de assistência (Corrêa do Lago *apud* Mancuso, p.33).

Podemos falar que surgiam as primeiras formas de consultoria às pequenas e médias empresas e serviam (de forma implícita) para avaliar a capacidade de cumprimento das obrigações e acompanhar o desenvolvimento das pequenas empresas, seu aumento de produtividade, aumento de racionalidade, etc.

Em 1966, o FIPEME fez um balanço de suas atividades e enumerou os problemas na realização do Programa e também os principais problemas empresariais das pequenas e médias empresas.

Estes problemas advinham do fato de que o FIPEME partia da concepção de que as pequenas empresas deveriam ser tratadas sob os mesmos critérios que as grandes, só que em escala menor. E avaliaram como problemas das pequenas e médias empresas: o despreparo do empresário, estrutura empresarial e contábil imperfeitas e falta de informação sobre o mercado (Cypriano, 2004, Mancuso, 2002) .

Este relatório teria sido o primeiro diagnóstico feito sobre as características das pequenas e médias empresas. Em função disto, o BNDE buscou nos bancos de

desenvolvimento estaduais formas de garantir assistência gerencial. Após isso, firmou convênio com o MIT (Massachusetts Institute of Technology) e disto resultou o SIPEME (Sistema de Informações Gerenciais para as Pequenas e Médias Empresas), primeiro documento a sistematizar os fatos importantes de uma pequena empresa o qual se tornou o “livro de ouro” dos consultores de então. Foi usado principalmente nas entidades credenciadas do CEBRAE no sul do país, por exemplo, IPAG do Paraná, IBAGESC em Santa Catarina, IDERGS gaúcho¹⁶.

O BNDE, a partir deste relatório, criou o FUNDEPRO (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade) para promover a produtividade destas empresas. O FUNDEPRO destinava recursos à modernização nas áreas de administração, produção e mercado. Este fundo auxiliava o FIPEME.

Em 1973, o IPEA publicou um diagnóstico das pequenas e médias empresas apresentando dados da SUDENE e do FIPEME. Esta publicação foi a primeira feita por uma agência do governo. Em 1974, o FIPEME é finalizado e o BNDE implantou o Programa de Operações Conjuntas (POC), um programa que abarcava grandes empresas.

Até este momento, temos o princípio da institucionalização das pequenas e médias empresas a partir de atores do mercado de crédito, a saber, SUDENE e principalmente, o BNDE e os bancos de desenvolvimento regional. E, juntamente com o crédito, as primeiras formas de consultoria às pequenas empresas surgem.

Em 1971, o BNDE levou ao governo a proposta de criação do CEBRAE. Desta vez, a proposta do BNDE foi acatada e, em 1972, o Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas (CEBRAE) foi criado. Entre 1972 a 1974, o governo Médici desenvolveu o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que tinha como objetivo fortalecer o poder de competição da indústria nacional “equiparando as condições em que opera, em face da empresa estrangeira” (Mancuso, p.40).

Em depoimento, o então ministro do Planejamento, Reis Velloso, comenta:

Ao lado de uma reestruturação setorial, surgiu principalmente a idéia de dar capacidade gerencial à pequena empresa, para que ela se tornasse competitiva e pudesse crescer. O objetivo, de então, era que a pequena empresa se tornasse uma média empresa, e passasse a ter, dessa forma, expressão dentro da economia brasileira. E, com isso, nós criamos o novo instrumento, que foi o CEBRAE (Mancuso, p.45).

¹⁶ IBAGESC: Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
IPAG: Instituto Paranaense de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa.
IDERGS: Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul.

Cabia ao CEBRAE prestar assistência gerencial às empresas que procuravam financiamento dos bancos de desenvolvimento. Esta mesma função era realizada por estes bancos durante o FIPEME, porém, a criação do CEBRAE permitiu desvincular a concessão de crédito dos serviços de consultoria. Inicialmente, suas ações eram fragmentadas, uma vez que o CEBRAE atuava por meio de inúmeras entidades credenciadas. Entre elas estavam os Núcleos de Assistência vinculados à SUDENE e os Institutos de Assistência Gerencial dos estados da região Sul. Em 1972 foram credenciados: IDEG- RJ, IBAGESC, CEAG/MG, IDEIS/ES, CEDIN, NAE/CE, IPAG e NAI/PB. Em 1973: CONDESE, IDERGS, NAI/PE, NAE/MA, CEGEM, CEAG/SP, CODEAMA e NAG/PI. E em 1974: NAE/RN, CEAG/PA, CEAG/AC¹⁷.

Os objetivos a serem desenvolvidos pelo CEBRAE eram os seguintes:

- Assistência para o crédito (preparação de projetos, assessoria financeira, articulação entre as empresas e os bancos de desenvolvimento, acompanhamento na aplicação de recursos financeiros)
- Assistência técnica (diagnóstico, estudos de localização, *layout*, contabilidade, assessoria fiscal, etc)
- Treinamento de executivos e de pessoal de nível médio, através da utilização de ensino e convênios com universidades e outras instituições.

Juridicamente, o órgão era uma sociedade civil sem fins lucrativos, portanto, seus recursos vinham de transferências do governo a uma entidade da sociedade civil, não havendo regularidade no repasse. Faziam parte do Conselho Deliberativo do CEBRAE o BNDE, FINEP e ABDE (Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento). Reservava-se um quarto lugar no Conselho para um outro representante das entidades credenciadas. Porém, não se tem notícias do como e porque esta cláusula não chegou a ser cumprida.

O primeiro presidente do Conselho Deliberativo foi Lima Netto tendo João Lourenço Corrêa do Lago Filho como diretor presidente. Corrêa do Lago Filho discursa no Seminário sobre a Experiência Internacional Relativo à Pequena e Média Empresa, em 1972:

¹⁷ IDEG: Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara
NAE/CE: Núcleo de Assistência Empresarial do Ceará
IDEIS: Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo
CEDIN: Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial
NAI/PB: Núcleo de Assistência Industrial da Paraíba
CONDESE: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe
CEGEM: Centro Goiano de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa
CODEAMA: Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
NAG/PI: Núcleo de Assistência Gerencial do Piauí

A criação do CEBRAE é uma consequência de uma série de experiências ocorridas nestes últimos 7 anos, dentro do BNDE. Como sabem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi criado em 1952, com a função específica de promover e ampliar o desenvolvimento da infra-estrutura industrial no Brasil. (...) em 1964, chegou-se à conclusão, dentro do Banco, de que as indústrias mecânicas pesadas estavam passando por uma crise de mercado, para a colocação de seus produtos. Não tanto por falta de demanda, mas por falta de financiamento...Qual o mercado da indústria pesada? É a pequena e média empresa. Então, começou o apoio à pequena e média empresa, dentro do BNDE. Este apoio surgiu de um sentimento profundamente egoístico. Simplesmente nós precisávamos criar condições para que aquelas empresas, que já havíamos financiado, pudessem nos pagar (Mancuso, pp.32-33).

Assim, percebe-se que o CEBRAE foi criado para dar resposta às necessidades do mercado de crédito. Do ponto de vista do BNDE, desempenhava um papel de intermediário entre o banco e as indústrias financiadas, porém, era uma intermediação sob controle do Estado.

Do ponto de vista do governo, o CEBRAE se encaixava dentro das medidas de desenvolvimento da industrialização e talvez mesmo como um instrumento do governo atuar no mercado de crédito. Como uma sociedade civil sustentada por recursos federais, não tinha um caráter permanente de atuação ou mesmo de existência, ficando, assim, na dependência das políticas de desenvolvimento do Estado.

3.1.2. Consolidação do Sistema CEBRAE

O II PND do governo Geisel (1975-1979) era voltado à substituição de importação, crescimento das exportações e ampliação do mercado interno. Este plano via na política de assistência às pequenas e médias empresas uma forma de agregá-las ao esforço de manutenção das altas taxas de crescimento e propunha a ampliação do CEBRAE em todos os Estados abarcando não só setores da indústria e comércio como também exportação e agricultura.

Neste plano econômico, o apoio às pequenas e médias empresas foi incluído pela primeira vez em um plano do governo, o que fez do CEBRAE um órgão executor dos programas governamentais - além de dar assistência aos programas de crédito do BNDE. A

ampliação das atividades e seu vínculo com o governo exigiam que o CEBRAE tivesse sua estrutura alterada.

Se antes, atuava por meio de entidades credenciadas já existentes nos estados da federação e que apenas executavam os programas do CEBRAE - embora com autonomia administrativa - a partir de 1976, várias destas entidades vieram a fazer parte do corpo do CEBRAE e passaram a ser denominadas CEAGs (Centro de Assistência Gerencial).

A idéia de consolidar e ampliar o CEBRAE significava buscar a unificação do sistema, pois as entidades até então credenciadas tinham formas de atuação próprias, sem programas em comum, embora coordenados pelo mesmo órgão central. Portanto, ampliar o Sistema CEBRAE significava, em alguma medida, uma forma de ampliar a atuação do governo federal nos estados.

Os CEAGs sobreviviam mais às custas do governo estadual do que do governo federal. Todos tinham interesse pelo CEBRAE, todos brigavam pelo CEBRAE regional. Convivi com eles todos, no Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, na Bahia...aí , entra o chamado governo democrático. Eles entraram logo cortando o orçamento dos CEAGs. Então, já no início do mandato da nova safra de governadores (eleitos em 1986), o CEBRAE afundou (Guarino *apud* Mancuso, p.80).

Os CEAGs eram custeados pelo CEBRAE e pelos governos estaduais, portanto, ficavam a mercê das conjunturas políticas e financeiras destas instâncias. Antônio Guarino de Souza, presidente do CEBRAE em 1986, comenta que “todos tinham interesse pelo CEBRAE, todos brigavam pelo CEBRAE regional” (idem, p.80).

Um técnico do então CEAG comenta:

O núcleo central era um disseminador de idéias. (...) havia um acompanhamento muito próximo e com grande identidade, a ponto de os técnicos do núcleo central dizerem assim: o Mato Grosso é meu. Esse “meu” queria dizer: Eu comprei a briga pelo desenvolvimento do Mato Grosso. Uma dificuldade que tínhamos e do núcleo central partia a sugestão: Olha, essa situação aconteceu em Santa Catarina, com o técnico tal. Fazia-se então a ponte: trocavam-se experiências. Essa rede informal não necessitava de formulários, de relatório, de absolutamente nada disso (idem, p. 58).

Mas, apesar de, na fala do técnico, aparecer uma certa solidariedade entre os CEAGs, a ampliação do CEBRAE pelo país teve que superar resistências de alguns estados. Em Pernambuco, por exemplo, o NAI resiste à mudança, assim como também, o governo estadual. Este não queria renunciar ao controle de um órgão que passaria, então, ao controle

federal. A solução foi, em Pernambuco, a criação de um CEAG coexistindo com um NAI e um acordo em que este se tornou órgão executor do CEAG. Só em 1980, com o esvaziamento da SUDENE, o CEAG incorpora o NAI.

Em outros estados também houve resistências por parte das entidades da classe empresarial. No Pará, as federações questionavam o caráter de sociedade civil do CEBRAE já que o governo tinha peso muito grande na sua administração.

Segundo Lopes:

O CEBRAE, no entanto, gradativamente vai se consolidando, estabelecendo convênios com outros órgãos da Administração Pública Federal. Promove, em 1977, o 1º Simpósio Latino-Americano e do Caribe da Pequena e Média Empresa, evento que debate políticas em favor das pequenas e médias empresas em vários países. Ao término do Simpósio, o ministro Reis Velloso anuncia o Promicro, Programa Nacional de Apoio à Microempresa, com recursos a serem geridos pelo CEBRAE e seus agentes (Lopes, p. 75).

É em 1977, que o primeiro programa de nível nacional é desenvolvido. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas (Promicro)¹⁸ -primeira vez que se utiliza a palavra microempresa- constituía-se em linhas de crédito orientado (ou seja, crédito e assistência gerencial) do BNDE e bancos regionais de desenvolvimento. Pelo termo micro, o CEBRAE abrangia num mesmo programa tanto atividades informais quanto empresas constituídas. Para a execução do Promicro, negociou-se com os governos e bancos estaduais a criação de linhas de crédito de acesso facilitado em acréscimo aos recursos do BNDE.

Por este programa, o BNDE teria um mercado nacional de crédito orientado, o que antes era fragmentado e não centralizado. Por outro lado, o CEBRAE se firma enquanto entidade que atua em todo o território nacional.

¹⁸ O Promicro, assim como outros programas do CEBRAE surgiu a partir de um programa local realizado em Pernambuco, o UNO (União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações). Este contava com recursos do BID, da OEA e do CEAG-PE, o qual o avaliava e levou ao CEBRAE a metodologia do UNO. Para a expansão desta metodologia para o âmbito nacional, houve resistência da UNO e do CEAG-PE. Para driblar esta dificuldade, o CEBRAE faz um plano piloto aplicado em uma cidade do Rio Grande do Sul. Feito isso, o Programa foi aplicado em nível nacional, porém, houve críticas dos técnicos que reformularam o programa no RS uma vez que não consideravam o formato adequado para o nível nacional. No entanto, Valternômem, o então presidente do CEBRAE, comenta que “se formos esperar o perfeito...ninguém solta esse negócio”. Talvez houvesse pressões vindas do governo federal para a aplicação do Promicro em nível nacional.

3.1.3. As formas de atuação: serviços, mídia e política

Neste item trata-se da atuação do CEBRAE junto à população. Os serviços por eles ofertados, os quais vão desde as assistências aos programas de crédito, também a educação transmitida pela mídia até os trabalhos de assessoria aos parlamentares.

Como já foi mencionado, inicialmente, a atuação do CEBRAE se vinculava a dar assistência gerencial às empresas tomadoras de crédito de bancos como BNDE e os Bancos de Desenvolvimento Regional. Apenas, a partir de 1976, com o Promicro iniciou sua atuação em nível nacional. Ao Promicro seguiram-se outros programas de crédito vinculados a algum segmento específico de empresas.

A partir de 1980, um programa que se tornou carro-chefe é o Pronaex (voltado a financiar empresas exportadoras) sendo que, em 1983, foram intensificadas as medidas pró-exportação pelo governo federal. Ainda em 1980, o CEBRAE passa a operar uma linha de crédito própria tendo como agentes financeiros os bancos estaduais de desenvolvimento.

Até 1985, outros programas de desenvolvimento setorial são executados pelo CEBRAE juntamente com outros ministérios como o Progerar (Programa de Geração de Emprego e Renda, que vigorou entre 1982-1986), Cidade de Porte Médio (ligado ao Ministério do Interior, e o CEBRAE foi um dos órgãos executores em 1979), Pronagro (Programa Nacional de Apoio à Empresa Rural), Pronac (Programa Nacional de Serviço à Pequena e Média Empresa), Bolsa de Negócios, Patme (Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas, 1981- 1990).

Junto a todos estes programas de crédito crescia o trabalho de consultoria, o que exigia a formação de consultores pela própria organização, ao longo da gestão de Valternômem.

Segundo depoimento de um dos funcionários do CEBRAE na época: “o CEBRAE era praticamente uma grande empresa de treinamento e consultoria”(p.53), outra entrevistada de Mancuso conta que “a administração de Valternômem era voltada para o modelo comportamentalista¹⁹”(p.53) e isso afetava a forma de atuação do CEBRAE a partir dos treinamentos que eram exigidos do corpo de funcionários.

¹⁹ Entre as teorias do empreendedorismo há a perspectiva comportamentalista iniciada por McClelland na década de 1960, para quem o termo *entrepreneurship*: “Significa a atitude psicológica materializada pelo desejo de iniciar, desenvolver e concretizar um projeto, um sonho. Significa ser empreendedor. Diante desta perspectiva, reafirmamos que o empreendedorismo é algo que transcende o campo dos negócios e da economia”(Souza Neto, 2003, p.112)

Levou todos os dirigentes do Sistema, na época, para um centro de treinamento especializado, em Turim, na Itália, que oferecia cursos de gestão e de políticas específicas para a pequena empresa. Após o curso, formaram-se grupos de estudos. Um deles permaneceu visitando países da Europa que adotavam políticas de apoio aos pequenos negócios. Outro rumou para os Estados Unidos, de forma a apreender os mecanismos que lá se utilizavam com o mesmo fim. O terceiro grupo visitou países asiáticos, como o Japão e Taiwan.

Foram muitas as metodologias pesquisadas. Com elas, iniciamos a geração dos programas e metodologias para a pequena empresa. Na época, o CEBRAE trouxe especialistas da França, da Alemanha e dos Estados Unidos. Faziam palestras e davam treinamento, mediante convênios com a SUDENE e a Unicamp.

O curso básico de consultor dava ênfase aos aspectos comportamentais. E os técnicos já vinham de lá com essa sementinha. Contratados pelo sistema, e verificado que tudo isso existia na prática, criava-se um espírito de corpo fundamental para o sucesso da organização. (idem, p. 53)

O conhecimento passado não só servia para capacitá-los para atuar tecnicamente, mas também para criar uma identidade entre si, ou nas palavras da entrevistada, “espírito de corpo”. Além disso, os consultores eram treinados, e sua percepção acerca dos empresários era aí moldada. Cypriano (2004) aponta que no manual de treinamento dos consultores no CEBRAE/BA consta que diante da reclamação dos empresários por falta de recursos, cabe aos consultores fazer perguntas para “diagnosticar as causas reais” pois são “fatores tipicamente identificados como despreparo administrativo – gerencial” (p. 215). Cabe ao consultor identificar o tipo e grau do despreparo do empresário para então encaminhá-lo a algum programa de treinamento ou consultoria específica.

Esta perspectiva teria sido herdada ainda da visão do BNDE, na qual (segundo Alves citado por Cypriano, 2003) a problemática da pequena empresa era a mesma da grande empresa privada nacional. Segundo Alves, membro do BNDE, que escreve trabalho em 1981, para apresentar em um seminário em Turim, “as Causas desta incapacidade [gerencial] são bastante conhecidas e estão na ‘própria origem do pequeno empresário’ pois não têm acesso à educação formal empregando ‘esforço de maneira empírica’” (Cypriano, p.217). A falta de ensino formal explicaria a falta de desempenho em planejar, organizar e controlar a empresa. Ainda segundo Cypriano, as soluções se repetiam em torno de um ‘amplo programa de treinamento e assistência técnica’ decorrente da ‘limitada oferta de capacidade empresarial’ (p.217).

Esta visão do pequeno empresário como despreparado se junta ao modelo comportamentalista no qual o sucesso ou fracasso é de inteira responsabilidade do indivíduo.

Ainda hoje esta visão é reproduzida na fala e na atuação dos consultores do SEBRAE. Em entrevista com uma consultora do SEBRAE em São Carlos, ela menciona dados de uma pesquisa em que a maioria dos empresários tem segundo grau. Porém, aponta que há um problema cultural (sic) no Brasil, pois 75% das pessoas não lêem, seja por dificuldade, seja por preguiça (sic). Para ela, é preciso ter disciplina e estar aberto aos conhecimentos que os consultores passam. A maioria quer soluções milagrosas, são imediatistas, não têm interesse, vão ao consultor esperando que ele fale o que querem ouvir.

Além disso, acresce-se um diagnóstico comportamental do empresário (ou candidato a empresário). Uma vez que, por uma questão de ética profissional, o consultor não pode tomar decisões pelo indivíduo, a estratégia adotada por eles para desestimular uma pessoa que pretende abrir uma empresa, por não parecer apta, aos olhos do consultor, é perguntar: “você acha que tem perfil para ser empresário? você é organizado? é de buscar informação? Você não é uma pessoa que vai esmorecer no primeiro fracasso, no primeiro NÃO que receber? Você gosta disso? Se é uma pessoa tímida: vai abrir um comércio?”. Esta mesma consultora compara o trabalho do consultor ao do médico que diagnostica e sugere o remédio, e em outro momento com o do padre pois o consultor deve escutar e aconselhar, sem julgar. Este relato mostra um pouco da construção das percepções sociais destes consultores, as representações que têm de si e dos outros que são seu público alvo e faz parte do *habitus* do consultor, é a história incorporada nos seus agentes e reproduzida ao longo do tempo.

Além disso, uma outra forma de atuação do CEBRAE ainda na década de 80, se deu a partir do uso da mídia. Houve as primeiras iniciativas de massificação da informação gerencial por jornal, rádio e televisão, as quais surgem em 1975, durante a gestão de Valternômem. Isso pode ser explicado como uma forma de o CEBRAE atrair “clientes” para seus novos “produtos”.

A forma como se dá a produção da demanda e oferta dos serviços do CEBRAE, até hoje se sustenta por uma ambigüidade: de um lado, demonstrar eficiência na resolução de problemas que se refiram às MPEs, de outro lado, reforçar a idéia de despreparo do empresário e do ambiente econômico hostil às MPEs demonstrando nas pesquisas as altas taxas de mortalidade dessas empresas. Assim, o SEBRAE justifica sua existência e suas ações.

Em 1989, Paulo Lustosa, um político²⁰, é escolhido por Sarney para ser presidente do CEBRAE. Com ele, o CEBRAE passou a abarcar políticas públicas e ganhou maior espaço na mídia. A intenção era criar uma demanda para os clientes do CEBRAE, assim como dar legitimidade à entidade.

Um dos marcos significativo de nossa atuação no CEBRAE foi colocar a questão da microempresa no dia-a-dia das pessoas. Quando assumi, não tive a preocupação de fazer um diagnóstico formal da situação da entidade. Tinha urgências a enfrentar. Cheguei no meio de um caldeirão, com a falência de quase todos os micro e pequenos negócios, em decorrência do Plano Cruzado.

Nossa preocupação, no primeiro momento, foi expor o CEBRAE a um tipo de questionamento, a um tipo de demanda por parte das pessoas que deveriam ser os beneficiários, mas não estavam tendo acesso às coisas do CEBRAE.

Então, passei a usar o esquema da mídia, não só em termos de divulgação. Criei o programa de TV Pequenas Empresas, Grandes Negócios. Criei também a Revista com o mesmo nome. O grande objetivo era fazer com que a instituição fosse questionada, cercada, demandada e cobrada por aqueles que deveriam ser os beneficiários de sua ação.

A primeira reação do pessoal do CEBRAE não foi boa. Diziam que a instituição iria se desmoralizar por causa da demanda. Partimos para inventar coisas, porque havia muita gente criativa no CEBRAE, principalmente nos Estados.

Começamos a ter, no Rio, as caravanas de negócios. Criei o Balcão do Empresário, com o slogan Nenhuma Pergunta sem Resposta. A idéia foi levar a informação ao empresário, ao invés de o empresário vir ao CEBRAE buscar informações (p. 89).

À medida que o CEBRAE conquista isto também passou a atuar politicamente. Embora relate que houve reações negativas no interior do CEBRAE e o risco de “desmoralização”, Lustosa introduziu alterações que, olhadas do presente para o passado, são relatadas como uma virada positiva e que explica a situação do SEBRAE hoje.

²⁰ Paulo de Tarso Lustosa da Costa: Economista e administrador, foi técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste do Brasil e professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Começou sua carreira política como secretário de Planejamento do governo do estado do Ceará em 1975. A seguir, foi eleito deputado federal por dois mandatos: em 1978, pela ARENA, e em 1982, pelo PDS, nome adotado pela ARENA com o fim do bipartidarismo. Entre 1984 e 1985 participou das Diretas Já, sendo o primeiro parlamentar não vinculado ao PMDB a apoiar a candidatura de Tancredo Neves a presidente, no colégio eleitoral. Logo depois, já vinculado à Frente Liberal, foi indicado por Tancredo Neves para compor o governo como "Ministro da Desburocratização". Em 1986 candidatou-se ao Senado, pelo PFL, do qual foi fundador, mas acabou na terceira posição. No ano seguinte, assumiu a presidência do então CEBRAE, que depois em mudança feita por ele, para evitar sua extinção na reforma administrativa do Governo Collor, passou a se chamar SEBRAE. Lá criou ainda o programa Pequenas Empresas Grandes Negócios. Em 1990, saiu candidato ao governo do estado do Ceará, mas acabou derrotado por Ciro Gomes. Na eleição seguinte, em 1994, foi candidato a deputado federal pelo PMDB, ficando na suplência, assumindo como titular em 1997. No ano seguinte, foi candidato a deputado federal novamente, mas não conseguiu se eleger. Em 2002 saiu novamente candidato ao Senado, ficando na quinta colocação. Em 2004 assumiu o cargo de secretário-executivo do Ministério das Comunicações, deixando a função em 2005 para, logo em seguida, assumir a presidência da Funasa, cargo que exerceu de 2005 a 2007. Nas eleições de 2006, Paulo Lustosa elegeu seu filho, Paulo Henrique Lustosa deputado federal pelo PMDB do Ceará. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Lustosa. Acessado em 6/fevereiro/2008)

Nos anos 80, o CEBRAE inicia um trabalho de acompanhamento e assessoria ao Legislativo para viabilizar o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas. Tal trabalho se aprofunda em 86 quando a Assembléia Constituinte é convocada.

Criou-se naquele tempo, a mística da pequena empresa. Ficava bem falar sobre a pequena empresa, usá-la como bandeira política. Isso nós capitalizamos demais. Sempre gerando novos desafios. O que fez do CEBRAE uma máquina de sonhos, uma luta permanente.

Começamos a colocar o CEBRAE na mídia, naquele momento, também porque estava começando um episódio singular. Era o fim do Plano Cruzado. Cerca de um milhão de empresas, naquela época, estavam indo à falência, porque não tinham como sobreviver.

Enchi a paciência do Sarney, até que consegui dele arrancar duas linhas de crédito do Banco Central para fazer a recomposição financeira dos micro e pequenos negócios. Isso nos levou a uma outra questão relacionada às políticas públicas. Tornamos o CEBRAE realmente um órgão dos pequenos.

Fizemos uma série de ações, de políticas, de mobilização, de organização. Começamos a criar a Confederação Nacional da Pequena Empresa. Buscamos o fortalecimento político do movimento. Ao mesmo tempo, tive uma participação muito ativa na inscrição do artigo 179 da Constituição. O regime de urgência para a aprovação do primeiro Estatuto da Microempresa foi pedido por mim, na Câmara (Lustosa, idem. p.90).

Este poder de decidir e de levar ao convencimento é o que Bourdieu chama de capital político. Na teoria dos capitais, estes não se reduzem a recursos monetários mas de vários outros recursos investidos nas relações sociais que dão ao agente um certo tipo de poder dentro de determinado campo de relações. Nas palavras de Bourdieu “o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento”(2001, p.187).

Lustosa se utilizou do capital político anteriormente adquirido em sua trajetória de vida para conseguir concessões do então presidente Sarney em prol do CEBRAE. Ao mesmo tempo, este adquiriu com a gestão de Lustosa esta disposição e os vínculos para atuar politicamente. Lustosa, por sua vez, pôde fortalecer seu capital político para, ao sair do CEBRAE, continuar se candidatando a cargos do governo.

A administração de Lustosa marca a passagem de uma atuação essencialmente técnica para uma atuação que incluiu políticas públicas. Em outras palavras, o CEBRAE se envolve em formular e propor políticas aos órgãos públicos, em especial para questões de simplificação da legislação destinada às MPes.

Lustosa teve que intervir junto a Sarney para evitar que o CEBRAE fosse extinto. Assim, verifica-se que a atuação política que inicialmente se dava por meio de

relações pessoais eventuais, vai se cristalizando por meios formais, por exemplo, a representação sindical ou pelo controle de um meio de comunicação.

Até aqui temos, então, as formas de atuação do CEBRAE, além do trabalho que lhe cabia como assistência aos programas de crédito, outras formas de atuação foram acrescentadas como a divulgação na mídia e a formação de consultores e mesmo que ainda de forma esporádica, a atuação política. O que se percebe é que estas atuações “extras”, por um lado, se vinculam a momentos de crise do CEBRAE, portanto, significam a busca pela manutenção e sobrevivência da entidade, mas, por outro, também corresponde a transformações nas condições econômicas do país que, afetando as MPEs, criava para o CEBRAE novas demandas a serem respondidas.

Foi na formação de consultores que teve entrada a concepção comportamentalista. Porém, estas práticas ainda não eram denominadas de empreendedorismo. Por outro lado, pela mídia, o CEBRAE difunde a temática das MPEs, tomando para si, estas como seu público alvo, e assim, criando sua identidade a partir dela. Esta identificação se ligou, em um determinado momento, a uma busca pela sobrevivência da organização. Posteriormente, as MPEs vieram a ser um objeto de disputa política e isso permitiu que o CEBRAE atuasse politicamente.

3.2. SEGUNDA FASE: de CEBRAE para SEBRAE

Neste capítulo, tem-se a trajetória do SEBRAE, originado do antigo CEBRAE, o qual estava estreitamente vinculado ao Estado. Agora SEBRAE, mantém alguns dos vínculos que já adquirira, no entanto, passou a constituir outros e a abarcar novos objetivos e formas de atuação. São estas continuidades e rupturas que serão mencionadas a partir deste item.

3.2.1. A crise do CEBRAE e a intensificação da atuação política

Em 1979, o governo federal lançou o Programa Nacional de Desburocratização²¹ e neste período surgiram insatisfações dentro do CEBRAE quanto à forma de estruturação da entidade. Desde a integração do órgão em Sistema CEBRAE insatisfações apareciam no corpo técnico. Joaquim Ferreira Amaro, diretor-presidente e membro do Banco do Brasil, em 1979, expressa:

Havia uma efervescência permanente por parte do corpo técnico, que buscava um formato institucional diferente do vigente. Na realidade, varias eram as idéias, mas predominava, na verdade, a insatisfação da equipe de funcionários com as limitações daquele CEBRAE. Não existia qualquer plano elaborado ou em fase adiantada de preparação para a mudança, o que fazia com que várias correntes defendessem seus diversos pontos de vista, sendo, porém, uma constante, a variável política. Ou seja: o CEBRAE deveria ser um ente eminentemente político.

Esse era um ponto do qual eu discordava na medida em que ainda se estava tentando fazer o “dever de casa” e não se conseguia ainda vislumbrar um formato institucional para que a organização pudesse cumprir adequadamente o seu importante papel. Entendia também que a equipe técnica, os consultores, estavam procurando definir algo que a própria Diretoria e o Conselho ainda não tinham esboçado, ainda que em linhas gerais, adequadamente. (Mancuso, p. 62)

²¹ Segundo Lopes: O Programa Nacional de Desburocratização foi implementado sob a responsabilidade do Ministro Extraordinário Hélio Beltrão, que já havia exercido o cargo de Ministro do Planejamento no governo Costa e Silva e que, posteriormente, exerceria papel fundamental na aprovação do Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei nº 7.256), de 1984 (Lopes, p. 76).

Com o quarto estatuto de 1979, a atuação do CEBRAE se alterou devido à reaproximação com o Ministério. Amaro buscou aproximar o CEBRAE da Seplan e do BNDE, uma vez que a gestão anterior havia sido marcada por questionamentos políticos. Além disso, houve a aproximação com o CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil), organizando consórcios de exportação.

Em 1983, o Brasil era monitorado pelo FMI (no ano anterior, o México havia suspenso o pagamento da dívida externa). Além disso, o setor público estava endividado e havia altas taxas de inflação. As medidas eram incentivar as exportações e reduzir compras no exterior substituindo importações.

Em 1984, discutia-se a desvinculação do CEBRAE do Ministério do Planejamento. O próprio MIC defendeu a proposta da Fundação, mas sem resultados. No entanto, sua estrutura orçamentária foi vinculada à administração pública e passou de sociedade civil para autarquia. Os recursos advinham de orçamentos anuais e plurianuais da União e de créditos orçamentários, principalmente. Como vimos, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa. (COPEME) para gerir o orçamento.

Através do COPEME, o CEBRAE se tornou unidade orçamentária da administração pública, o que lhe garantiria maior estabilidade financeira, não fossem os cortes que se seguiram nos anos posteriores. Antes, os recursos do CEBRAE eram extra-orçamentários, recebidos como doação, transferência de recurso a uma sociedade civil.

Porém, Lopes baseada na entrevista com um funcionário antigo do CEBRAE, afirma que o COPEME era um órgão que tinha apenas função de repassar verba para o CEBRAE. Em outra entrevista com Paulo Lustosa, ex-presidente do CEBRAE, afirma que o repasse de recurso sempre foi uma questão política. Ele considera que o COPEME era um mecanismo de repassar dinheiro público a uma entidade da sociedade civil e controlar a aplicação destes recursos.

O Conselho tinha “um papel de legalizar um relacionamento e usava-se o Copeme como pressão política para obter recursos do governo. Quanto mais prestigiado fosse o secretário-executivo, mais ele forçava o Ministro a jogar recursos adicionais para fortalecer o programa de trabalho do CEBRAE.”

Eram as relações pessoais que determinavam não apenas o montante de recursos a ser destinado ao órgão, mas a sua importância política dentro do governo. O Copeme também não apresentou rupturas sobre o modo como se processavam as decisões, em relação ao período autoritário. De acordo com Lustosa “nós tínhamos acabado de sair do Estado autoritário. Essas coisas eram coisas para mascarar a idéia de que você estava entrando em um processo democrático, que as decisões seriam colegiadas. Mas as decisões eram muito, e sempre foram, e até hoje, no Brasil, muito imperiais (...) a gente espera que o Estado resolva tudo (Lopes, p. 78-79).

Com Sarney e a Nova República, em 1985, o ministro do MIC escolheu Fernando Gómez Carmona para a presidência do CEBRAE, o qual tem sua sede transferida do Rio de Janeiro para Brasília. Antes funcionava na sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Segundo Carmona, o CEBRAE era uma estrutura

Em crise, que acabava recolhendo nele todas as crises que ocorriam nos agentes estaduais que, por sua vez, eram mais ou menos do mesmo jeito. Instituições híbridas, ora vinculado ao governo do Estado, ora vinculados a uma entidade patronal, ora indústria, ora comércio, com eventuais conflitos entre essas instituições. Os problemas de sustentação, de estrutura, de déficits, de falta de recursos, tudo estourava no CEBRAE Nacional (Mancuso, p 79).

Porém, a partir deste ano, a atuação do CEBRAE esbarrou com a política de contenção de gastos públicos, por exigência do FMI.

Em fevereiro de 1986, quando é lançado o Plano Cruzado, José Sarney, então presidente da República, assina decreto-lei em que se dá a criação de uma nova moeda, e o “congelamento” de preços.

O CEBRAE entra em conflito com o governo federal, considerando as medidas perniciosas ao segmento dos pequenos empreendimentos. Além de críticas ao baixo orçamento destinado ao órgão, os CEAGs atuam no sentido de “alertar” os pequenos empresários sobre os perigos de se fazer empréstimos, já que os juros eram baixíssimos. Em outras palavras, o CEBRAE não acreditava na proposta governamental de combate à inflação (Lopes, p. 79).

Houve cortes no orçamento do CEBRAE tanto no nível federal quanto dos governos estaduais. Entre 1988 e 1990, o CEBRAE teve seu quadro de funcionários enxugado em 40% e alguns CEAGs não sobreviveram. Diante deste cenário, alguns CEAGs buscaram outras fontes de financiamento oferecendo seus serviços a municípios e mesmo outros estados (como fez Santa Catarina).

Como forma de reação política, os funcionários dos CEAGs criaram a ABACE (Associação Brasileira dos Agentes do CEBRAE) em 1985. No ano seguinte, um novo estatuto foi estabelecido como forma de controle do governo sobre a entidade.

De 1979 a 1984, o segmento das pequenas empresas veio tomando importância devido a 4 congressos promovidos por entidades de representação da classe patronal dedicados a discutir questões das pequenas e médias empresas. O primeiro Congresso

Brasileiro da Pequena e Média Empresa foi presidido por Guilherme Afif²², representante da Cacb e futuramente, presidente do SEBRAE, entre 1996 a 1998.

Segundo ele, no primeiro congresso foram mobilizados 5 mil participantes. No segundo congresso, em 1980, é que começou a ser debatida a idéia de facilitar a vida das pequenas empresas via desburocratização. Hélio Beltrão, ministro da desburocratização

Encampou o discurso, nascido das propostas do Congresso, de simplificação da vida do pequeno empreendedor. Começamos, então, a fazer um grande trabalho de mobilização. Em 1984, fizemos o quarto congresso Brasileiro da pequena Empresa dentro do Congresso Nacional. Foi o evento catalisador para que o Congresso Nacional aprovasse o projeto do primeiro Estatuto da Microempresa, relatado pelo deputado Genebaldo Correa. Ao saber da presença maciça, ele correu e o projeto foi aprovado em sessão extraordinária do Congresso. Foi uma lei de iniciativa do Executivo assinada pelo Ministro Beltrão. (Afif *apud* Mancuso, p.75)

Tais Congressos mobilizaram o Congresso Nacional para a aprovação do Primeiro Estatuto da Microempresa que chegou ao cabo em 1984. Ano em que o CEBRAE passa para a alçada do Ministério da Indústria e Comércio.

Em 1986, com a chamada da Assembléia constituinte, o CEBRAE intensificou sua atuação política, configurando-se agora enquanto *lobby*. Segundo Lopes, em 1986, o CEBRAE se engajou em reivindicar em nome das micro e pequenas empresas, a renegociação da dívida dos empresários oriunda do Plano Cruzado, também pediam a admissão do CEBRAE no Conselho Monetário Nacional, além de outros assuntos, como criação de cooperativas de crédito para o segmento e incentivos para criação tecnológica.

²² Guilherme Afif Domingos: Foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo – BADESP (1979) e diretor-presidente da Indiana Cia de Seguros Gerais, função que ainda exerce atualmente. Em 1993 foi eleito presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Em 1994, foi eleito presidente do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. Em 1995, foi novamente eleito presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil. Assumiu em fevereiro de 1980 a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Elegeu-se deputado federal nas eleições de 1986 com mais de 500 mil votos; no exercício parlamentar, foi autor do artigo 179 da Constituição Federal, que garante tratamento diferenciado para as Micro e Pequenas Empresas, e também autor do parágrafo 5º do artigo 150, que garante ao consumidor o direito de saber o imposto que ele paga quando compra um bem ou serviço. Filiado ao PFL, em 1989 disputou a presidência da república recebendo mais de 3 milhões de votos. Em 1990 foi candidato ao senado federal obtendo cerca de 2 milhões e 500 mil votos. Afif Domingos foi presidente da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo por duas vezes, na gestão 1984-1988 e gestão 2003-2007. Na ACSP criou o Fórum de Jovens Empreendedores da Associação Comercial de São Paulo. Em 1998, por sessenta dias ocupou a Secretaria do Planejamento da Prefeitura de São Paulo. Em 2006 disputou vaga ao senado e; atualmente (2007) é titular da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Governo de São Paulo.

(<http://khronopedia-je.incubadora.fapesp.br/portal/acsp/acsp/bio/guilherme-afif-domingos/guilherme-afif-domingo>. Acesso em 10/junho/2008).

Além disso, houve a participação no debate quanto à inclusão na Constituição de artigo que garantisse o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas (o art. 179 da Constituição). Lopes demonstra que o CEBRAE era citado por vários políticos de diferentes partidos durante a formulação da Carta Constitucional. Por exemplo, Deputado Érico Pegoraro, do PFL/RS, o Deputado Carlos Vinagre, do PMDB/PA, Deputado Marcos Formiga, PL/RN referiam-se às propostas elaboradas pelo CEBRAE para a inclusão na Constituição de artigo referente às micro e pequenas empresas. Este último deputado discursou criticando a política econômica do governo e a atuação do CEBRAE para reverter as condições econômicas do país. O Deputado se coloca, por fim, a favor deste último e contra o governo.

Observa-se que é principalmente a partir de 1987 que o tema das micro e pequenas empresas ganha relevância. A defesa do capital privado nacional é enfocada por diferentes partidos, e há um relativo consenso sobre a necessidade do Estado intervir, implementando políticas voltadas ao segmento. (Lopes, p. 81).

Defendia o CEBRAE aqueles que apoiavam as MPEs, mas também quem era contra o governo. Assim, o CEBRAE se tornou capaz de jogar com as posições políticas e se incluir (e ser aceito) no jogo político apesar da intensificação da crise.

Em 1988, o ministro da indústria e comércio, escreve no jornal Folha de São Paulo:

Não se compraz em manter um órgão dependente, deficitário e subordinado ao Estado [o Ministério] estimulará a reformulação do CEBRAE como órgão de representação de classe e instrumento ágil, eficaz e independente em defesa dos interesses legítimos das médias, pequenas e microempresas. (Roberto Cardoso Alves, 30/08/88 *apud* Lopes, p.81)

Em 1989, extinguiu-se o Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa (COPEME – criado em 1986 quando o CEBRAE passou para a administração do MIC) e discute-se o fim do CEBRAE. Porém, a intenção de extinção é revertida para a privatização do órgão. E o CEBRAE que acumulava passivos trabalhistas e estava sem recursos para manter seus programas recebeu um orçamento adicional do executivo.

No primeiro ano do governo Collor, O CEBRAE passou ao Sistema S²³. O presidente Collor promoveu a abertura do mercado brasileiro e o novo SEBRAE passou a elaborar programas que acompanhavam este novo ritmo. O SEBRAE não tem mais vínculo com a estrutura do governo, porém, a lei que o criou determina que sua atuação esteja conforme as políticas do governo.

A Lei 8.029 de 12/04/1990 extinguiu várias autarquias do governo, fundações e empresas públicas, e também estabeleceu o INSS a partir da fusão entre o INPS e IAPAS e desvinculou o CEBRAE da administração pública transformando-o em serviço social autônomo. Nelson Tavares Filho, último presidente do Conselho Deliberativo antes da transformação do CEBRAE em Serviço Social Autônomo propôs que o novo modelo administrativo do SEBRAE seguisse o padrão do SESI e SENAI.

Ficou definido na lei acima que:

Compete ao SEBRAE planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente relativas às áreas industrial, comercial e tecnologia.

(...).

- As contribuições serão arrecadadas pelo INSS e repassados ao SEBRAE no prazo de trinta dias após sua arrecadação.

- Objetivo: apoiar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas por meio de projetos que visem ao seu aperfeiçoamento técnico, racionalização, modernização e capacitação gerencial.

- Distribuição dos recursos: 45% para políticas e diretrizes; 45% aplicados nos Estados e DF sendo metade proporcional ao ICMS e o restante ao nº de habitantes.; até 5% para as despesas do SEBRAE; e 5% para as despesas dos SEBRAEs. (DECRETO Nº 99.570)

E a Medida Provisória Nº. 241 de 09 de outubro de 1990 transformada na lei Nº. 8.154 de 28 de dezembro de 1990 estabelece que “é instituído adicional às contribuições relativas às entidades de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de

²³ Fazem parte do Sistema S: o SESI, SENAI, SESC, SENAC, SENAR, SENAT, SEST, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Fundo Aeroviário, o DPC (Diretoria de Portos e Costas) e o SEBRAE. Juridicamente, são entidades paraestatais, uma vez que não fazem parte da administração pública. As entidades do Sistema S têm a maior parte dos seus recursos advindos do recolhimento de alíquota sobre a folha de pagamento dos setores a que visam prestar serviço. Uma contribuição definida como paraestatal é um recurso que é recolhido por um órgão estatal, mas que não entra na contabilidade do orçamento da União e é repassado diretamente do INSS às entidades do Sistema S. Para SENAI, SESC e SENAT o percentual é de 1,0% enquanto para SESI, SENAC e SEST, o percentual é de 1,5%.

A estrutura organizacional das primeiras entidades do sistema S (SENAI, SESI, SENAC e SESC, SEST, SENAT) seguem um mesmo padrão. São formadas por um Conselho Nacional que é o órgão normativo e um Departamento Nacional como órgão executor e o Conselho Fiscal. Como têm abrangência nacional, em cada estado há uma estrutura correspondente formada de Conselho Regional e Departamento Regional.

1986²⁴, de: um décimo por cento no exercício de 1991; dois décimos por cento em 1992; e três décimos por cento a partir de 1993”.

3.2.2. As Conseqüências da Sobrevivência do SEBRAE

Neste item, trata-se, primeiramente, de uma questão que veio sendo posta ao longo da pesquisa e se refere à permanência do SEBRAE ao longo do tempo. Diante de tantos questionamentos e crises, intriga o fato de o SEBRAE ter se transformado em uma entidade com prestígio e atuação política.

Segundo Gomes e Addis, em um artigo sobre o Sistema S:

O SEBRAE sobreviveu graças às pressões das entidades horizontalmente conectadas (associações de empresas, bancos de desenvolvimento) e de seu corpo de funcionários, mas, para isso, também contribuiu o fato de existir um modelo alternativo prontamente disponível, ou seja, o dos serviços autônomos do sistema corporativista (2006, p.55).

E Guarino, que foi presidente por 10 meses em 1986, afirma a respeito de uma ideologia interna ao CEBRAE:

O CEBRAE tinha uma linha ideológica, para o qual o forasteiro era claramente advertido: - você vai passar algum tempo aqui. Mas isso aqui é um órgão perene. Você pode optar por caminhos dentro dessa ideologia. Mas você não pode mudar essa ideologia. Você pode enfatizar mais de um lado, enfatizar menos de outro, mas os caminhos do CEBRAE são esses, estão plantados por vontade da pequena empresa, por prática desse corpo de 700 pessoas no Brasil. E tem reconhecimento do empresário. E tinha mesmo (p.85).

Um ex-dirigente da ABACE relata a Mancuso que “nos dois momentos mais visíveis em que fomos ameaçados, a vitória veio de um sentimento coletivo de que essa organização tinha muito que fazer pelo Brasil. Um sentimento patriótico. É importante dizer isso.” (p.85)

A partir de dentro do SEBRAE, a visão de um dirigente, na época, a sobrevivência se deve

²⁴ SENAI, SENAC, SESI, SESC, mas também SEST e SENAT

Pela sua capilaridade, pela ação efetiva que sempre exerceu na ponta, junto à pequena empresa, o CEBRAE sempre teve uma defesa política muito grande. As duas ocasiões (a primeira no governo Sarney) em que o Executivo tentou acabar com o sistema CEBRAE, o Legislativo vetou. (Mancuso, 2002, p. 93)

Na fala de uma funcionária do CEBRAE na época da transformação em sistema SEBRAE, a união do grupo aparece.

É interessante observar que a força de hoje da Casa vem daquela época. Com toda essa adversidade, sem salário, o corpo funcional se uniu fechando questão em defesa do CEBRAE.

Houve, sim, um trabalho muitíssimo bem articulado da Associação dos Funcionários. Foi uma coisa estrategicamente definida, quase uma operação de guerra. (...)

Fizemos um *lobby* muito simpático, porque tínhamos resultados a apresentar. Foi muito gratificante observar que deputados e senadores reconheciam a importância do trabalho do CEBRAE local, em seu Estado. A realidade mostra que estávamos certos. Pois agora, todas as instituições voltam seus olhos para as pequenas empresas. Nós sempre tivemos uma visão de futuro. (idem, p.94)

Antônio Fábio foi o primeiro diretor presidente do SEBRAE e foi reeleito pelos membros do Conselho Deliberativo. Segundo ele, sua gestão “não foi um período de operação, mas, uma fase de engenharia institucional”(p. 95). Em sua gestão, foi feito grande uso da mídia a fim de dar visibilidade às pequenas empresas e ao órgão que a atende.

Havia muitas coisas a serem consideradas. Primeiro, a preocupação de todos de que o SEBRAE não fosse visto mais como uma entidade governamental. Era preciso dar clareza à opinião pública sobre a mudança que o SEBRAE havia sofrido.

Existia também preocupação em se valorizar a pequena empresa. Até então, o Brito (ex-presidente executivo) citava muito o fato de que antes do SEBRAE, o pequeno empresário tinha vergonha de dizer que era pequeno empresário. E depois se chegou à consciência da importância econômica e social da pequena empresa...Nesse sentido, o SEBRAE deu também uma valiosa contribuição para que essa “cidadania da pequena empresa” pudesse ser importante para muitas coisas. Principalmente para se buscar ganhos em nível político, facilitando a vida da pequena empresa (Pio Guerra *apud* Mancuso, p.105).

Percebe-se que vários fatores estiveram presentes para que o SEBRAE não fosse extinto, tanto as relações políticas que faziam do CEBRAE objeto de disputa, mas também, é de se levar em conta, o movimento a partir de dentro do próprio CEBRAE. Uma vez definida sua permanência, o capital político adquirido nesta batalha lhe dá condições de entrar definitivamente no campo político por meio da temática das MPes.

Na fala de Brito, a fase de transição pelo qual passou o SEBRAE:

Quando chegamos à conclusão de que nosso trabalho tinha consistência, nos apresentamos à sociedade, não institucionalmente, mas através da pequena empresa...O esforço todo que fizemos, num primeiro momento, foi mostrar à sociedade brasileira, a todos os seus segmentos – empresários, políticos e à população em geral – que a pequena empresa é a força social da economia, pelo fato de ser o grande instrumento gerador de emprego. O SEBRAE, como autor da mensagem, veio a reboque (idem, p.107).

E ainda Carlos Augusto Baião:

Se a gente valoriza o segmento, faz reconhecer a importância do segmento, o SEBRAE se legitima em sua ação como principal defensor desse segmento. E foi o que aconteceu. O fenômeno que a gente previa com esta estratégia. Todo o nosso foco foi no sentido de valorização. Usamos de tudo para isso: mídia eletrônica e imprensa, *merchandising* em quase todos os programas da TV brasileira. O micro e pequeno empresário, individualmente, podem ser até pequenos. Mas, o conjunto deles, para a sociedade, é a própria sociedade. Eles formam o tecido empresarial brasileiro...Fizemos grandes campanhas na época de eleição para prefeito, por exemplo. Na grande maioria dos municípios, naquela época, os prefeitos se elegeram compromissados com a pequena empresa. Nas leis orgânicas dos municípios, em sua maioria, há previsão de tratamento diferenciado para o segmento. Fizemos constar praticamente em todas as constituições estaduais o rebote do artigo 179, da constituição Federal, proporcionando tratamento diferenciado para a micro e a pequena empresa (idem, p.108).

Pelos relatos acima, nota-se que houve uma estratégia deliberada de vincular a imagem do SEBRAE à da pequena empresa, disso dependia sua manutenção. Para que se mantivesse, o SEBRAE ajudou a criar um ambiente cognitivo na sociedade favorável à pequena empresa e se posicionasse como seu principal protetor. Isso se fez por meio do uso da mídia e dos jogos políticos.

Se, durante a existência do CEBRAE, a comunicação com a mídia foi isolada e esporádica, a partir da década de 90 tornou-se contínua. A primeira grande campanha do SEBRAE denominava-se “Pequena empresa - valorize essa idéia”.

Desde 1988, quando a Constituição garantiu o tratamento diferenciado para às micro e pequenas empresas, várias entidades sindicais surgiram para defender os interesses deste segmento. Portanto, o SEBRAE não é a única instituição que vinculava sua imagem a das MPEs (há também consultores, acadêmicos, empresas de marketing de rede, etc), no entanto, conseguia diálogo com os governos e outras entidades de representação.

Esta não é apenas a visão da instituição sobre si, esta interpretação também é compartilhada por outros atores do campo político que estão em posição de dependência do SEBRAE. Lopes relata, a partir de entrevista feita com o dirigente do Movimento das Micro e Pequenas Empresas (Monampe), que para este atuar precisa fazer parceria com o SEBRAE, pois este tem mais recursos financeiros para bancar uma campanha.

Diante do que foi exposto até aqui, como explicação para a permanência do SEBRAE tem-se a seguinte consideração de Bourdieu ao se referir ao campo religioso onde o principal produto de disputa é a crença religiosa. Aqui não se trata disso, mas o SEBRAE, assim como toda instituição se organiza a partir de valores compartilhados. Portanto, tem-se que “a crença que a instituição organiza tende a mascarar a crença na instituição e todos os interesses ligados à reprodução da instituição ”(Bourdieu, p.109, 2004).

Logo, tem-se que o SEBRAE construiu-se em torno da crença da pequena empresa, e é em torno desta que cria uma identidade para os seus funcionários, um *habitus* próprio (traduzido em ‘espírito de corpo’) e ao mesmo tempo uma posição a tomar dentro do campo político nacional.

Nas palavras de Bourdieu, tal poder político se expressa como:

O Poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas as divisões sociais implícitas é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade (Bourdieu, 2001, p. 167).

Por conseguinte, o SEBRAE constrói-se não só como um ator de proteção das MPEs, mas até mesmo, de representação deste segmento econômico. De um lado, mantém-se atuando conforme as políticas do governo, no entanto, também faz proposições de medidas políticas. Em várias matérias do jornal Folha de São Paulo, o SEBRAE é apresentado como representante das micro e pequenas empresas. Por exemplo, em 06/02/2003, o presidente do CD-SP, Alencar Burti escreve à Folha de São Paulo a respeito da tributação das micro e pequenas empresas: “o sistema SEBRAE, representante de parcela importante da economia nacional, precisa interferir com uma agilidade responsável”. Eis como a organização se identifica e se justifica ante seu público-alvo.

O “poder de fazer grupos” não significa articular para que os empresários venham a, necessariamente, se unir formalmente em associações ou sindicatos, embora isso também ocorra. No mínimo, o grupo deve existir em latência, pois indivíduos compartilham

do mesmo princípio de classificação do porte das empresas e da crença nas MPes. Estas, existindo enquanto grupo latente é o público a quem o SEBRAE destina seus serviços.

3.2.3. Redefinições

Mas, a criação do SEBRAE enquanto Serviço Social Autônomo não gerou consensos. Desde o início, a própria CNI questionou a constitucionalidade do novo encargo que seria aplicado às empresas. Segundo Antônio Fábio, a quem coube a tarefa de negociar junto a CNI e, posteriormente, primeiro presidente do Conselho Deliberativo e representante da própria CNI: “para colher adesões, a entidade adquirira nova roupagem”(p.98). Para ele, parte da resistência se devia à difícil situação financeira dos CEAGs. As entidades de classe não queriam ficar co-responsabilizadas por este passivo.

Naquela época conturbada, o setor produtivo, recém-saído de um confisco de seus ativos, e de suas poupanças, não via o Poder Público com bons olhos, sobretudo pela forma autoritária com que os negócios públicos eram conduzidos. Por essa razão, o processo de transformação do antigo CEBRAE com “C” em SEBRAE com “S” foi costurado por negociações demoradas...houve desconfiança de algumas entidades, principalmente da indústria – isso foi muito comentado na época- em participarem dos SEBRAEs estaduais, visto que eles tinham um passivo trabalhista, um passivo de Previdência e de outras obrigações, bastante elevado. E não se tinha também nenhuma segurança do volume de recursos que viesse a ser arrecadado pelo Sistema (Antônio Fábio *apud* Mancuso, p.98)

Por fim, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) retirou a ação de inconstitucionalidade que havia levado ao Supremo Tribunal Federal.

Outra questão que teve que ser superada se referia à introdução de representantes de micro e pequenos empresários no Conselho Deliberativo como condição para a aprovação da forma de arrecadação da entidade:

Houve também um esforço para consolidar a legislação relativa à arrecadação. Daí surgiu um fato interessante. Quando se estava para votar a legislação, com um caráter de anualidade, para poder fazer a cobrança no ano fiscal seguinte, o senador Mansueto de Lavor, relator da matéria, exigiu que, para aprová-la, se incluísse no Conselho três entidades, de âmbito nacional, representativas de microempresários.

Foi feito um acordo. Ele só liberaria a matéria, em tempo hábil para a cobrança, no ano seguinte, se fossem incluídas essas três entidades. E assim foi feito. E assim foi

criado o Conselho Nacional. Mas até hoje não foram incluídas essas três entidades, por várias razões. A principal razão é a diversidade de entidades que se dizem representantes de pequenas empresas. Como existem três vagas, quem vai dizer qual entidade, se A, B, ou C tem esse direito? Essa dúvida permanece até hoje. Cada uma que se apresenta se diz nacional, cada qual fundada, cartorialmente ou não, com esse espírito de ter assento ao Conselho (Pio Guerra *apud* Mancuso, p.98).

Como esta questão nunca chegou a ser resolvida, periodicamente há reivindicações dos micro empresários quanto a esta questão²⁵.

Para a composição do Conselho Deliberativo pretendia-se que todo o setor produtivo participasse, incluindo a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), mesmo que este setor não contribuísse diretamente para a manutenção do SEBRAE. E aceitou-se a Cacb (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil) representando o setor comercial juntamente com a CNC (Confederação Nacional do Comércio).

A manutenção do SEBRAE deveria, portanto, advir de todo o setor produtivo, existente e futuro, e essa entidade deveria servir a todos os segmentos das pequenas empresas. Então, já se considerando que o apoio às pequenas empresas agrícolas e agroindustriais era essencial e fundamental, ...e a sugestão de incluir a representação da agricultura partiu de nós mesmos, da CNI. Isso explica porque a CNA tem assento no Conselho Deliberativo, mesmo sem contribuir diretamente para a manutenção do SEBRAE. Considerando ainda que, naquela época, já tínhamos mais de cinco mil municípios. Aceitou-se, por esse motivo, a representação da Confederação Nacional das Associações Comerciais no Conselho do SEBRAE, quase que fazendo uma duplicidade da representação do Comércio...Era a maior malha de entidades empresariais geograficamente espalhada pelo país. Assim, o Conselho deveria compor-se de representantes do governo federal, das entidades de fomento e de financiamento, em longo prazo, das instituições de caráter nacional no campo da tecnologia, das entidades empresariais do setor produtivo, de representantes dos SEBRAEs dos Estados. (Antônio Fábio *apud* Mancuso, p.99)

Recentemente, o próprio Antônio Fábio questiona a representatividade do Conselho, para ele, ainda faltam os transportes e serviços, além de entidades que fomentam e financiam as MPEs, mas que não atuam somente como banco.

²⁵ Em matéria da Folha de São Paulo de 26/11/1996, ano em que houve eleição para o CD do SEBRAE, encontra-se que Guilherme Afif, então presidente do SEBRAE e apoiador de FHC, desejava se reeleger mas as 4 confederações (CNI, CNC, CNA,CNT) pressionaram o governo federal para apoiar o candidato da CNA. Havia um acordo prévio para isso. Um representante da CNA já deveria ter assumido a Presidência do SEBRAE antes de Afif. Porém, este havia negociado com o presidente Itamar garantindo a ele o cargo de diretor-presidente a Mauro Durante, ex- ministro de Itamar. Segundo notícia do dia 28/11/96, diante do apoio do governo federal ao candidato da CNA, Pio Guerra, Guilherme Afif articulou com microempresários para pedirem a suspensão das eleições alegando que a lei que garantia que 3 representantes dos micro e pequenos empresários não era cumprida.

Em matéria do dia 7/12/96 é anunciado que FHC vetou a participação de representantes dos micro e pequenos empresários no CD do SEBRAE.

O Conselho tem que ser adaptado ao tempo em que vivemos. Não desfigurando a entidade, não tirando quem participa e que merece participar, mas buscando dar a representatividade ideal. O que nos parece absolutamente legítimo estarem no Conselho e continuarem são as representações da Indústria, do Comércio e da Agricultura. Faltam os Transportes e os Serviços. É preciso ter também autênticos representantes de fomento na área de financiamento e de recursos para as micro e pequenas empresas, ou seja, organizações com esse espírito de fomento e não com uma atuação exclusiva com o banco...Cuidou-se de fazer um regimento para o SEBRAE Nacional com a eliminação de todos os vícios do Serviço público. Não se criou a figura de cargo em comissão, de função gratificada, de tudo aquilo que já estava em decadência, e que hoje o Serviço Público ainda carrega. (idem, p.100)

Nos dois primeiros anos os recursos eram incertos, precisavam de fontes alternativas. O SEBRAE havia passado por um grande corte de funcionários e precisava reconstituir o seu quadro e equilibrar o passivo dos CEAGs.

As relações com as confederações empresariais não estavam estabelecidas e tiveram que ser negociadas e consolidadas. Por outro lado, a relação com o Estado sim. Para uma administração de transição em 1992, Carlos Augusto Baião assumiu o cargo de diretor-presidente e comenta:

Estávamos há três meses sem receber salários...O dinheiro confiscado, não conseguimos liberar. Mas conquistamos outra solução: um orçamento adicional, dentro do Executivo, para continuarmos operando a fase de transição. Nesta época, todo o Sistema encolheu, não apenas o SEBRAE Nacional.

(...)

Sempre tivemos um *turnover* alto, por lidarmos diretamente com a cadeia produtiva. Um bom técnico que presta consultoria a uma empresa é suscetível de receber uma proposta de trabalho. Sempre convivemos com isso. Nesses últimos anos, porém, houve uma insegurança que aumentou esse *turnover* extraordinariamente. As pessoas buscaram outras alternativas. (Carlos Augusto Baião *apud* Mancuso, p.95).

Embora, tenha se passado um período em que o SEBRAE foi sendo desmantelado por iniciativa dos governos, foi na sua extinção que o então governo Collor possibilitou sua sobrevivência, inclusive com um orçamento adicional.

3.2.4. A trajetória dos Programas e a atuação política

Em 1990, após a passagem do sistema CEBRAE para SEBRAE, este realiza uma pesquisa nacional abrangendo 1000 empresas a fim de diagnosticar as condições do segmento das micro e pequenas empresas. Desta pesquisa concluiu que: a) a minoria (entre 17% a 30%) utilizava sistemas e técnicas gerenciais modernas, b) sistemas gerenciais elementares estavam ausentes e c) menos de 30% obedeciam a procedimentos técnicos operacionais relacionados à qualidade e segurança tecnológica e mercadológica. A partir daí vai embasar as mudanças nos programas de atendimento às micro e pequenas empresas.

A partir dos anos 90, ficou em segundo plano o atendimento individual e personalizado, passou a investir em uma rede de parceiros terceirizados os quais executam os programas concebidos pelo SEBRAE.

Quanto às mudanças na forma de consultoria, o SEBRAE expõe que, inicialmente, trabalhavam *para* o empresário em um processo do tipo caso a caso. Posteriormente, passaram a trabalhar *com* o empresário, ou seja, acompanhando e orientando os passos dados pelo empresário. Hoje, o SEBRAE procura desenvolver formas de consultoria e de outros serviços de modo que o empresário seja responsável por sua própria mudança. Assim, surgem as consultorias coletivas, os cursos à distância, a contratação de consultores terceirizados (chamados de multiplicadores). A idéia é promover a auto-implantação dos programas nas empresas.

Os produtos do SEBRAE são desenvolvidos para serem produtos de um mercado, importando mais a quantidade de clientes atendidos do que a efetiva realização das metas - a solução dos problemas dos pequenos empresários²⁶.

Além disso, a partir de 1993, o SEBRAE fez novas pesquisas a fim de conhecer seus clientes e, em 1994, publicou o documento “SEBRAE 2000” com planos de atuação até o ano 2000. Neste documento, traçou formas de ampliar seus modos de atuação e incluiu como objetivo; “promover a criação de base jurídica e legal compatível com as necessidades das características das micro e pequenas empresas”(p.110).

A partir de 1994, na gestão de Augusto Brito, procurou-se uma descentralização do sistema, a idéia era que o SEBRAE Nacional fosse um “pólo catalisador, disseminador, de transferência de experiência”(p.108). Na fala de Brito:

Você tem que pegar os bons projetos disseminá-los e fazer com que as regiões os implantem, fazendo as adaptações... Se a gente valoriza o segmento, faz reconhecer a

²⁶ Lopes recebe informação de um funcionário de que, até 2000, cada ligação feita ao SEBRAE é contabilizada como atendimento prestado, deste modo, os números que o SEBRAE apresentava são superestimados.

importância do segmento, o SEBRAE se legitima em sua ação como principal defensor desse segmento. E foi o que aconteceu (idem. p. 108).

O SEBRAE, portanto, empreende várias medidas que o coloca como a entidade visível no âmbito das micro e pequenas empresas tanto nacional quanto internacionalmente. Coloca-se explicitamente como um órgão defensor deste grupo e propositor de medidas a serem levadas ao Congresso.

Em 1994, ano de eleições presidenciais, a entidade promoveu através da TV SEBRAE um debate eleitoral com alguns candidatos para que eles apresentassem suas propostas para o segmento das micro e pequenas empresas.

Além disso, o SEBRAE passou a desenvolver programas de entidades internacionais como o Empretec, que é um programa de treinamento idealizado pela ONU, e é efetivado em vários países. O SEBRAE também fez parte da Organização do OLAMP (Organização Latino- Americana das Micro e Pequenas Empresas) que abrange 12 países e 70 instituições de apoio às MPes.

Guilherme Afif, presidente do SEBRAE, em 1995 lançou a campanha “Estatuto da Pequena Empresa- tem que ser agora” e teve grande apoio do governo. O SEBRAE organizou o 5º Congresso Brasileiro das pequenas empresas (os quatro primeiros foram nos anos anteriores a 1984, quando da aprovação do primeiro Estatuto). Segundo Afif, a bandeira em prol do Simples era a geração de emprego. Devido ao prestígio junto ao Executivo e ao presidente do Senado, Sarney, o projeto foi aprovado rapidamente. Ainda na gestão de Afif foi criado o Fundo de Aval com o intuito de simplificação creditícia.

Mauro Durante, então diretor presidente, explica:

Nós conseguimos mobilizar as bancadas federais, estaduais e municipais, governadores, os prefeitos todos, o Executivo, os ministros de Estado, enfim, todas as forças importantes de nosso País, em termos de formação de opinião, de opinião que tenha voto no Congresso Nacional, sensibilizando-as para a questão da micro e pequenas empresas. Coligimos as propostas, através de seminários realizados em todo o país, jornadas históricas. Alguns eventos de caráter regional levavam milhares de pessoas. Discutíamos, nos fins de semana, com os próprios deputados. E conseguimos, nessa época, incrementar a Frente Parlamentar da Pequena e Microempresa, com alguns líderes que até hoje estão aí, à frente do movimento da micro e pequena empresa. Chegou um momento que, entre deputados e senadores, nós tínhamos cerca de 300 mandatários na Frente Parlamentar da Pequena e Microempresa. (Mancuso, p.117, 118)

O 5º Congresso Brasileiro da Pequena Empresa que ocorreu em dois dias no Congresso Nacional. Segundo Afif:

Fizemos reuniões no SEBRAE com todos os parlamentares, de todos os partidos. Criamos um ambiente favorável, na sociedade e no Congresso...e aí, o presidente Sarney virou-se para mim e disse: - Eu assumo, como presidente do congresso, a responsabilidade de assinar o projeto. Pedi, então, que ele assinasse esse compromisso. Passamos, então, a fazer a campanha e entrar em contato, um a um, com os parlamentares. Queríamos que a regulamentação saísse através do Congresso, pois do Executivo sairia morta, de saída, como de outras vezes (Mancuso, p.111).

Mas como a área econômica do Executivo reagiu à aprovação do Estatuto, Afif entrou em contato com o presidente Fernando Henrique para ratificar o acordo e conversou por telefone com o secretário da Receita Federal, o qual apresentou a Afif a proposta do Simples. Enquanto o Estatuto era discutido na Câmara, Afif articulou com o presidente Fernando Henrique: “conversei com Sarney e ele me disse o seguinte: se for bom para a pequena empresa e você está me dizendo que é, diga ao Presidente para ele fazer através de Medida Provisória. Se é para beneficiar vamos fazer rápido.”(p.112)

Em 1996, foi aprovada a lei do Simples, a regulamentação tributária e previdenciária para micro e pequenas empresas, enquanto que o Estatuto só saiu em 1999.

Na gestão de Pio Guerra Jr, presidente entre 1997 e 98 com um segundo mandato em 1999-2000, há a intensificação da interiorização da ação do SEBRAE, aumento do repasse de recursos aos estados e ampliação do alcance do Fundo de Aval, e incorporação da questão da exportação pelo APEX. Em 1999, Fernando Henrique Cardoso lança o Programa Brasil Empreendedor que foi executado pelo SEBRAE. De modo geral, neste período, o SEBRAE ampliou seus programas.

Em 1999, o SEBRAE fez uma “autocrítica”, chamada de “Reinvenção do SEBRAE”. A reinvenção foi uma estratégia de articular a atuação do SEBRAE com as políticas dos governos federal e estaduais. Em janeiro de 1999, o presidente do CD, Pio Guerra Jr, em reunião do Conselho defendeu a atualização da instituição diante de uma nova realidade social.

Para realizar tais mudanças foi criado um grupo de Planejamento Estratégico formado por técnicos do SEBRAE (de São Paulo, Santa Catarina e Nacional), da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Empreender de Santa Catarina. Esta equipe realizou cerca de 100 entrevistas com pessoas do SEBRAE, do governo e da iniciativa privada. Constatou

como dificuldades do Sistema: a falta de harmonia entre as unidades e a necessidade de integração entre produtos, processos e informação gerados pela instituição.

Segundo Mancuso, o SEBRAE necessitava de uma nova “concepção de ser”. Para isso, foi contratado Oscar Motomura, da empresa de consultoria Amana Key.

Motomura comenta a respeito da reunião onde apresenta suas propostas para 320 dirigentes e profissionais do SEBRAE: “Não foi uma reunião fácil. Pelo contrário, foi muito complexa, em que muitos pontos de vista, muitas visões diferentes, muitas possíveis abordagens às questões foram levantadas. Mas foi uma reunião extremamente rica em detalhes.” (Mancuso, p. 150).

O consultor relata a Mancuso que entre as questões mais controversas a respeito da mudança estava a amplitude da atuação do SEBRAE, “uns, entendendo como objetivo da instituição o atendimento às micro e pequenas empresas já existentes. Outros, incluindo os empreendimentos que ainda estariam por se formar, os clientes potenciais do SEBRAE, o que acabou prevalecendo”(p.150). Outro tema controverso era quanto à forma de contribuição feita ao SEBRAE. Havia a posição de que os benefícios deveriam retornar aos mesmos setores empresariais que contribuem para a organização, porém, a posição que prevaleceu foi a de que “esse conjunto de recursos seja usado da melhor maneira possível para beneficiar o país como um todo, sem qualquer tipo de distinção ou preferência de ramo ou natureza da atividade dos beneficiários”(p.150).

O discurso de Sérgio Moreira, diretor-presidente, sobre isso se refere ao combate à exclusão social.

Somos uma instituição irrequieta, eternamente insatisfeita com os nossos resultados, porque é sempre possível fazer mais, fazer melhor e mais barato, atingir mais pessoas, mais clientes, enfim, gerar mais satisfação. Por isso, optamos por um processo que se chamou de “reinvenção” do SEBRAE, um redirecionamento estratégico. Saímos da abordagem individual das pequenas empresas e passamos a tratar do seu ambiente. Hoje o SEBRAE é, sobretudo, uma instituição parceira. Partimos da convicção de que o SEBRAE, isoladamente, não vai produzir resultados sustentáveis e duráveis ao longo do tempo (idem, p. 147)

O resultado deste processo de reinvenção foi que o SEBRAE deixa de ser um órgão executor de programas para ser um órgão idealizador e gestor de programas que passam a ser executados por outras instituições. É uma forma de descentralizar a execução ao mesmo tempo em que centraliza a coordenação dos mesmos. A criação dos PAEs no SEBRAE-SP e a diminuição do número dos ERs e a prática de realização de parcerias com associações

comerciais, empresas e municípios vem a partir de 2000, quando da aprovação do novo direcionamento estratégico do SEBRAE.

Percebe-se que os objetivos do SEBRAE mudaram, incluíram as atividades políticas como uma das suas principais formas de atuação, modificaram o formato das consultorias, e reduziram custos, mas a justificativa é de que assim poderão atender mais e melhor aos seus clientes.

Vimos ao longo deste capítulo a história do CEBRAE, sua sobrevivência e transformação em SEBRAE. Ao longo desta história também estão a valorização da pequena empresa, tida agora como uma categoria social, um grupo latente a partir do qual o SEBRAE construiu seu “espírito de corpo”. Ao afirmar este segmento, também se afirma enquanto instituição legítima para falar em seu nome. Além disso, a construção da crença da organização ligada às pequenas empresas permite a ele tomar parte das disputas políticas em prol deste segmento.

Também foram identificados os pré-requisitos que estiveram presentes na trajetória organizacional do SEBRAE para que nele fossem introduzidos programas de empreendedorismo. Verifica-se o desvinculamento, inicialmente, do CEBRAE das atividades de crédito e sua especialização em consultorias e treinamentos.

Tem-se que o tipo de treinamento dado aos primeiros consultores com base na teoria comportamental, embora, ainda não associada ao termo empreendedorismo. Porém, ainda não compreendemos o conteúdo do que é denominado e difundido pelo SEBRAE por “cultura empreendedora”? Para isso, focamos o Programa Empretec, principal treinamento de empreendedorismo do SEBRAE.

SEGUNDA PARTE :

Empreendedorismo no SEBRAE e o caso do Programa Empretec

4. Empreendedorismo: a trajetória de um campo de conhecimento

Empreendedorismo é um termo que tem estado presente no vocabulário da economia e da administração e também no senso comum. No entanto, pouco tem feito parte das pesquisas das ciências sociais. Antes de voltarmos ao SEBRAE e seu programa Empretec, iremos percorrer as principais teorias do empreendedorismo. Neste capítulo, serão apresentados, primeiramente, os significados teóricos do empreendedorismo. Na sequência, discute-se a institucionalização no mundo acadêmico americano e brasileiro, assim como, sua difusão por meio de outros atores. Posteriormente, trataremos da origem do programa Empretec, para então, analisar como ele se dá no interior do SEBRAE.

4.1. Significados teóricos do “empreendedorismo”

Segundo Martinelli (1994), a primeira referência ao termo ocorreu no século XVI e definia o capitão que contratava soldados mercenários para servir ao rei. Apenas no século XVIII o termo passou a ser empregado para atores econômicos, *entrepreneurs* eram aqueles que introduziam novas técnicas agrícolas ou arriscavam seu capital na indústria.

Na teoria econômica, o termo *entrepreneur* não tem uma definição homogênea²⁷ mas é Schumpeter (1982) considerado o principal teórico clássico do empreendedorismo. Ele retoma o termo associando-o à inovação para explicar o desenvolvimento econômico.

Schumpeter tem dois escritos sobre empreendedorismo. O primeiro deles é o segundo capítulo de sua obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico* e o segundo trabalho é um artigo preparado para um Handbook em 1928. O primeiro é mais conhecido. Segundo Swedberg (2000), na primeira edição de seu livro, Schumpeter apresenta uma concepção mais

²⁷ O termo *entrepreneur* em inglês foi traduzido para português pelo termo “empresário”. Mas vem recebendo novos significados e comumente, o *entrepreneur* não é mais simplesmente traduzido por “empresário” mas sim, empreendedor, que ganhou sentido de empresário bem sucedido ou com qualidades especiais. É este o sentido que damos no Brasil ao termo “empreendedor”.

heróica do empreendedor e suas atividades. Chega a afirmar que há pessoas com capacidade para serem empreendedoras e outras não.

Em outras edições, o autor se atém à “função empreendedora” que envolve a ação de criar novas combinações e não às características pessoais.

Para Schumpeter, o desenvolvimento econômico se inicia a partir de *inovações*. Entende por este termo a introdução de novos recursos ou combinação diferenciada dos recursos produtivos já existentes. A inovação pode se manifestar das seguintes maneiras:

1. Introdução de um novo bem ou uma nova qualidade de um bem,
2. Novo método de produção (não precisa ser uma descoberta científica),
3. Abertura de um novo mercado,
4. Conquista de uma nova fonte de matéria prima (que já existia ou que foi criada),
5. Nova organização (como a criação de um monopólio ou fragmentação deste).

Em sua teoria do desenvolvimento, Schumpeter distingue o capitalista do *entrepreneur*²⁸ (traduzido como empresário).

“Mas, qualquer que seja o tipo, alguém só é um empreendedor quando efetivamente levar a cabo novas combinações, e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios.” (Schumpeter, 1982, p.56)

Ao contrário do capitalista, o *entrepreneur* não constitui classe, pois sua função não é duradoura. Um capitalista pode ser um *entrepreneur* no momento em que realiza uma inovação, mas deixa de sê-lo no momento em que, estabelecida a mudança, passar a administrá-la. “Portanto, a função essencial do empresário [*entrepreneur*] deve sempre aparecer misturada com outros tipos de atividade” (p.55).

O *entrepreneur* realiza uma função econômica, logo, é identificado pela ação que implementa uma inovação. A atividade do *entrepreneur* não se opõe aos trabalhadores como faz o capitalista, mas, se opõe à função do administrador. Esta função está presente durante os processos de crescimento econômico enquanto o *entrepreneur* tem função nos períodos de desenvolvimento.

²⁸ Aqui usarei o termo em inglês, apesar de ter lido a versão em português em que este termo é traduzido para empresário. Escolhi usar o termo em inglês por entender que ele é mais neutro que o termo empreendedor (em português) como foi explicado na nota n.24.

Ele é um líder porque é quem “assume as coisas”, mas também porque arrasta os demais produtores. A oposição entre o *entrepreneur* e o administrador revela uma oposição entre duas lógicas de ação, a do primeiro é guiada pelo “talento” enquanto a do segundo se guia pela racionalidade.

(...) a racionalidade consciente entra muito mais na realização de novos planos, os quais devem ser elaborados antes de que se possa atuar com base neles, do que na mera direção de um negócio estabelecido, que é em grande parte uma questão de rotina. E o empresário típico é mais egocêntrico do que os de outra espécie, porque, menos do que estes, conta com a tradição e a conexão, e porque a sua tarefa característica consiste precisamente em demolir a velha tradição e criar uma nova (Schumpeter, 1982, p.60).

Schumpeter não só se contrapõe à teoria neoclássica que sustenta a racionalidade do administrador, mas indica que o *entrepreneur* altera todo um contexto social ao criar uma nova tradição. No entanto, os herdeiros da teoria schumpeteriana, dentro das teorias econômicas, se ativeram às questões relativas à inovação tecnológica e organizacional.

Além desta perspectiva econômica, cujo principal representante é Schumpeter, se soma uma outra perspectiva chamada de comportamentalismo²⁹, para o qual o termo *entrepreneurship*:

Significa a atitude psicológica materializada pelo desejo de iniciar, desenvolver e concretizar um projeto, um sonho. Significa “ser empreendedor”. Diante desta perspectiva, reafirmamos que o empreendedorismo é algo que transcende o campo dos negócios e da economia (Souza Neto, 2003, p.112).

Na perspectiva comportamentalista, é nas características do *entrepreneurship*, ou seja, de um tipo de comportamento que se identifica quem é o *entrepreneur*. Aqui o termo não é traduzido por empresário, mas por empreendedor e este é entendido mais por seus atributos psicológicos e menos por sua ação econômica. Esta, na verdade, seria consequência dos primeiros.

David McClelland (1967), psicólogo, é o primeiro a elaborar um método para medir a intensidade da motivação. Segundo ele, há pessoas que manifestam o desejo de realização (*achievement*) enquanto outras vivem a obrigação da realização.

²⁹ Comportamentalismo ou behaviorismo é uma corrente teórica da psicologia que tem como referência os trabalhos de Watson iniciado em 1913, e se opõe às teorias que explicam o comportamento humano a partir do funcionamento interno da mente. O behaviorismo entende que o comportamento depende de condicionamentos, é aprendido na prática, por isso, é uma teoria adequada à formulação de treinamentos de empreendedorismo.

O autor sustenta sua tese citando pesquisa que mostra a formação diferenciada das crianças. Aquelas que foram formadas sob frases como: ‘procure seus próprios amigos’, ‘saiba andar pela cidade’, ‘se esforce para conseguir suas coisas’; e as compara com crianças que não são estimuladas pelos pais a tomarem decisões sozinhas, são os pais quem avaliam se os amigos são bons ou não, etc. Faz comparação entre sociedades a fim de saber se um alto grau de “n Achievement” (medida de comportamento empreendedor) produz sociedades realizadoras/ empreendedoras.

Leitor de Weber, McClelland considera que a Reforma Protestante estimulava a independência dos indivíduos, assim, trabalhavam mais e alcançavam maiores postos nas empresas. O autor, com esta análise, busca relações de causa e efeito entre as variáveis, disso decorre sua compreensão de que a Reforma causou o desenvolvimento capitalista³⁰. Esta interpretação permanece nos livros de administração e empreendedorismo publicados recentemente.

Nesta perspectiva comportamentalista, o *entrepreneur* é o homem que organiza a firma e /ou aumenta sua capacidade produtiva. McClelland mantém a noção de Schumpeter que o empreendedor é responsável pelo desenvolvimento econômico (embora não defina o que entende por isso), mas critica os economistas por eles não terem separado o *status* de empreendedor de seu papel efetivo. O *status* se refere à posição na sociedade enquanto que o papel é o comportamento real daquele que adquire o *status*. O empreendedor com tal *status* pode não demonstrar ter o comportamento empreendedor. Assim, este termo aparece como um qualificativo para um tipo de ação. Para McClelland todas as atividades humanas, não só as atividades econômicas, podem ser realizadas de modo empreendedor (“entrepreneurial way”).

Seguem algumas características do comportamento empreendedor apresentado por McClelland³¹:

³⁰ Na verdade, Weber está demonstrando um processo de racionalização da sociedade que perpassa tanto a religião protestante quanto as atividades econômicas. Os protestantes adquiriam disposições para o trabalho livre e racional que melhor se adaptava ao capitalismo. Não é possível traçar causalidade como faz McClelland. Weber considera multicausalidade nos fatos.

³¹ Tradução livre para o português.

“I. Entrepreneurial role behavior

a. Moderate risk-taking as a function of skill not chance; decisiveness

b. Energetic and/or novel instrumental activity

c. Individual responsibility

d. Knowledge of results of decisions. Money as a measure of results.

e. Anticipation of future possibilities

f. Organizational skills

II. Interest in entrepreneurial occupations as a functions of their prestige and “riskiness” (McClelland, 1967, p.207)

- a) Tomar decisões. Moderar tomada de risco em função da capacidade e não da sorte.
- b) Atividade instrumental energética
- c) Responsabilidade individual
- d) Conhecimento dos resultados das decisões (medido em dinheiro)
- e) Antecipação das possibilidades futuras (planejamento de longo prazo)
- f) Habilidades organizacionais

Suas pesquisas buscaram identificar quais os fatores que possibilitam a formação de empreendedores, assim como também, traçar comparações entre países. Segundo Souza Neto (2003),

Em suma, McClelland descreveu o empreendedor, fundamentalmente por sua estrutura motivacional. E ele corroborou, tal suposição, por muitas pesquisas e experimentos que utilizaram um teste de avaliação motivacional – o TAT (Thematic Aperception Test) – além de testes de resolução de problemas e , nesses trabalhos, o indivíduo empreendedor se mostrou com uma estrutura motivacional diferenciada pela presença marcante de uma necessidade específica: a necessidade de realização. Para ele, a necessidade de realização – “achieving”- era a “força motriz da ação empreendedora (p.115).

Uma característica dessas pessoas é o sentimento quanto às próprias possibilidades de êxito. Nesta perspectiva, indivíduos com esta necessidade tendem a buscar sempre o aperfeiçoamento e o progresso constantes.

O que se verifica, portanto, é uma combinação de variáveis estritamente econômicas como tecnologia, capital, etc a atributos psicológicos. Neste ponto, o *entrepreneur* apontado por Schumpeter não é mais uma função econômica situada em um determinado momento dentro do ciclo econômico, mas agora, na perspectiva comportamentalista, o empreendedor se torna um tipo de personalidade.

A partir de David McClelland, tem sido através de estratégias de mudanças de atitudes que muitos programas de formação de empreendedores são montados (...). a análise do processo de criação de empresas é normalmente baseada em estudos que envolvem atitudes. Determinar que atitudes e comportamentos são praticados pelos empreendedores tem sido uma variável relevante para os vários pesquisadores sobre o tema (Souza Neto, 2003, p.118).

Até aqui, tem-se a perspectiva das teorias econômica e psicológica sobre o empreendedor. Porém, a estes dois autores que são expoentes das duas principais abordagens

acerca do empreendedorismo, vem a ser importante acrescentar um terceiro por ser apontado como um marco para o vínculo entre as concepções do empreendedor e o tema da criação de pequenas empresas.

Em 1979, o economista David Birch publicou uma pesquisa nos EUA que levantou dados sobre a contratação e demissão no período entre 1969 e 1976. Dentre as principais conclusões está que as pequenas empresas (até 100 empregados) criaram 81% dos “net new Jobs” - total de novos empregos subtraídos do total de empregos perdidos no mesmo período (Souza Neto, 2003). Tendo como marco o trabalho de Birch, várias outras pesquisas tomaram as pequenas empresas como objeto de estudo.

Destas, a mais importante, foi a de US Small Business Administration (SBA) que utilizou arquivos de todas as empresas de 1976 a 1990 e chegou a mesma conclusão de Birch, embora com mais detalhes e refinamentos estatísticos. Ela verificou, por exemplo, que durante períodos de recessão econômica (1981-82, 1983-84), as pequenas empresas demonstraram uma contribuição substancial aos níveis de criação de novos empregos líquidos. Por outro lado, em períodos de expansão econômica após uma recessão (1979-80, 1985-88), os níveis de contribuição das pequenas empresas para a criação de novos empregos líquidos decaíam (Souza Neto, p.109).

Estas pesquisas contribuíram para que as pequenas empresas pudessem ser vistas aos economistas como um setor com potencial para o desenvolvimento. Além disso, também passaram a ser tidas como objeto de políticas públicas do Estado.

A partir dos conceitos de Schumpeter, juntamente com as pesquisas empíricas sobre pequenas empresas, as teorias econômicas se voltam ao empreendedor como ator do desenvolvimento, além disso, a ação empreendedora passou a ser vinculada mais fortemente às pequenas empresas.

Aqui apresentei a visão econômica e psicológica, assim como também a versão que a vincula às pequenas empresas, no entanto, há também a visão sociológica que apenas será mencionada aqui.

A visão sociológica do empreendedorismo propõe entender a criação de novos negócios a partir das redes de relações sociais que diversos atores travam. Aparecem nesta perspectiva análises quanto à solidariedade e individualismo em determinados grupos sociais.

Para Martinelli (1994), o empreendedor é um ator social que exerce papéis fundamentais em instituições-chave da economia de mercado e que, por isso, ele acaba por ocupar posições importantes nas sociedades capitalistas. Este autor também aponta a tendência da literatura em relacionar o empreendedorismo com a formação de pequenas

empresas³². Serva (2002), por exemplo, faz um levantamento de literatura e aponta que o campo do empreendedorismo é frequentemente confundido com o de pequenos negócios, e faz a crítica à literatura do empreendedorismo por faltar nela o exame dos dilemas que o empreendedor regularmente enfrenta.

Segundo Aldrich (2004), empreendedor e empreendedorismo são termos contestados frequentemente em conferências e publicações acadêmicas desde os anos 70, momento em que havia lutas por legitimidade dentro do campo acadêmico, um deles girava em torno do problema da distinção entre empreendedorismo e estudos de pequenos negócios. O debate também refletia disputas sobre unidade e níveis de análise. Aldrich identifica 4 perspectivas principais dentro dos estudos do empreendedorismo nos EUA:

1. A capitalização e o crescimento dos negócios é o foco dos estudos. Autores contrapõem estes negócios aos negócios “tradicionais”, isto é, fundados por pessoas que se satisfazem com o pequeno grau de crescimento e retorno das empresas.

2. Baseado em Schumpeter, outra vertente se refere a atividades inovativas e ao processo pelo qual inovações levam a novos produtos e novos mercados. É usado para empresas já estabelecidas. Mas há uma variante do termo que se refere a carreiras profissionais dentro das empresas, é o *intraempreendedor*. O problema desta perspectiva teórica é tomar inovação como critério, com isso, ignora que uma atividade pode ser considerada nova em um contexto e não em outro. Além disso, é difícil classificar *a priori* qual ato é inovador, pois é preciso, primeiro, analisar seus resultados.

3. Considera-se que identificar oportunidades de negócios é o coração do empreendedorismo. Nesta perspectiva, os recursos iniciais para o negócio não estão em questão, mas sim, a habilidade de indivíduos de detectar oportunidades. Esta vertente está de acordo com o ponto de vista de investidores e das teorias das estratégias por considerarem a ação futura. Assim, como o conceito de inovação, o de oportunidade pode ter vários significados. E é uma perspectiva que inclui necessariamente a abertura de empresas.

Empreender aparece, portanto, um processo subjetivo. Os economistas têm considerado a natureza irracional de percepções empreendedoras e da decisão de auto-

³² Sobre a perspectiva sociológica veja também SWEDBERG, R.(org.) *Entrepreneurship: the social science view*. New York: The Oxford University Press, 2000.

emprego. Pessoas parecem ignorar cálculos de custo-benefício quando se tornam empreendedoras, o que tem trazido questionamentos aos modelos econômicos. Encontram-se sociólogos nesta vertente e estão preocupados com o contexto social no qual há a entrada no mercado e as modalidades destas entradas.

4. Define-se empreendedorismo pela formação de novas organizações, quais comportamentos e atividades para isso acontecer. O empreendedor é quem assume o risco de fundar organizações. Nesta vertente também se encontram estudos sociológicos. A crítica que esta vertente recebe se refere à dificuldade de identificar quando uma nova organização de fato começa, isto é, quando é instituída, ou seja, se torna regular, podendo ser tomadas como critério para isso tanto a intenção subjetiva do empresário quanto a legalização da organização.

Segundo Swedberg (2000), o movimento do Empreendedorismo se espalhou pelo mundo sem considerar níveis de desenvolvimento dos países ou sua mentalidade e seus valores. Existem várias causas possíveis para isso: o reavivamento das pequenas empresas, mudanças na ideologia político-econômica após Thatcher e Reagan (1979-1980) e a passagem do keynesianismo para políticas pró-mercado. Também o desemprego foi somado à percepção de que novos negócios podem criar empregos em escala suficiente.

Os termos ‘empreendedor’ e ‘empreender’, inicialmente, tomados da linguagem cotidiana, ganharam caráter de conceito acadêmico e posteriormente foram popularizados levando consigo conotações econômicas e/ou comportamentais advindas do mundo acadêmico. Comumente, entende-se por empreendimento alguma realização ou feito não necessariamente econômico. Mas em geral, carrega conotação econômica, se referindo a alguma atividade remunerada, não necessariamente empresarial.

Quem empreende realiza uma atividade econômica, geralmente, é alguém que não é identificado como empresário (com empresa legalizada), mas também não é empregado, pois não é trabalhador subordinado. Podem ser identificados por este termo os profissionais liberais e trabalhadores autônomos informais ou eventuais.

No cotidiano, as conotações se misturam e as concepções populares (que não deixaram de existir) convivem com as conotações científicas. Portanto, as concepções de ‘empreendedor’ precisam ser investigadas dentro de contextos sociais específicos, pois nem sempre são generalizáveis.

Por exemplo, no depoimento de uma consultora do SEBRAE, comenta que o termo faz parte do vocabulário interno da organização para designar quem ainda não abriu empresa, mas enfatizou que não tem conotação pejorativa, sendo apenas uma forma de diferenciar os diversos clientes do SEBRAE: os empresários e os empreendedores. Assim, os usos do termo estão ligados a determinados contextos e também a quem os emprega. Neste caso, a nomeação tem um caráter descritivo e de diferenciação, mas pode também atribuir valor aos indivíduos nomeados.

Já o empreendedor quando pensado pelo viés de teorias do empreendedorismo, tem conotações mais específicas e mais imparciais. Se empreendedorismo for considerado criação de organizações, então, o empreendedor é seu fundador. Se, for a introdução de inovações, então, o criador ou introdutor da inovação é o empreendedor. Se pequenas empresas são fenômenos do empreendedorismo, então, empreendedores são empresários de pequenas empresas (não necessariamente fundadores).

Tendo discutido neste item os significados teóricos, assim como, alguns significados presentes no senso comum, passamos a seguir a expor como surgiu e se desenvolveu o empreendedorismo enquanto disciplina acadêmica nos EUA e, posteriormente, no Brasil.

4.2. O Campo Internacional

O campo acadêmico é um dos produtores de significados capazes de interpretar e guiar a atuação dos atores econômicos sobre a realidade social. Sendo assim, é de valia compreender a institucionalização do empreendedorismo dentro do campo acadêmico. Este capítulo expõe o surgimento e institucionalização do empreendedorismo em âmbito internacional e nacional. Para tanto, será apresentado, primeiramente, como esta temática se transformou em disciplina acadêmica nos EUA. Também faz parte do processo de institucionalização do empreendedorismo o fato de estas teorias terem transbordado os limites do mundo acadêmico sendo adotadas por “gurus” que atuam em um mercado de pacotes gerenciais (Huczynski, 1993; Donadone, 2000).

Howard Aldrich (2004) publicou um estudo a respeito da história do empreendedorismo enquanto disciplina acadêmica nos EUA. Segundo ele, desde a década de

70, há debates em torno da legitimação deste campo de pesquisa. Para entendê-lo é preciso tomá-lo historicamente.

Dentro das Business School, o estudo do empreendedorismo cresceu a partir de pesquisas que tinham orientação prática sobre as pequenas empresas. Os primeiros cursos focando a administração de pequenas empresas surgem, em 1947, na Harvard Business School e, em 1953, na University New York. Conferências sobre empreendedorismo foram iniciadas na década de 1970. A primeira aconteceu em Purdue University e a partir dela um grupo de acadêmicos começaram a fazer *lobby* para criar a autonomia do empreendedorismo entre as disciplinas acadêmicas, o que foi conseguido em 1987.

Um obstáculo para a institucionalização do empreendedorismo como disciplina acadêmica era a ausência de publicações especializadas. A primeira revista acadêmica iniciada em 1949, “Explorations in Entrepreneurship History”, teve seu título alterado para “Explorations in Economic History”. Outra dificuldade se deve ao fato de que as universidades de maior prestígio nos EUA, não se interessavam pelo assunto. Apesar de pesquisas serem realizadas em temas relacionados ao que hoje se chama empreendedorismo, não havia uma identidade acadêmica em torno deste termo.

Ainda segundo Aldrich, outras revistas foram criadas na década de 70, por elas pode-se ter um indicador da institucionalização do campo do empreendedorismo. Por exemplo, a “American Journal of Small Business” criada nos anos 70, mudou de nome em 1988 para “Entrepreneurship Theory and Practice” e a revista do respeitado Ian MacMillan³³: “Journal of Business Venturing”. A partir de 1988, foram criadas outras que se relacionam mais diretamente com o tema das pequenas empresas: “Family Business Review”, “Small Business Economics”, “Small Business Strategy” e “Entrepreneurship e Regional Development”.

A primeira conferência anual foi iniciada em 1981 pela Babson College, a qual tem sido a referência em pesquisas acadêmicas em empreendedorismo. Os sociólogos sempre foram minoria neste campo, estando principalmente inseridos em departamentos de “Business School”, em assuntos relacionados à teoria das organizações.

O campo acadêmico em torno do empreendedorismo cresceu na década de 80, em parte estimulado pelo interesse político em torno do trabalho de David Birch, a partir de 1979. Ele pesquisou o papel das pequenas firmas para a geração de empregos e promoveu

³³ Professor de inovação e empreendedorismo na Universidade do Sul da África. Diretor do Centro de Pesquisa em Empreendedorismo.

debates posteriores. O trabalho de Birch atraiu atenção de políticos do mundo e foi chamado para aconselhar políticos nos EUA, Europa e Ásia.

O surgimento do mercado *dot.com* foi outro fato que fez crescer o interesse popular e acadêmico na década de 90 sobre o empreendedorismo. Livros e revistas sobre o tema se tornaram um produto do mercado publicitário.

Donadone (1996) demonstra que na década de 80, a mídia de negócios teve um importante papel difusor dos principais pacotes gerenciais. Os principais atores difusores destes pacotes são chamados de ‘gurus gerenciais’. Segundo Huczynskin (1993), pode-se identificar três tipos principais de gurus: os acadêmicos, os consultores e os *managers* heróis, profissionais bem sucedidos que transformam suas idéias e experiências profissionais em produtos deste mercado. A institucionalização do empreendedorismo no mundo acadêmico se deu concomitantemente à formação de um mercado de pacotes gerenciais a partir de 1980, popularizando as teorias acadêmicas na mídia (livros, jornais, revistas, vídeos, sites, etc). Empresas de *marketing* de rede como a Amway sustentam a coesão do grupo utilizando, dentre outras táticas, o discurso do empreendedorismo.

O campo do empreendedorismo não ficou imune à atuação dos vários tipos de gurus. Por exemplo, embora o debate os autores clássicos façam é com outros autores de sua época, a partir de um contexto social e acadêmico peculiar, ainda hoje, tanto Schumpeter quanto McClelland são citados em manuais gerenciais, mas sem qualquer consideração contextual. Deste modo, retiram-se os contextos históricos, e ambos passam a ser considerados gurus por aqueles que os sucederam.

Deste modo, McClelland e Birch se constituíram em gurus dos tipos acadêmico e consultor, respectivamente. Além deles, ícones empreendedores (gurus do tipo *managers* heróis) aparecem nos jornais e revistas, como por exemplo, Bill Gates e Steve Jobs³⁴. Em 2002, haviam 17 periódicos orientados para empreendedorismo e mais de 7000 livros tendo o termo como palavra-chave (Aldrich, 2004).

Neste período, o interesse acadêmico aumentou e cresceram os números de centros de pesquisa em empreendedorismo. Há, nas universidades americanas, disciplinas de

³⁴ William Henry Gates III é, em parceria com o sócio Paul Allen, o fundador da Microsoft, a maior e mais conhecida empresa de software do mundo.

Steven Paul Jobs, principal rival de Bill Gates, é um empresário co-fundador das empresas de informática Apple Inc, da NeXT e do estúdio Pixar. Criou alta notoriedade em torno de seu nome por levar a cabo uma política industrial que valoriza a inovação e o design de seus produtos.

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/> acesso em 12/05/2008

empreendedorismo na graduação, MBA, linhas de pesquisa em doutorado e programas de doutorado exclusivamente em empreendedorismo.

O empreendedorismo saiu do mundo acadêmico e se espalhou não só pela literatura popular e pela mídia, mas também nas atividades de ONGs e organismos internacionais.

Após a Segunda Grande Guerra, a ONU buscou fomentar a criação de empresas e, para isso, além das linhas de crédito e treinamentos gerenciais buscou junto à USAID (United States Agency for International Development) pesquisas que estavam sendo realizadas pelo psicólogo David McClelland (Harvard) para desenvolver programas de capacitação focalizando a motivação. Como resultado, teve-se a criação de um programa de treinamento em empreendedorismo conhecido hoje como Empretec. Desde 1988, este vem sendo implementado pela ONU juntamente com entidades locais de diversos países. Este programa tem sido realizado, até 2007, principalmente nos países da América Latina e África. No Brasil, é implementado pelo SEBRAE.

Outro exemplo de nível internacional foi quando a OCDE publicou, em 1998, o documento “Fostering the Entrepreneurship: a Thematic Review”. Neste mesmo ano, também a Comissão Europeia e o Fórum Econômico Mundial também incluíram a criação de empresas como temática em suas pautas (Dornelas, 2001).

Um outro organismo internacional que promove o empreendedorismo é o Instituto Endeavor, criado nos EUA em 1997 por alunos da Harvard. Com atividades em vários países da América Latina, o Endeavor chegou ao Brasil em 2000 e tem como missão “gerar emprego e renda através do fomento à cultura empreendedora baseada em oportunidade e inovação”³⁵.

Além disso, desde 1998 é publicada anualmente a pesquisa GEM (General Entrepreneurship Monitor) realizada por pesquisadores da Babson College (EUA) conjuntamente com a London Business School (Inglaterra), cujo objetivo é medir a atividade empreendedora, ou seja, de criação de empresas dos países, e observar sua relação com o crescimento econômico. O estudo GEM³⁶ estabeleceu um índice de criação de novos negócios (Atividade Empreendedora Total). Este índice mede o potencial Empreendedor de cada país, e por ele, é estabelecido um *ranking* mundial. Em 2006 foram 42 países pesquisados e o Brasil ficou em quinto lugar.

³⁵ Veja site: <http://www.endeavor.org.br>, acesso em 20/ abril de 2007

³⁶ Veja site: <http://www.gembrasil.org.br/pdf/2006.pdf> acesso em 20/abril/2007

O GEM classifica os empreendedores por: I) oportunidade, ou seja, indivíduo cria uma empresa com planejamento prévio visando geração de lucro e emprego e II) necessidade, no qual o indivíduo age por falta de opção, por desemprego e não por planejamento, muitas vezes gerando empreendimentos informais.

O GEM tem por base as pesquisas feitas por McClelland, segundo abordagem comportamental. Na apresentação do Relatório da pesquisa GEM, encontrado na internet (com link no site do SEBRAE) define-se o empreendedorismo como a criação de novos negócios e a importância da pesquisa GEM:

O GEM tem tido uma presença crescente no Brasil. Seus relatórios, sumários e estudos derivados contribuem para o estabelecimento de uma nova linguagem do empreendedorismo. Terminologias antes desconhecidas passam a fazer parte de uma espécie de senso comum do tema – pense-se, por exemplo, na difusão da expressão “empreendedorismo por necessidade”. (GEM)

Inicialmente, como temática acadêmica, o empreendedorismo passou a ser produto do mercado de pacotes gerenciais e programas de políticas públicas, vários outros atores sociais tomaram-no como bandeira para suas práticas. Com isso, a noção de empreendedorismo perpassa hoje vários âmbitos da sociedade.

4.3. O campo Brasileiro

No que se trata à produção universitária, também se verifica que o tema da criação de pequenos negócios foi introduzido nas disciplinas acadêmicas. As informações que se seguem, foram obtidas da dissertação de Silva (2002) e também de artigo da Revista SEBRAE n. 1 de 2001.

Em 1981, foi criado na Fundação Getúlio Vargas o primeiro curso de especialização de “Novos Negócios” e em 1984, este foi estendido para a graduação com o nome “Criação de novos negócios – formação de empreendedores”. Em 1989, foi criado nesta mesma faculdade o Centro Integrado de Gestão Empreendedora (CIAGE) e a partir disso, cursos de empreendedorismo foram inseridos no mestrado, doutorado e MBA.

Em 1984, a UFRGS iniciou uma disciplina “Ensino de Criação de Empresa” em curso de Ciências da Computação. No mesmo ano, a USP inicia a disciplina “Criação de Empresas” na graduação em administração e, em 1985, uma disciplina na pós-graduação voltada para empreendimentos de base tecnológica.

No início da década de 90, o SEBRAE-MG apoiou a criação do Grupo de Estudos de Pequenas Empresas (GEPE) no Departamento de Engenharia de Produção da UFMG. Entre os anos de 92 a 94, este grupo ofereceu Workshops com professores canadenses, com destaque para Louis Filion³⁷. Em 92, o departamento de informática da UFPE cria o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR) que três anos depois criou uma incubadora de projetos de exportação de software.

A partir da década de 1990, os cursos criados em nível superior passam a conter referências ao termo empreendedorismo para se referir à criação de novos negócios. Em 1995, a Escola Federal de Engenharia de Itajubá-MG (EFEI) criou o Centro Empresarial de Formação Empreendedora de Itajubá (CEFEI). Em 1992, a FEA/USP, em parceria com o SEBRAE, inicia programas de formação de empreendedores para profissionais interessados em abrir seu próprio negócio. A UFSC cria a Escola de Novos Empreendedores (ENE) e o programa Softex-CNPq, desenvolveu a disciplina “Empreendedor em Informática”. E, em 1995, na UnB foi desenvolvida a Escola de Empreendedores, com o apoio do SEBRAE- DF. Já, em 1997, surge a Rede de Ensino Universitário em Empreendedorismo (REUNE) também apoiado pelo SEBRAE e pelo IEL/ MG.

O Programa Softex-CNPq implantou 2 projetos que visavam estimular a exportação: o Gênesis, na Área de incubação universitária e o Softstart, na área de ensino de empreendedorismo. Como resultado, houve a disseminação de disciplina “Empreendedor em Informática” em pelo menos 100 instituições de ensino, inclusive a UFSCar. Além do CNPq, o programa teve apoio do SEBRAE, FINEP e BNDES.

Em 1998, é criada a Universidade SEBRAE de Negócios (USEN) no Rio Grande do Sul. É a primeira universidade corporativa de empreendedorismo, oferece 10 cursos de duração de 2 e 3 meses e também oferece programas solicitados por empresas para treinar funcionários.

Recentemente, em 2006, o SEBRAE treinou professores da UNESP para ensinar empreendedorismo em uma disciplina optativa oferecida a todos os cursos de

³⁷ Louis Filion, professor canadense da cadeira de empreendedorismo na HEC Montreal, consultor e escritor de livros que influenciaram autores brasileiros como, por exemplo, Fernando Dolabella, o qual era professor na UFMG e já escreveu trabalhos em parceria com Filion.

graduação. E no ano de 2007, o SEBRAE propõe à UFSCar a implementação desta mesma disciplina como optativa disponível a todos os cursos de graduação do campus.

Encontra-se que, todo este processo de institucionalização foi iniciado na década de 70, nos EUA, e posteriormente, chegou ao Brasil. Os quadros a seguir resumem os resultados da pesquisa e expõem a cronologia dos fatos. Além disso, inclui-se a entrada de outros atores quando o tema já está instituído na academia, por exemplo, consultores, mídia, ONGs, entidades internacionais e governos locais:

Quadro 5: Comparação dos atores de difusão do empreendedorismo: EUA vs Brasil

PERÍODO	ESTADOS UNIDOS
Antes de 1970	*Primeiras disciplinas de administração de pequenas empresas criadas : - 1947 Harvard Business School - 1953 University New York
Década de 70	*1ª Conferência de empreendedorismo em Purdue University *Primeiras revistas acadêmicas: <i>Explorations in Entrepreneurship History</i> *, <i>American Journal of Small Business</i> ** , Journal of Business Venturing, *1979: David Birch publica pesquisa sobre pequenas empresas que se tornou referência para políticas públicas.
Década de 80	*Muitas revistas são criadas: <i>Family Business Review</i> , <i>Small Business Economic</i> , <i>Small Business Strategy</i> e <i>Entrepreneurship and Regional Development</i> . * 1981: Primeira conferência anual: realizada na Babson College *ONU começa a aplicar treinamento em empreendedorismo em vários países
Década de 90 em diante	*Já se contam mais de 17 periódicos dedicados ao tema. * MBA e 2 programas de pós-graduação. *7000 livros não acadêmicos sobre o tema *Criação de centros de empreendedorismo *Pesquisa General Entrepreneurship Monitor (GEM) em vários países.

Fonte: elaborada pela autora a partir de Aldrich (2003) , Dornelas (2005), SEBRAE (2000)

*porém, teve seu nome alterado para *Explorations in Economic History*

** também teve seu nome alterado para *Entrepreneurship Theory and Practice*

PERÍODO	BRASIL
Antes de 1980	Não se encontra qualquer referência ao termo.
Década de 80	<p>*1981: FGV cria curso de especialização ‘Novos Negócios’</p> <p>*1984: FGV curso para a graduação ‘Criação de novos negócios: formação de empreendedores’, UFRS cria curso de ‘Criação de negócios’ para Computação, USP cria curso de ‘Criação de empresas’ na graduação.</p> <p>*1985: USP cria curso na pós-graduação</p> <p>*1989: FGV cria Centro Integrado de Gestão Empreendedora (CIAGE), MBA e pós-graduação. Aparece a primeira revista popular: Pequenas Empresas Grandes Negócios e programa de TV do mesmo nome.</p>
Década de 90 em diante	<p>*1990: EFEI- MG cria Centro Empresarial de Formação Empreendedora de Itajubá (CEFEI).</p> <p>*1992: USP faz parceria com SEBRAE para treinar profissionais; UFSC cria a Escola de Novos Empreendedores (ENE)</p> <p>* 1993: SEBRAE passa a ofertar o treinamento de Empreendedorismo da ONU: Empretec.</p> <p>*1995: UNB desenvolve a Escola de Empreendedores com apoio do SEBRAE.</p> <p>*1997: UNB Rede de Ensino Universitário em Empreendedorismo (REUNE)</p> <p>*1998: Universidade SEBRAE de Negócios (USEN- SEBRAE) no RS</p> <p>*1999: Políticas públicas como; Programa Brasil Empreendedor, Proger, Microgerar.</p> <p>*2006: UNESP inicia disciplina optativa de empreendedorismo a todos os cursos de graduação.</p>

Fonte: elaborado pela autora a partir de Dornelas (2005), SEBRAE (2000)

Segundo Revista SEBRAE n.1, até o ano de 2001, havia no país “14 estados onde as universidades, tanto públicas quanto privadas, apresentam disciplinas de Empreendedorismo. São, ao todo, 126 instituições de ensino superior, das quais 57% privadas e 43% públicas, com 76 cursos superiores que incorporam a disciplina em suas grades

curriculares”. Pela relação de cursos criados no Brasil, percebe-se, primeiramente, que até a década de 80 os primeiros cursos tratavam de criação de empresas, sendo que depois foram renomeados para dar ênfase ao que se designa empreendedorismo.

A pesquisa em nível macro indica que no Brasil, no meio acadêmico, os cursos de criação de empresas vieram a ser substrato para posteriormente se vincular ao termo empreendedorismo³⁸. Enquanto nos EUA a pesquisa sobre MPEs não se vinculou diretamente ao empreendedorismo mas fez valorizar as MPEs como geradoras de emprego, sendo que o empreendedorismo já era discutido desde a década de 50.

Já no Brasil, o tema da valorização das MPEs já existia quando houve a chegada dos temas do empreendedorismo. Aqui se tornou freqüente o sentido de empreendedorismo ligado à criação de empresa de base tecnológica e menos ligado ao investimento em capital ou estratégias de organização. Além disso, também surgiu com objetivos aplicativos.

Assim, o vínculo entre MPE e empreendedorismo é mais direta em programas que visam aplicação e não desenvolvimento teórico como se dá na academia.

4.4. Empreendedorismo nas pesquisas acadêmicas brasileiras

Pesquisando entre os resumos de teses e dissertações disponíveis no site da Capes, encontra-se, no Brasil, uma série de pesquisas sendo realizadas sobre o tema nas mais diferentes áreas do conhecimento, como a administração, a economia, a engenharia de produção, a sociologia e mesmo a educação. Encontra-se entre estes trabalhos várias pesquisas que tomam o empreendedorismo como algo próprio de pequenas e micro empresas. Estas pesquisas visam, a partir de estudos de caso, verificar o perfil empreendedor dos empresários contrastando suas ações com as características dadas pela literatura acadêmica sobre empreendedorismo (Diniz, 1992; Ramos, 2003; Dutra, 2002; Greatti, 2003). Tais pesquisas tomam as características do empreendedor para explicar o empreendimento.

Há também outras pesquisas que enfatizam a introdução de tecnologia nas micro e pequenas empresas a fim de alcançarem maior competitividade (Oliveira, 2002; Santana, 2003). Além desta perspectiva, existe também aquela que entende o

³⁸ Os vínculos entre MPE e empreendedorismo dificilmente pode ser datado. Além disso, pode ter ocorrido de modos diferentes em instituições diversas.

empreendedorismo como um conjunto de estratégias para criação, crescimento ou sobrevivência das micro e pequenas empresas (Leite, 1992; Bortoli, 1987). Há um grupo de autores preocupados com o empreendedorismo enquanto disciplina de ensino e se atém em analisar vários programas de educação em universidades e outras instituições (Marcarini, 2003; Machado, 1999). Por fim, há também trabalhos que se atém às peculiaridades de empreendimentos levados por mulheres e indicam que elas se lançam ao empreendedorismo por terem a necessidade de conciliar trabalho e família (Gomes, 2003; Quental, 2003).

As principais pesquisas existentes no Brasil sobre micro e pequenas empresas, especialmente sobre a abertura dessas empresas advém de *surveys* aplicados pelo SEBRAE ou da utilização de banco de dados secundários, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Estas pesquisas quantitativas servem de material empírico para vários estudos acadêmicos. Embora tenham a qualidade de conseguir descrever a complexidade de unidades empresariais em uma ampla base territorial, no entanto, perdem de vista a relação do indivíduo com as demais instituições que existem na sociedade e que são acessadas para a abertura de uma empresa (bancos, prefeitura, SEBRAE, outras empresas, etc).

Há dificuldade em traçar indicadores padronizados para o Brasil para compararmos aos dados já apresentados por Aldrich, pois o sistema universitário e de periódicos brasileiros é bastante diferente do americano. Buscando em site dos periódicos Capes e *Scielo* não se encontrou periódicos brasileiros com o termo empreendedorismo, também a busca por artigos neste site foi negativa, encontram-se artigos apenas a partir da palavra chave “pequena empresa”.

Buscando no Qualis da Capes não há revistas de Economia, Engenharia de Produção, administração, contabilidade, etc que se dediquem ao tema empreendedorismo, há revistas sobre inovação, tecnologia, desenvolvimento, temas que podem fazer referência, mas não estão nomeados pelo termo empreendedorismo.

Pesquisas sobre empreendedorismo não estão tão bem delimitadas e perpassam várias áreas. Isto é, não têm uma fronteira tão rígida. Na Apec (Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia), não foram encontradas referências a pesquisas sobre empreendedorismo. Não há qualquer área temática sobre este termo.

Por outro lado, tem-se que a Anpad (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração), principal associação de pesquisa em Administração, criou em 2003 um grupo de trabalho denominado “Empreendedorismo e comportamento empreendedor”. Em 2006, são dois os grupos de trabalho com nome de empreendedorismo um ligado ao eixo temático “Estratégia em organizações” que se refere ao já mencionado

grupo de trabalho e o outro ligado à “Gestão de ciência, tecnologia e inovações” e que se denomina “Empreendedorismo e Negócios Inovadores”. Tal fato demonstra que a temática tem ganhado adesão entre os acadêmicos e também expressa as duas grandes vertentes das teorias do empreendedorismo: a econômica, ligada à inovação, e a comportamentalista.

Entre os primeiros, são encontrados trabalhos sobre incubadoras de empresas de base tecnológica, consórcios de exportação, indústrias de softwares, Arranjos Produtivos Locais (APLs). E entre os segundos encontram-se redes de relacionamentos, questão feminina, intraempreendedorismo, desenvolvimento local, liderança, migração e religião. Conseqüentemente, pelo termo se encaixam inúmeros temas, sendo que uma parte deles se refere a formas de organizações recentes que vem se difundindo pelo Brasil, principalmente na década de 90, são novos formatos de administrar recursos e pessoas.

A outra vertente, procura lidar com fatores não econômicos e tenta integrá-los a análises econômicas. Procuram-se explicações no indivíduo e suas redes de contato. Encontram-se mais referências ao termo empreendedorismo entre os administradores e poucas citações sobre o SEBRAE. Entre as pesquisas realizadas por engenheiros de produção, há muitas citações do SEBRAE porque este lhes serve como fonte de dados. No entanto, há pouca publicação sobre empreendedorismo.

O mundo acadêmico deve ser entendido em sua estrutura de campo. O qual não é homogêneo, portanto, uma disciplina como empreendedorismo também está sujeita às disputas do campo. Vê-se, por exemplo, que o empreendedorismo esteve ligado à área da administração e não outras como a economia e um pouco na engenharia de produção³⁹.

No que se refere a eventos acadêmicos, além dos congressos e encontros realizados pela Anpad, existe um congresso de nível nacional, o Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE) que está, em 2008, na sua quinta edição. Há outros eventos de nível local promovido por universidade. Também consta a existência de eventos não acadêmicos como, por exemplo, um congresso internacional anual que já está na sétima edição realizado pelo SEBRAE para reunir os “empretecós” (termo pelo

³⁹ Muito ainda precisa ser investigado sobre a estrutura do campo acadêmico, em especial, a da administração para entender as mudanças de significados dado ao termo e também compreender como foi possível o aparecimento de gurus acadêmicos em determinado momento. Ou mais ainda, compreender as relações um tanto conflituosa entre o SEBRAE e a academia, inclusive para entender porque em certo momento o SEBRAE se tornou instituição mais legítima do que a academia para falar de empreendedorismo perante determinado público alvo.

qual se identificam as pessoas que participaram do principal programa de empreendedorismo do SEBRAE, o Empretec).

Quanto à quantidade de livros no Brasil, foi pesquisado em sites de venda, no Submarino contam 64 livros e na Saraiva, 26. Vários desses livros são de autores estrangeiros, mas também há autores nacionais com Dolabela e Dornelas. No Brasil, tem-se, por exemplo, na mídia a Revista “Pequenas Empresas Grandes Negócios”, existente desde 1989, juntamente com o programa de mesmo nome veiculado pela Rede Globo.

Também se faz cada vez mais comum o surgimento de profissionais vinculados a esta temática, para dois muito referenciados dentro da administração: Fernando Dolabela, professor universitário, palestrante e escritor de livros *best seller* em empreendedorismo e José Dornelas, também professor universitário, palestrante e escritor de livros sobre a mesma temática. Veja a seguir a biografia deles retirada de sites particulares onde eles apresentam seus dados e seus serviços ao público interessado.

FERNANDO DOLABELA: Consultor e professor da Fundação Dom Cabral, ex-professor da UFMG, consultor da CNI-IEL Nacional, do CNPq, e da AED (Agência de Educação para o Desenvolvimento) e dezenas de universidades. É autor de livros *best-seller* na área de educação empreendedora, o mais conhecido deles é “o Segredo de Luisa”. Elaborou um método pedagógico de empreendedorismo para o ensino em nível fundamental, médio e superior. Também é autor de um software de plano de negócios.

(<http://www.dolabela.com.br/>. Acesso em 15/12/2007)

JOSÉ DORNELAS: é conferencista, consultor de empresas e professor de empreendedorismo. Leciona em cursos de MBA na USP - Universidade de São Paulo, MBA Executivo no IBMEC-SP, e como professor convidado em diversos programas no país e no exterior. É engenheiro pela USP São Carlos, com mestrado e doutorado também pela USP. Realizou seu pós-doutoramento nos EUA e foi o primeiro e único professor brasileiro como Visiting Scholar no Centro de Empreendedorismo do Babson College. Publicou livros na área de empreendedorismo corporativo, incubadoras e plano de negócios.

(<http://www.josedornelas.com.br/biografia/>. Acesso em 15/12/2007)

Ambos os autores acima citados fazem parte do universo de gurus acadêmicos brasileiros. Além deles, há outros nomes de consultores especializados em empreendedorismo freqüentes na mídia, inclusive *on line*, porém basta para os nossos objetivos traçar o perfil apenas destes dois principais gurus do empreendedorismo brasileiro.

Também há vários sites em internet como, por exemplo, Somma e empreendedor, inclusive com testes para o leitor saber se é ou não um empreendedor, como, por exemplo, no site do SEBRAE. Além destes, há também sites de consultores para aconselhamento de indivíduos e para informar sobre a temática dos pequenos negócios. Vários destes meios difundem casos de sucessos de indivíduos bem sucedidos. Nestes casos de sucesso aparece que “ser empreendedor” tanto pode ser considerado um atributo inato ou adquirido, mas está vinculado a capacidades dos indivíduos.

No Brasil, se verifica também a existência de várias políticas tanto locais quanto estaduais e federais que incorporam como justificativa a capacidade de empreender do brasileiro. Estas políticas visam estimular a criação de atividades econômicas em nível local, seja com oferta de crédito, como o Programa Brasil Empreendedor - formulado pelo governo FHC em 1999 e executado pelo SEBRAE - como também iniciativas educacionais e de criação de emprego e renda como o Proger (Programa de Geração de emprego e renda), um exemplo regional é também o Microgeraes (Programa de estímulo à criação de Microempresas no Estado de Minas Gerais).

Levando em conta que este fenômeno no Brasil é recente, uma vez que, os cursos universitários mais antigos sobre o assunto são do início da década de 80 e a revista de massa mais antiga no Brasil destinada ao público de pequenos empresários, a PEGN, data de 1989, percebemos que as pequenas empresas se tornaram público a que uma diversidade de atores destina conselhos e ações. Fernando Dolabela, um dos principais “gurus” do empreendedorismo no Brasil, escreve na Revista SEBRAE n.11 de 2004:

O Brasil tem aversão à microempresa. Esse é um truísmo antigo, que vem à tona agora, quando a sociedade tenta declarar guerra à miséria. Foi construído ao longo da nossa história, em que a sociedade brasileira criou fortes mecanismos de rejeição cultural ao surgimento da microempresa.

Eis uma fala de atores comprometidos (Dolabela e a Revista SEBRAE) com a ressignificação de uma noção de micro e pequena empresa anteriormente com conotação negativa para uma conotação positiva. O que se percebe no Brasil é que muitas das iniciativas nomeadas pelo termo empreendedorismo se dão com apoio do SEBRAE, notadamente, a partir da década de 90.

A entrada do empreendedorismo nas universidades brasileiras está ligada às próprias mudanças internas do campo acadêmico, por exemplo, a parceria universidade –

empresa, o crescimento das particulares criando concorrência, dentre outras mudanças que podem ter ocorrido e não foram aqui identificadas. Logo, a trajetória das instituições acadêmicas faz entender as diversas relações construídas entre, por exemplo, estas e o SEBRAE.

As parcerias de instituições com o SEBRAE, na década de 90, vem a ser uma forma de ligar as MPEs ao empreendedorismo, já que o SEBRAE já havia definido como seu público-alvo este segmento de empresas. Portanto, este público seria alvo também dos programas de empreendedorismo. No SEBRAE, o empreendedorismo apresenta um padrão homogêneo enquanto que a academia tem freqüentes disputas em torno de definições. Assim, há diversos vínculos entre MPE e empreendedorismo que vão variar em instituições diferentes e que merecem ser investigadas sociologicamente.

4.5. Tecnologia e a legitimidade do empreendedorismo

Desde Schumpeter tem-se que empreender está relacionado à tecnologia e inovação, no entanto, a definição e conseqüente identificação de uma inovação é algo que deve ser determinado por alguma instituição.

A partir da leitura da dissertação de Silva (2002), nota-se que o empreendedorismo quando tomado pelo campo acadêmico aparece frequentemente associado à criação de empresas de base tecnológicas. As universidades pesquisadas pelo autor (UFMG, PUC-Rio e UFSC) apresentam projetos de incubadoras de empresas e oferecem disciplinas em cursos universitários que trazem resultados tecnológicos como informática, engenharia de produção, materiais e química, por exemplo.

A Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec) menciona em seu site, fomentar o empreendedorismo de inovação. Por esta expressão leva a crer que a inovação é um tipo de empreendedorismo (mas não é o critério que o define, como é para Schumpeter).

O Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel) também fomenta incubadoras de empresa de base tecnológica, desenvolvendo projetos nesta área desde a década de 70, mas foi na década de 90 quando passou a fazer parceria com o SEBRAE que adotou o termo empreendedorismo em seus projetos. No caso da Inatel, o SEBRAE passou a dar apoio e assessorar iniciativas já consolidadas, reforçando assim uma iniciativa tecnológica

e, por outro lado, dando subsídio para sustentar a veracidade do sucesso do empreendedorismo e da atuação do próprio SEBRAE.

No site da Inatel encontra-se longa explicação sobre empreendedorismo. Menciona que muitas pesquisas são feitas para identificar as características do empreendedor sem chegar a um consenso, no entanto, nenhum pesquisador questiona que empresários de sucesso têm comportamentos diferentes dos demais.

Sabendo que historicamente as pequenas empresas tendem a ser vistas como tradicionais e atrasadas, as experiências das incubadoras de empresa de base tecnológica vêm reverter esta percepção.

Inovação pode ter vários significados, mas em se tratando de tecnologia recém produzida na universidade é facilmente considerada uma inovação. Quando o termo empreendedorismo aparece associado às empresas de base tecnológicas, e empresas bem sucedidas, o termo adquire uma conotação positiva, relacionando ao progresso econômico o que antes era associado à pobreza das pequenas empresas. Ao conectar o tema do empreendedorismo a empresas tecnológicas, surge disso metáforas que podem ser transposta a outros casos que passam a ser nomeados pelo mesmo termo. Esse processo de nomeação gera um ciclo de legitimação (propiciado inclusive pelo mundo acadêmico) de atores até então mal vistos ou, ao menos, ignorados pela sociedade.

Estes casos de sucesso são, posteriormente, relatados pelos gurus do empreendedorismo como exemplos a serem seguidos. Deste modo, são difundidas metáforas que favorecem o processo de mudança cultural. (Douglas, 1998)

Por exemplo, a associação entre tecnologia e empreendedorismo está imortalizada no termo Empretec (empreendedorismo + tecnologia), originado na Argentina. Talvez para a introdução de um programa de treinamento novo, tenha sido preciso recorrer a alguma instituição já reconhecida/ estabilizada como é a tecnologia.

5. A Chegada do Empreendedorismo no SEBRAE

Este capítulo irá traçar a história do único programa de empreendedorismo em âmbito mundial: o Empretec. Na seqüência, temos sua introdução junto aos programas do SEBRAE. Os dados aqui obtidos advêm, principalmente, de descrições dos sites do SEBRAE, e relatório encontrado em sites da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).

5.1. Origem do Programa Empretec

O incentivo à criação de empresas por meio de linhas de crédito em âmbito internacional tem como marco inicial a criação da ONU. Tendo avaliado como insatisfatórios todos os resultados dos incentivos dados aos países, a ONU buscou junto à USAID pesquisas do Dr. David McClelland que enfatizavam a motivação para a realização.

Estas pesquisas resultaram em um programa de treinamento denominado Empretec. Este se originou no United Nations Centre for Transnational Corporations (UNCTC) e, até o ano de 2007, é coordenado em nível internacional pela Divisão de Investimento, Tecnologia e Desenvolvimento Empresarial na UNCTAD.

Em 1982, a MSI (Management Systems International), empresa que realizava capacitação empresarial, foi contratada juntamente com a empresa de consultoria McBer e Company (de McClelland), ambas nos EUA, para realizarem pesquisas em nível internacional a fim de responder: quais comportamentos levam ao sucesso das empresas?

Esta pesquisa deu continuidade àquelas já desenvolvidas por McClelland e durou cerca de 2 anos. Os resultados obtidos foram base para que fosse desenvolvido um programa de capacitação empresarial o qual foi testado pela primeira vez em 1985, em um Workshop em Cranfield, Inglaterra.

Este Workshop foi assistido por treinadores da Índia, Equador, Filipinas, Malásia, Quênia, Inglaterra e EUA. Neste primeiro Workshop, foram trabalhadas 20 características do comportamento empreendedor (CCE). Com a introdução de práticas

pedagógicas, algumas CCEs foram combinadas ou eliminadas quando havia ambigüidade ou quando a prática mostrava que as CCEs eram mal interpretadas ou mal utilizadas. Foram também separadas as CCEs que podiam ser ensinadas das que não podiam. O programa ficou contemplando 10 CCEs (e permanece assim) que são agrupadas em 3 conjuntos:

- I. Conjunto de Realização
 - a. Busca de oportunidade e iniciativa
 - b. Correr riscos calculados
 - c. Exigência de qualidade e eficiência
 - d. Persistência
 - e. Comprometimento
- II. Conjunto de Planejamento
 - a. Busca de informações
 - b. Estabelecimento de metas
 - c. Planejamento e monitoramento sistemático
- III. Conjunto de poder
 - a. Persuasão e rede de contatos
 - b. Independência e autoconfiança

Em processo de modificação e testes, o programa foi incorporado a treinamentos existentes em vários países. Em 1986, o programa foi implementado no Malawi, África. Entre 1986 e 1989, o Workshop foi ministrado a 505 pessoas de 18 países. Na América Latina foi iniciado em 1988, na Argentina. Foi quando recebeu o nome de Empretec (empreendedor + tecnologia) o qual foi adotado pela ONU e estendido a outros países do mundo.

Atualmente, o Programa pode se constituir de: a) seminário de treinamento em empreendedorismo, b) desenvolvimento de pacotes gerenciais, c) pacotes de aconselhamento e atividades de cooperação (formação de redes).

Pesquisando no site da Fundação Empretec na Argentina, entidade que realiza o Programa neste país, tem-se que o Empretec foi criado pela UNCTAD para fomentar a atividade empresarial em países menos avançados. A UNCTAD foi criada em 1964 e promove a integração dos países em desenvolvimento na economia mundial, oferece assistência técnica e coopera com outras instituições que prestam assistência. Sua missão é aumentar o número de empreendedores nos países em vias de desenvolvimento, assegurando o nível de fontes de novos empregos e melhores condições para integrar o mercado global.

No site da UNCTAD, o Empretec é apresentado como um programa para promover pequenas e médias empresas e também as capacidades empreendedoras. Tem a vantagem de poder ser aplicado a pessoas diferentes, desde empresários a funcionários públicos. Segundo dados da UNCTAD, ao longo dos anos, o Empretec recebeu suporte de várias agências locais e programas de assistência às pequenas empresas. Estima-se que o programa recebeu ao menos US\$ 35,3 milhões entre 1989 e 1999 de governos locais e de doadores multilaterais.

O componente crucial do Empretec é o Seminário de treinamento, o qual é o denominador comum entre os países que procuram desenvolver motivação e promover mudanças comportamentais.

Uma vez realizada a pesquisa comportamental de McClelland, quem foi responsável pela elaboração da metodologia foi a mexicana Marina Fanning⁴⁰. Ao fim, o seminário foi construído inteiramente por dinâmicas comportamentais⁴¹. Inicialmente tinha duração de 16 dias, atualmente são 10, em média, sendo que no Brasil são 9 dias. Porém, no início de 2008, a ONU remodelou o Programa para ter duração de 6 dias.

O programa teve 3 fases iniciais: de 1988 a 1994, quando a UNCTAD em New York era quem coordenava o programa. Depois, este foi transferido oficialmente para a UNCTAD em Genebra em 1994, mas até 1998 ficou operando em 2 lugares. E finalmente, em 1998, a responsabilidade ficou totalmente em Genebra.

O programa de empreendedorismo Empretec para ser implementado nos países deve ser solicitado à UNCTAD, a qual irá avaliar e selecionar quais organizações locais comportam a realização do Programa. Se não houver nenhuma organização nacional, então, é desenvolvida uma estrutura própria, um Centro do Empretec⁴².

⁴⁰ Em notícia do site do SEBRAE encontra-se a seguinte descrição: “responsável pela implantação do Programa Empretec no Brasil e em diversos países do mundo - e vice-presidente executiva da Management Systems Internacional (MSI)”
(<http://www.sebraesp.com.br/principal/not%C3%ADcias/materias/2005/novembro/17/ntc4.wsp.x>. Acessado em 06/02/2008)

⁴¹ Dinâmicas comportamentais são atividades realizadas para simular situações em que indivíduos ou grupos devem atuar. São comuns em treinamentos e também nos processos de seleção de pessoal em grandes empresas. No Empretec, as dinâmicas são realizadas em grupos e os instrutores colocam aos grupos problemas a serem resolvidos ou objetivos a serem alcançados. Depois, os resultados são comparados e é explicitado o comportamento empreendedor dos grupos. Dinâmicas como essas são utilizadas porque se supõe que indivíduos, uma vez condicionados àqueles comportamentos, conseguirão reproduzi-los em condições enfrentadas no dia a dia da empresa.

⁴² Relação de países onde o Empretec é desenvolvido: Angola, Argentina, Benin, Botsuana, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Etiópia, Gana, Guatemala, Guiana, Jordânia, Maurício, México, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Palestina, Panamá, Paraguai, Romênia, Senegal, África do Sul, Uganda, Uruguai, Venezuela, Zimbábue.

A UNCTAD proporcionará então treinamento aos instrutores locais por meio de Workshops ministrados pelos Masters Trainers da UNCTAD. Depois de realizado o primeiro Workshop, os Masters Trainers selecionam entre os participantes candidatos a instrutores quais passarão a ajudá-los a realizar outros Workshops. Apenas depois disso são certificados pela UNCTAD como National Trainers e poderão ministrar o treinamento dentro da organização responsável pelo Empretec em nível nacional.

Depois de transferir a metodologia para as instituições parceiras ou centros nacionais do Empretec, os Workshops seguintes são implementados pelo pessoal local, conforme a estrutura do Programa da UNCTAD.

O custo de treinar um empreteco está entre \$800 a \$2700 (em 1999). O valor é maior nos países da África. Os custos tendem a diminuir com o tempo, inclusive porque, são contratados, em alguns países, consultores externos. Os primeiros instrutores do Empretec que saíram, posteriormente, vieram a oferecer outros treinamentos similares. Como resposta a isso, o Empretec se apóia na legitimidade de nível internacional que lhe dá a ONU.

Embora não exista nenhum outro programa de empreendedorismo que seja um substituto perfeito para o Empretec, há alternativas. Com isso, o Empretec sofre concorrências em nível local. Universidades têm desenvolvido programas de empreendedorismo e firmas de consultoria entram neste mercado e empresas privadas também criam seus treinamentos motivacionais. Por exemplo, o Desafio Empreendedor que é ministrado por uma empresa de consultoria de Goiás, é realizado em 4 dias e treinam os indivíduos para as mesmas características presentes no Empretec. Inclusive, os instrutores foram participantes do Empretec.

5.2. Empretec no Brasil

No Brasil, o Empretec teve início em 1991 desenvolvido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banresul), mas, em 1993, passou a ser implementado pelo SEBRAE e se descentralizou em cerca de 550 unidades em todo o país. Isso faz com que o Brasil apresente uma configuração diferente da de outros países. O Programa é coordenado por um Comitê formado por representantes do SEBRAE, representante do governo (Ministério das Relações Exteriores), da United Nations Development Program (UNDP) e pelo coordenador do Empretec Nacional. O Comitê se reúne a cada 3 meses para avaliar as ações. Em 2001,

havia 54 National Trainers e outros 44 profissionais treinados para selecionar candidatos ao treinamento através de entrevista.

Nos relatórios da UNCTAD, o Brasil tem se destacado pela quantidade elevada de seminários que realiza. Além disso, tem realizado eventos internacionais todo ano com os empretecos. Como o já mencionado Congresso com os empretecos da América Latina.

O SEBRAE Nacional incorporou o empreendedorismo à Unidade de Educação, que então passou a chamar-se Unidade de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora (UEDCE).

No site da UEDCE do SEBRAE é dada a definição do que entendem por empreendedorismo. Porém, antes, há uma seqüência de frases dos principais gurus do empreendedorismo (McClelland, Schumpeter, Drucker, Fillion, e Dolabela) para então expor uma definição que pretende abarcar a todas elas: “Empreendedor é o indivíduo que possui ou busca desenvolver uma atitude de inquietação, ousadia e proatividade na relação com o mundo, condicionada por características pessoais, pela cultura e pelo ambiente, que favorece a interferência criativa e realizadora, no meio, em busca de ganhos econômicos e sociais”.

O Empretec tem papel central nas atividades do SEBRAE. O Programa é um dos seus produtos mais importantes. Outros cursos do SEBRAE são moldados a partir do mesmo conteúdo deste, por exemplo, Saber Empreender (curso *online*), Aprender a Empreender (tele sala), além das cartilhas e outras publicações que frequentemente têm em sua introdução uma exposição das 10 características do empreendedor, as mesmas do Empretec. Estes produtos são variações do mesmo conteúdo do Empretec, porém, para públicos diferenciados.

Pode-se dizer que, com a introdução do Empretec em seus programas, o SEBRAE consegue certa homogeneização da noção de empreendedorismo, o que possivelmente foi importante para criar uma crença comum no interior da organização, diminuindo as disputas por definições de conceitos. Mas também lhe dá uma distinção diante de outros atores difusores do empreendedorismo no Brasil uma vez que o Empretec, legitimado pela ONU, só pode ser ofertado pelo SEBRAE

5.3. Empretec no SEBRAE- SP

A tentativa de obter um conhecimento mais aprofundado sobre o treinamento dado pelo Empretec teve várias limitações. Encontrou-se apenas um relatório produzido pelo próprio SEBRAE avaliando a qualidade do Seminário e a satisfação dos participantes. As pesquisas acadêmicas encontradas se baseavam nos dados quantitativos deste mesmo relatório, portanto, reproduziam as mesmas conclusões. Entrar em contato com o coordenador do Empretec dentro da Unidade de Educação do SEBRAE-SP não foi possível. A secretária, quando contactada por telefone pediu que enviasse e-mail com as perguntas e explicação do objetivo da pesquisa, além disso, informou que o coordenador tem uma agenda com muitas viagens. Não obtive resposta. Fazer perguntas a um consultor do ER local foi infrutífero, pois, se comprometeu a me enviar material por e-mail, o que nunca aconteceu.

Em conversa com um facilitador do Programa Empretec, obtive informações importantes sobre o treinamento dos instrutores do Programa. No entanto, ao voltar a contatá-lo, recebi como resposta que ele não mais poderia me responder nada, pois o coordenador do Empretec em São Paulo não o autorizou a me passar qualquer informação.

Conseqüentemente, o que relato a seguir foi obtido desta conversa com o facilitador e de anotações feitas em caderno de campo durante uma palestra de sensibilização ministrada por um instrutor do Seminário no ER Araraquara. Para esclarecer, uma palestra de sensibilização visa apresentar e estimular o público a se inscrever no Empretec.

Outras informações foram obtidas com a gravação e transcrição de outra palestra realizada por um consultor da Management Systems International (MSI), realizada na UFSCar, para uma platéia de docentes. Esta palestra de sensibilização tinha por objetivo divulgar uma disciplina de Empreendedorismo, a qual, elaborada pela MSI, seria aplicada em parceria com o SEBRAE aos docentes da UFSCar. Estavam presentes cerca de 30 docentes, os pró-reitores de graduação e extensão da UFSCar, funcionários do SEBRAE, como por exemplo, o gerente do ER de São Carlos, um diretor técnico do SEBRAE e o coordenador do programa Empretec.

Nas duas palestras de sensibilização, o empreendedorismo foi apresentado a partir da mesma pesquisa realizada por McClelland. Nas palavras do consultor do MSI:

Esse foi um trabalho desenvolvido pela MSI através de uma pesquisa de competências nos 5 continentes baseado no psicólogo social David McClelland. Chegou aqui

patrocinada pela UNCTAD, departamento do governo norte americano e o PNUD, um braço da ONU.

Ainda na explanação deste consultor, a ONU queria desenvolver o mundo e por isso apoiou David a fazer pesquisas. Ele identificou, em todos os continentes, pessoas que saíram do nada e se tornaram ricas. No Brasil, o exemplo citado é Silvio Santos. Procurou nestas pessoas comportamentos em comum. Observou que não bastava a motivação, tem que ter o comportamento. As informações obtidas desse modo carregam a “teodicéia” da instituição e as concepções daqueles que estão comprometidos com ela.

Tomei conhecimento no ER de Araraquara que o estado de São Paulo é aquele que mais realiza o Empretec por ano. Em média são 120 seminários por ano, sendo que cada um tem em média entre 20 a 30 participantes. No mundo, já existem cerca de 73000 empretecos. O Empretec já está em 40 países. Anualmente, são reunidos em um congresso os empretecos dos 11 países da América Latina, chegando a 11000 participantes. Este evento é promovido pelo SEBRAE e já ocorreu em Foz do Iguaçu, Recife e Porto Seguro.

O instrutor do Empretec em Araraquara comentou que há instrutores do SEBRAE que ajudaram a ONU a implantar o programa em outros países como a Romênia, Jordânia, Norte da Itália, Angola, Moçambique e outros. Ao fim, apresentou o Empretec como o melhor seminário de mudança comportamental do mundo. E conseqüentemente, o SEBRAE como seu melhor realizador.

5.4. A organização e os instrutores

Sobre os aspectos operacionais do Seminário, o instrutor comenta, durante a palestra, que todo ano o SEBRAE-SP envia aos ERs recursos para a realização de um número determinado de Seminários, este número é indicado pelo próprio ER responsável pela realização. Calcula-se que em média o custo de cada participante é de R\$ 2000 e que, por isso, a orientação que recebem de São Paulo é que não realizem Seminários com menos de 22 pessoas. Também há uma orientação para não gastarem com propaganda. O instrutor lamentou que, apesar de todo investimento do SEBRAE, haja dificuldade de montar turmas. Relatou ter havido uma ocasião em que foram sorteadas 5 pessoas na associação comercial

local para participarem gratuitamente do Seminário e estas pessoas não aceitaram. Fora estes casos excepcionais, o participante paga R\$ 500,00. É o treinamento mais caro do SEBRAE. Outra dificuldade apontada é encontrar local para realização, pois dependem de parcerias. O Seminário não acontece nas dependências do SEBRAE, mas no SENAT, SESI ou outro.

O Seminário é ministrado sempre por 3 pessoas, um *trainee*, um facilitador e o coordenador. A seleção dessas pessoas é feita pelo SEBRAE e tem como critério: que a pessoa seja um empresário e tenha passado anteriormente pelo treinamento do Empretec. São escolhidos empresários que apresentem o perfil empreendedor que o Seminário visa desenvolver. Na fala do facilitador:

É obrigatório [ter realizado o Empretec anteriormente] até pra poder pontuar o comportamento, para saber se aquele individuo tem perfil ou não. Tem uma série de questionamentos que são feitos para os outros avaliarem aquele individuo. Essa é uma avaliação que a gente faz quanto ao perfil empreendedor daquele individuo que entra.

Inicialmente, o empresário convidado participa ministrando Seminários juntamente com os outros instrutores, mas nessa etapa, não é remunerado. O objetivo é que ele introjete o comportamento empreendedor. Tendo sido aprovado, o empresário, passa a *trainee*. É quando ele vai aprimorar-se na metodologia. Existe um manual que ele deve estudar. O *Trainee* faz o mesmo que os outros instrutores e já é remunerado pelos Seminários ministrados. Quando a fase como *trainee* acaba e é aprovado, ele se torna facilitador.

Entre os 3 instrutores que ministram um Seminário existe uma hierarquia que vai do *trainee*, passa pelo facilitador e chega ao coordenador. Perante os empretecos os três tem a mesma função mas perante o SEBRAE essa hierarquia é bem definida.

Os instrutores do Empretec, qualquer nível estejam, são contratados como prestadores de serviço pelo SEBRAE e recebem pelos Seminários que ministram. São empresários ou consultores que tenham pessoa jurídica aberta. Este é um procedimento familiar dentro no SEBRAE, uma vez que grande parte dos cursos ministrados são feitos por consultores externos que prestam serviço ao SEBRAE⁴³.

Nas palavras do consultor-facilitador entrevistado:

Da porta da sala do treinamento pra fora tem a estrutura do SEBRAE, tem um coordenador estadual que é do Núcleo de Educação de cada SEBRAE. Cada estado tem o seu. No Brasil, existe a Educação Empreendedora, e tem uma série de projetos

⁴³ Ver dissertação de Vanise Rafaela Ralio, *Consultoria e Cooperativismo: cooperativa de consultores e espaço de consultoria brasileiro*. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção: UFSCar: 2007.

que nasceram do aprendizado do Empretec, como o Saber Empreender, inspirados no Empretec. **Com a mesma metodologia?** Não te digo a mesma metodologia, mas os mesmos princípios de conteúdo e de facilitação. (tele salas, Saber Empreender, Aprender a Empreender, Jovens Empreendedores que visa trabalho). Então tudo o que se diz de cultura empreendedora no Brasil, pelo SEBRAE, tem como carro chefe, o grande disseminador é o Empretec pela ONU. E no Mundo.

Portanto, a unidade de Educação e Cultura Empreendedora que em nível nacional, coordena o Empretec, também elabora outros projetos educacionais adaptando o conteúdo do Empretec a diversos públicos e diferentes temáticas.

Assim, ao acompanhar consultorias coletivas em diferentes temas: abertura de empresa, planejamento financeiro e fluxo de caixa, os consultores apresentam-se e iniciam o conteúdo explicando “quem é o empreendedor”. Nessas explanações, geralmente são citadas, ao menos, algumas das características do empreendedorismo contidas no Empretec. Também quando se folheam algumas cartilhas, encontram-se, em tópicos, as 10 características do empreendedor as quais serão expostas mais a frente.

Na cartilha entregue durante a consultoria coletiva de abertura de empresas o primeiro item abordado intitulava-se “o empreendedor” o qual era definido como “a pessoa que materializa e gerencia um negócio, assumindo o risco em favor do lucro”. Em seguida eram enumerados os motivos pelos quais os indivíduos desejam ser empresários, entre eles: “vontade de ser independente, mandar no próprio nariz”, e “ganhar muito dinheiro”. Só então eram relacionadas as 10 características do empreendedor assim justificando; “no mundo dos negócios é muito importante que você identifique suas reais características empreendedoras, pois uma grande quantidade de pessoas tenta iniciar negócios próprios, sem, no entanto, apresentar comportamento e capacitação adequados”.

O objetivo de promover o empreendedorismo é alcançar uma mudança cultural na sociedade, o que é entendido como uma mudança na mentalidade dos indivíduos.

Entre os cursos de educação empreendedora estão: Jovens Empreendedores, destinado ao ensino fundamental e ensino médio, e também uma disciplina de empreendedorismo destinado ao ensino superior. Esta será melhor explicada adiante.

É deste modo que o SEBRAE busca adentrar instituições de ensino formal, alcançando, com isso, um público que não está inicialmente no escopo das atividades do SEBRAE: crianças e jovem que ainda sequer entraram no mercado de trabalho.

5.5. A Lógica do Seminário Empretec

O instrutor do Empretec, explicou que cada dia do seminário há um desafio a realizar. É dado a todos os grupos mesmo material, tempo e condições de realização. Ao fim, cada um apresenta a sua “empresa” e os resultados. Então, é feito um “processamento” (sic), isto é, analisa-se o porquê um grupo teve sucesso e os outros não, já que as condições foram as mesmas. Neste processamento, é identificado qual o comportamento empreendedor que estava faltando e que ainda precisa ser desenvolvido. Segundo ele, isto serve para evitar que as pessoas pensem que o problema é externo, é o mercado, é o Lula, etc. é fundamental que assimilem que o problema está nelas mesmas (sic).

Além das dinâmicas realizadas no local, também há atividades para serem feitas em casa, que correspondem a buscas de informação e planejamento. Há apenas um dos dias do Seminário em que é preciso fazer uma pesquisa na cidade para buscar informações.

O instrutor considera que o Empretec é um “espelho” das pessoas. Por isso, costuma aconselhar que não realizem juntos, nem sócios, nem marido e mulher, pois um vai querer falar do outro e depois o Seminário pega a fama de “separa casal”(sic). O Seminário visa isolar o indivíduo, criar situações simuladas pelas dinâmicas, nelas o indivíduo está na sua forma mais desgarrada das relações pessoais, em que se esquece a família e mesmo o sócio, pessoas com quem compartilha do negócio na “vida real”.

Quanto à necessidade do Seminário, é justificada ao traçar-se um vínculo entre a saúde do empresário e a saúde da empresa. Se a empresa não está bem é porque o empresário não o está. Essa explicação cria uma metáfora que naturaliza a empresa uma vez que é comparada a própria saúde do empresário. É importante retomar aqui a entrevista exploratória para esta pesquisa em que a entrevistada explicou o trabalho do consultor comparando com o do médico ou o do padre.

As pessoas que participam do Empretec assinam um contrato se comprometendo a não faltarem (embora, não haja punição caso isso aconteça). O instrutor argumenta que se alguém faltar pode estar perdendo a chance de desenvolver um comportamento que talvez lhe seja necessário.

Há outra cláusula no contrato em que as pessoas se comprometem a não divulgar o conteúdo do Seminário. A justificativa é que as dinâmicas são iguais em todos os

Seminários, por isso, os que já participaram não devem dizer aos outros qual a solução dos desafios. Ou ainda, na conversa de um consultor-facilitador do Programa:

Eu soube pela palestra que eu participei que as pessoas assinam um contrato para não falar sobre o Empretec.. Como a metodologia de ensino é behaviorista, totalmente comportamental então, têm atividades lúdicas, dinâmicas de grupo, discussões. Então essas discussões, isso o que é tratado ali tem que ficar ali até por uma questão de preservação das pessoas que estão participando. Tem discussão de tudo que é tipo, desde discussão amigável até quebra pau mesmo, coisa de filme de TV, Roberto Justus e tal. Tem questões pessoais ali.

Não é à toa que antes de começar a apresentar o que é o Empretec à platéia, o instrutor lançou a pergunta: “como você ficou sabendo do Empretec?” Como algumas pessoas disseram ficar sabendo através de outros que já haviam feito, ele perguntava: “e o que eles disseram?” e as respostas dos participantes era que ninguém dizia nada.

Em outra ocasião, fui ao ER do SEBRAE em São Carlos para perguntar quando aconteceria o próximo Empretec. Ouvi do funcionário responsável: “como você ficou sabendo do Empretec?” Entendi que isso é uma forma de controle e avaliação da divulgação informal e do pacto feito entre os participantes. Também procurei contactar empretecos via email me apresentando como alguém interessada em saber mais sobre empreendedorismo. Algumas pessoas me responderam positivamente mas ao perguntar o que achavam do Empretec não obtive mais resposta de ninguém.

Por outro lado, como não é permitido fazer divulgação via propaganda, entendo que o sigilo funciona como uma propaganda ‘às avessas’ pois se as pessoas falarem o que se passa nele, o Empretec não seria necessário. Como os truques de mágica que só atraem o interesse enquanto não se sabe como são feitos. A propaganda em massa destruiria a “mágica” sobre a qual o Empretec se constrói⁴⁴.

O que se obtém dos relatos do próprio instrutor é que o Empretec não é tão reconhecido quanto os consultores fazem crer. As dificuldades de montar turmas e conseguir espaço físico demonstram isso. Para permanecer, o Empretec tem que ser freqüentemente reafirmado uma vez que seu reconhecimento não é inquestionável. Lembrando o trabalho de

⁴⁴ Essas estratégias de propaganda, seleção e contrato criam uma barreira de entrada ao treinamento e conseqüentemente ao estilo “empreteco de ser”. Mas também criam uma barreira de saída deste grupo, ao menos em termos de preservação de seu estilo de pensamento (Douglas, 1998) já que permanece o sigilo. São estas barreiras tanto formais quanto de estilo de pensamento que me impediram de participar de um treinamento do Empretec, pois estaria diante de um problema ético. Não haveria como me tornar uma empreteca e fazer uma pesquisa para analisar o Empretec sem romper com as normas, não poderia mentir minhas intenções, nem poderia fingir ter um comportamento que não são próprios do *habitus* de pesquisadora que venho desenvolvendo. Sequer mesmo seria aprovada na entrevista de seleção.

López-Ruiz, o empreendedorismo é um *ethos* de um grupo específico, mas que é difundido para as massas. No entanto, valores não se difundem às massas sem que haja quem tome essa função. O SEBRAE, através do Empretec e seus derivados, desempenha este papel.

Tendo como referência Becker (1977), tem-se que normas sociais são criadas por grupos ou indivíduos, ou seja, por *empreendedores morais*. O autor considera que estes se constituem tanto dos criadores quanto dos impositores de regras. O criador de regras é semelhante a um cruzado pois, para ele a norma é uma questão sagrada. “o cruzado é ardoroso e virtuoso, exigindo a virtude não só dos outros, mas também de si próprio”(p. 108)

Uma vez que as normas são criadas, devem ser aplicadas e mantidas por instituições especializadas. É o caso da polícia e também da justiça. Estas instituições especializadas precisam constantemente justificar sua existência e ganhar o respeito daqueles que devem corrigir. Segundo Becker:

Ao justificar a existência de sua posição, o impositor da regra se defronta com um duplo problema. Por um lado deve demonstrar aos outros que o problema ainda existe: as regras que ele deve impor têm algum objetivo, porque as infrações ocorrem. Por outro lado, ele deve mostrar que suas tentativas de imposição são eficazes e vantajosas, que o mal com o qual se supõe que ele vá lidar está na verdade sendo tratado adequadamente. (p. 116)

O SEBRAE pode ser interpretado a partir do referencial dado por Becker, por se apresentar, em parte, como um criador de normas (principalmente quando atua politicamente e faz *lobby* em torno da legislação referente às MPEs), mas também como um difusor e fiscalizador das normas e valores que alteram a percepção social quanto às micro e pequenas empresas.

Existem dois discursos aparentemente contraditórios mas que são explicados quando levamos em conta as considerações trazidas por Becker. De um lado, o SEBRAE se justifica pela existência de uma realidade hostil para as micro e pequenas empresas e que precisa ser revertida, como por exemplo, as altas taxas de mortalidade, excesso de tributação, necessidade de treinamento dos empresários, etc. Mas, por outro lado, estão sempre verificando que esta realidade permanece e reproduzem a visão de que os pequenos empresários são despreparados e tradicionais. Mas esta constatação, ao invés de questionar a atuação e eficiência do SEBRAE em reverter esta situação, serve para justificar sua existência e intensificar a legitimidade de sua atuação. Isso porque o herói só existe enquanto existir a vítima a ser salva.

Como já foi dito, o Empretec não é imune a críticas. Embora não tenhamos investigado quem são os atores que o criticam com mais frequência e quais são estas críticas a partir de seus pontos de vistas, percebe-se com frequência nas falas dos instrutores justificativas, isto é, a necessidade de defesas de suas posições perante o público-alvo. O instrutor apresentou 4 justificativas que rebatem críticas que costumam ser feitas ao Empretec pelo público e chamou-as de “desculpas”:

1. Não poder se ausentar da empresa por uma semana inteira. Ele responde que em uma semana nenhuma empresa vai falir e se falir é porque já tinha rachaduras há tempos.

2. A atividade profissional que exerce não permite. Responde dando exemplo de um médico que conheceu e fez o Seminário com 3 celulares tocando...mas fez!

3. Não ter dinheiro para investir em si próprio. Segundo ele, o Seminário permite ganhar dinheiro. Mostra, então, números de pesquisas que comprovam isso.

4. Tem dificuldades para vivenciar as práticas. Dá exemplo de um conjunto de agricultores que fizeram o Empretec e depois abriram um negócio para construir casas.

Estas “desculpas” são compreensíveis quando tomamos a teoria de Boltanski e Chiapello. Os autores explicam que o espírito do Capitalismo não é estático, nem homogêneo. Ao contrário, as justificativas intrínsecas a ele recebem críticas. E é no rebate a elas que o capitalismo incorpora valores de outras esferas sociais que não a economia, podendo, inclusive absorver parte das críticas e ressignificá-las.

5.6. O conteúdo do Empreendedorismo

Aqui procurarei adentrar no conteúdo de empreendedorismo difundido pelo SEBRAE tomando por base uma palestra destinada aos docentes da UFSCar. Pretende-se com isso, não apenas constatar a mudança cognitiva que o SEBRAE vem propiciando na sociedade, mas, além disso, adentrar seu conteúdo, ou seja, valores e categorias cognitivas. Um outro objetivo é demonstrar a tática de convencimento utilizada por um guru do empreendedorismo em uma palestra.

O palestrante apresentou-se como membro da Sociedade Brasileira de Desenvolvimento Empreendedor (SBDE) e representante no Brasil da empresa de consultoria americana MSI, a qual desenvolveu o Empretec juntamente com a ONU.

O consultor buscou diferenciar o que entende por empreendedorismo daquilo que outros atores (e possivelmente a platéia de acadêmicos) entenderiam. Justifica a seguir a importância de tal disciplina na universidade.

Muita gente confunde empreendedorismo com gestão empresarial. Muitas escolas ensinam empreendedorismo, mas quando a gente vai ver o currículo é basicamente gestão empresarial. Empreendedorismo hoje não é mais isso, é comportamento, é algo mais. Nós conhecemos pessoas que mesmo com pouca técnica, pouco conhecimento específico, é um sucesso enquanto empreendedor e que além do conhecimento técnico tem algo a mais. E é esse algo a mais que nós trabalhamos, trazemos para os futuros empreendedores e empresários.

Já na expectativa de que o grupo de acadêmicos se apresentasse resistente a sua explanação, o consultor buscou desde o início estabelecer vínculos informais com o público e explicou não ter objetivo de discutir se os pesquisadores são ou não empreendedores, ou seja, procurou se abster de fazer julgamentos morais àquela platéia. O *habitus* acadêmico apresenta uma lógica diferente daquela contida no *habitus* do consultor⁴⁵, portanto, o discurso é permeado por momentos de apaziguação em que o consultor se sentia na necessidade de se justificar.

Na seqüência de sua apresentação, procurou estabelecer vínculo entre a universidade e o SEBRAE. A vantagem dessa parceria é, acima de tudo, simbólica. Para a universidade, receber o qualificativo de “empreendedora” significa se comprometer com esses princípios, mas também significa estabelecer compromisso com o SEBRAE, já que a marca de “empreendedor” é concedida por este. Aqui, “empreendedor” não é só qualidade de indivíduo, mas significa também ser parceiro do SEBRAE.

⁴⁵Em duas ocasiões em que estive em busca de informações nos ERs que pesquisei, senti o mesmo desconforto que o consultor apresentava nesta ocasião na casa dos acadêmicos. Na primeira delas, o consultor com quem conversei não se ateve apenas a me responder, mas também a me fazer perguntar quanto à utilidade da minha pesquisa, dando a entender que se eu não tinha intenção de atuar na área então não havia porquê fazê-la. Fez uma longa explanação sobre palestras de acadêmicos que já presenciou e que não resultaram em nada, mencionou os inúmeros títulos acadêmicos, os paletós, a distância dos acadêmicos com o público e o não saber explicar em palavras simples. Eu, sem argumentos, saí com a sensação de que fui agredida e de que foi um erro a minha ida ao SEBRAE. Posteriormente, compreendi que havia adentrado um ambiente em que a lógica vigente é diferente daquela que eu “in-corporei”, por isso, me senti fisicamente mal.

Em outra ocasião, me dirigi a outro consultor perguntando sobre a qualificação exigida para ser consultor do SEBRAE e que conhecia pessoas que tinham interesse na área. Obtive como resposta que é preciso uma pós graduação, mas acrescentou: “mas é a ilha da ilusão”. Perguntei o porquê, disse ser importante fazer uma pós graduação, mas que é “ilusão” e não mais respondeu a um segundo porquê. Ele se formou em Engenharia de Produção e fez mestrado na UFSCar. Saí de lá sem chão, mas não me surpreendi tanto de que esta fosse a opinião dos consultores do SEBRAE.

O SEBRAE tem vários projetos que podem ser integrados aos da universidade e deixar essa marca na universidade, a universidade empreendedora. E levar aos funcionários, a todas as pessoas, porque o futuro é esse: é o fim dos empregos, as pessoas cada vez mais têm que identificar oportunidades, fazer com que seu negócio seja competitivo, fazer redes de contatos. (...) Vocês podem direcionar estudos, pesquisas, mestrado, doutorado junto à pequena empresa, o SEBRAE tem recurso pra isso, mas o projeto tem que estar integrando isso tudo. Nós podemos desenhar o projeto contanto que isso tudo seja justificado. Cursos e oficinas e aí é importante mostrar a marca para todos os funcionários, toda a comunidade. Fazer com que as pessoas que estão em contato com o aluno falem o mesmo linguajar.

Ao propor a parceria com a universidade, o SEBRAE se posiciona como um empreendedor moral (Becker, 1977), instituição que faz as regras e coloca condições a serem seguidas pelos demais. E, mais uma vez, o empreendedorismo aparece para aqueles que o difundem como um dever de “toda a comunidade” adquirir o mesmo linguajar, ou seja, compartilhar do mesmo sistema de classificação e valores. Ao destinar sua fala aos professores, tem-se:

Nós estamos aqui em um grupo muito seletivo e nós costumamos dizer que o verdadeiro líder é o produtor de líder. Mas começa mesmo com 40, 50 pessoas. Se nós nos convenceremos que esse assunto é importante, se quiserem debater isso, podem chamar o nosso pessoal quantas vezes forem. Fazer outras pessoas acreditarem nisso, aí vamos começar a desenhar projetos, e isso não vai acontecer de um dia pro outro. O mais importante é que ninguém obrigue ninguém, vocês não estão aqui porque foram obrigados, vocês vieram porque vocês acreditam. É um grupo extremamente seletivo, vocês são estrelas, e o seu papel é ser produtor de estrelas, é trazer mais gente e formar uma grande constelação. É preciso envolver outros professores, alunos, pessoas da comunidade, representativos, lideranças enfim, quem puder fazer algo inovador o SEBRAE quer sim estar presente. Não só em uma disciplina, eu acho que temos que pensar grande, um grande projeto, algo que possa fazer um diferencial nessa comunidade.

Aqui fica explícito que a mudança cultural que o SEBRAE pretende através do empreendedorismo é uma questão de crença, ou seja, de compartilhamento de um mesmo conjunto de valores segundo uma mesma lógica de estrutura simbólica. A metáfora construída a partir de elementos da natureza (as estrelas) estabiliza e neutraliza fatores sociais que têm produzido a idéia de indivíduo empreendedor (Douglas, 1998). Além de ser uma estratégia de convencimento da platéia, para atraí-la para receber a proposta da disciplina.

Através do treinamento e da formação acadêmica (assim como foi a Religião Protestante no início do capitalismo) formam-se sujeitos com disposição para atuar economicamente e de forma reconhecida como “boa” e “justa”. Assim, o empreendedorismo garante a adesão e a legitimidade de pessoas a atividades antes não valorizadas. Ao

sistematizar os princípios éticos, racionaliza-se a crença para que seja aceitável do ponto de vista da racionalidade econômica.

Quem é o empreendedor? Responde o consultor da MSI nesta palestra:

Ser empreendedor não é só escrever o plano de negócios...

Então começa com a pessoa. É o que a gente pode chamar de vocação: ‘será que eu dou pra coisa?’ Às vezes a gente conversa com o empresário e ele diz: ‘será que eu tenho tino comercial?’. Muitas vezes ele passa 4 ou 5 anos em uma universidade e não sabe se ele dá pra coisa, se tem estilo comercial, esse espírito empreendedor. Dentro do conceito do empreendedorismo está a oportunidade e o risco. Então eu tenho uma formação acadêmica consistente, técnica vasta, mas eu me lanço nesse mercado de que maneira?

Então empreendedorismo não é uma matéria de gestão, mas sim, um processo de perceber a sua vocação.

Nesta concepção, a função da educação empreendedora é facilitar o “conhecimento de si mesmo”, promover uma “viagem interior”, ou ainda, um “processo de perceber sua vocação”. Ao fim das contas, atribuir a responsabilidade ao indivíduo tomado psicologicamente e liberto de relações sociais. Nesta lógica, uma vez identificada, a vocação do estudante definirá seu sucesso profissional.

Para explicar o que é empreendedorismo recorre-se a exemplos de indivíduos indubitavelmente conhecidos (e reconhecidos) pela platéia. Extraído das histórias destes indivíduos, as condutas consideradas exemplares. Os comportamentos são avaliados segundo seus resultados, sem considerar que comportamentos semelhantes podem ter resultados diferentes dependendo dos contextos sociais. Além disso, são totalmente apagadas outras pessoas, instituições que contribuíram para este resultado. Vejamos.

[Imagem do Dell]

Alguém conhece a história desse cara? Esse cara entrou numa das melhores universidades dos EUA na área de medicina e no segundo ano ele abandona. Por quê? (vale chutar, na disciplina de empreendedorismo a gente permite chutar bastante).

Uma insatisfação, mas que tipo?

(participação de uma professora sobre a estrutura de curso nos EUA)

Tem vários motivos, mas tem um que impacta ele mais fortemente. Ele percebeu que poderia ser mais útil, que ele poderia ter desafios maiores na vida, construir coisas maiores do que as que ele estava se propondo na medicina. Ele foi pra área de informática com esse pensamento e consegue popularizar um instrumento que muda de fato a sociedade, isso é que é empreender. A gente começa a entender o processo motivacional do empreendedor.

[Imagem Gates]

Esse homem também sai da universidade. Do curso de Direito. O que desencanta esse homem do mundo acadêmico? No caso dele é a falta de desafios. Poder inovar, produzir coisas diferentes. Por coincidência, e eu não vou entrar nesse mérito, os dois terminam se tornando milionários. Perdemos um bom médico e um advogado ou ganhamos dois homens que através de uma máquina conseguem mudar os rumos da

sociedade. Eu não sei se a conduta deles é correta, se são bons profissionais, mas o que importa é que a conduta deles afeta diretamente as nossas vidas. Empreendedorismo é isso. Através de um indivíduo, de uma conduta de um indivíduo, em uma situação específica, termina mudando o ambiente histórico na humanidade. É assim que o SEBRAE entende esse processo e propõe discutir no meio acadêmico. Não sei se é melhor ou pior mas é um processo em construção. São esses caras que estão nos nossos bancos são eles também que muitas vezes ficam insatisfeitos. Alguns têm grandes idéias e não sabem como fazer isso. O que a disciplina pode então propiciar? Que ele descubra sua vocação, que descubra suas competências para ele ver como ele pode interferir no contexto em que ele está inserido.

A utilização de casos de sucesso é um mecanismo recorrente nas atividades do SEBRAE. Em palestra e consultorias coletivas também estão presentes. Casos de sucesso podem ser encontrados tanto em personalidades famosas já reconhecidas por todos, ou produzidos pelo próprio SEBRAE (ou por outros gurus). Ou ainda, os consultores relatam casos de empresários locais que eles próprios conhecem e elaboram uma narrativa comparando os bons e maus exemplos. Os bons exemplos devem ser copiados e os maus exemplos devem ser evitados. Por meio de histórias como essas, as qualidades do empreendedor tomam corpo e veracidade, são personificados em heróis e vilões. Este mecanismo didático transforma a experiência individual em experiência coletiva.

Nos relatos, a universidade é, freqüentemente, apresentada de forma negativa, ou, ao menos, tida como insuficiente para a ascensão profissional. Na seqüência, o consultor apresenta histórias fictícias de indivíduos para explicar o empreendedor:

Uma mulher que gosta de fazer aperitivos para festa e é sempre elogiada pelos amigos, abre uma empresa para fazer aperitivos. Ela é uma empreendedora. Por quê? Ela tinha uma vocação uma competência, transformou isso em um produto, em uma oportunidade no mercado e materializou isso através de um negócio.

Um pesquisador universitário envolvido com pesquisas sobre a bioquímica da vida, faz importantes descobertas que ultrapassam a fronteira de sua área, no entanto ele não tem interesse nos usos práticos da sua descoberta e não faz nenhuma tentativa a esse respeito. Esse pesquisador é um empreendedor? Não. ...mas nós temos pesquisadores empreendedores (risos)

Aí a gente começa a entender porque uma dona de casa que sabe fazer bolinho é uma empreendedora e esse pesquisador não é. Porque o foco dele, sua grande realização está na descoberta, mas não na materialização que vai de encontro a uma necessidade de mercado através de um produto ou de um serviço transformando isso em uma empresa, em uma negociação. O empreendedor é aquele que materializa a sua idéia em um produto ou serviço indo ao encontro de uma necessidade de mercado através de uma empresa.

Após ser cortado de seu emprego o homem de idade tem a idéia de processar pneus velhos de uma maneira especial para produzir cercados para jardim. Esse homem é um empreendedor? Sim,

(ele teve a idéia) mas ele materializa essa idéia. Ele é um empreendedor, mas de um modo diferente daquela dona de casa, ela viu uma oportunidade de negócio. Ele empreende por uma necessidade. Ele era um colaborador excepcional dentro da empresa, mas ele não tem mais a segurança dentro desse emprego.

O Brasil é um país com os maiores índices de empreendedorismo do mundo. Mas é empreendedorismo por necessidade.

Um oficial reformado do exército desenvolve a idéia de comprar veículos anfíbios obsoletos e reutilizados em viagens para regiões desérticas. Esse caso é interessante que é um militar e faz uma espécie de empreendedorismo ecológico. Ele é um empreendedor? Sim. Um pouco diferente porque ele vê recursos subutilizados no mercado, não é oportunidade, não é necessidade, ele identifica recursos subutilizados.

Uma jovem cientista da computação desenvolve um novo software, muito melhor do que qualquer outro disponível no mercado. Ela busca capital para abrir uma empresa e vende o produto. Ela pode ser considerada uma empreendedora? Sim. Mas uma empreendedora um pouco diferente. De que tipo? Ela é uma empreendedora de competência técnica, de inovação tecnológica. As grandes fortunas são feitas por pessoas como ela, pessoas com talento, elas vão para a academia, adquirem um conhecimento técnico. E transformam aquele conhecimento em um produto de mercado.

O empreendedor, embora seja apresentado sempre como um indivíduo isolado do seu meio social, é uma imagem de indivíduo construída por concepções sociais. Relatos de indivíduos fictícios constroem e condensam a própria categoria social de indivíduo.

Aqui, Indivíduo é considerado não como um ser orgânico, mas como uma categoria do pensamento (oposto ao coletivo) construído historicamente como nos mostra Dumont (1993). Ele verifica que no ocidente, o Indivíduo é a categoria a partir da qual a estrutura social se organiza, ao contrário das sociedades de castas onde a idéia de Indivíduo se insere na de Hierarquia. Em suma, o indivíduo existe enquanto idéia, e mais, enquanto valor universal apenas quando a sociedade o produz e o mantém.

As histórias narradas nos casos de sucesso têm a função de alterar a percepção do mundo social. Tomam como personagens papéis sociais bastante diferentes e, em alguns casos, desvalorizados socialmente como, por exemplo, a dona de casa e o desempregado. Outros papéis sociais são ressignificados, como o militar e a cientista.

Os dois primeiros são figuras, inicialmente, sem atividade econômica, mas recebem a denominação de empreendedores quando (mesmo que por motivos diferentes) se integram a uma atividade produtiva. Já os dois últimos têm atividades profissionais não produtivas ou comerciais, no entanto, ganham uma nova nomeação quando desempenham estes tipos de atividades.

Nota-se que os tipos de empreendedorismo relatados pelo consultor não se referem à diversidade de indivíduos, pois este é um valor universal. Os diferentes tipos de empreendedores dizem respeito a diferentes motivos (oportunidade, necessidade) e meios (recursos subutilizados, competência tecnológica) de realizar a atividade econômica. Pelas histórias fictícias apresentadas, o indivíduo empreendedor é encontrado em várias atividades e

diferentes classes sociais. Há o reconhecimento de que existem vários motivos e meios para ser empreendedor, mas os resultados econômicos são atribuídos à capacidade do indivíduo e não a fatores sociais.

5.7. As disposições atribuídas ao indivíduo empreendedor

São dez as características atribuídas ao indivíduo empreendedor segundo o Empretec. Elas condensam a personalidade do empreendedor, ou em termos sociológicos, valores sociais a serem seguidos. Este conjunto de características quando incorporadas se tornam disposições adquiridas por indivíduos ou grupos ao longo de experiências práticas. Disposições estas que são guias para práticas futuras, portanto, não são características inatas, mas sim, produzidas e reproduzidas na prática. Esta ética pode vir a tornar-se o *habitus* de alguns grupos.

A proposta do consultor do Empretec nesta palestra é introjetar estas disposições nos professores universitários, pois eles são “estrelas” que trabalham na formação de uma “constelação”. Pela educação, ao menos em parte, este *habitus* empreendedor seria formado. Os princípios valorativos são transmitidos na intenção deliberada de que sejam guias para as ações ascéticas no mundo profissional e dos negócios.

Tem três conjuntos de competências que tem que ser desenvolvidas. O primeiro conjunto é de realização, um conjunto de planejamento e um conjunto de poder. Nós chamamos de competências da personalidade empreendedora.

A primeira delas, a busca por oportunidades de negócios. Lembra do garoto do filme [Central do Brasil], ele vê a oportunidade, mas ele não só vê, ele age. Na disciplina de empreendedorismo e em outras matérias o professor vai ajudar o aluno a entender o mercado, isso vai ajudar em pesquisa e em diversas outras matérias. É estimulante esse processo de ver o mercado de uma forma diferente.

Uma segunda competência a ser trabalhada é correr riscos calculados. Achou a oportunidade e vai agir sobre ela. Pode sim ter risco e sempre vai ter risco. A oportunidade que você vai se lançar é do tamanho da sua perna, dos seus recursos, das suas competências, das suas informações ou você precisa ir buscar, preparar para trabalhar essas oportunidades.

Uma terceira competência a ser trabalhada é a de qualidade e eficiência. Tem que desenvolver um processo eficiente porque se não for eficiente eu estou fora do mercado.

Surge uma quarta competência, a persistência. E essa competência tem uma irmã gêmea siamesa que é o comprometimento. Esse projeto não vai ser fácil, mas eu tenho que persistir nos desafios, nas dificuldades. E a gente sabe que a persistência é muito remota hoje nos jovens, a primeira dificuldade eles desistem. Nessa disciplina a gente trabalha muito a persistência o que vai favorecer uma musculatura que vai favorecer

em outras disciplinas. e o comprometimento é a palavra dada, uma vez que você se compromete com um projeto, uma equipe, um professor isso lhe é cobrado ou então não se comprometa porque é uma responsabilidade muito forte. Esse foi o conjunto da realização, essas competências fazem com que os alunos busquem maiores realizações nos seus projetos, na sua vida particular, nas suas atividades profissionais.

Aí tem um conjunto que vai dar sustentação a essas competências que são o estabelecimento de metas. Eu gosto muito dessa foto porque tem muito aluno que chega hoje na universidade sem metas. Você pergunta: Porque você fez esse curso? Sei não, meu pai que quis, meu pai é engenheiro.

Todo o processo na disciplina de empreendedorismo é estimular a busca de informação e não entregar. Ele tem que ser o agente pra dar valor aquela informação. Ele começa a desenvolver uma competência fantástica de monitorar os seus dados, de planejar.

Há também o conjunto de poder que é trabalhado a partir de 2 competências: a persuasão e as redes de contato. O aluno entende que a rede de contatos é fundamental na vida profissional dele. Saber vender a sua idéia.

O que faz com que pessoas de atividades e classes sociais diferentes sejam identificadas (e mesmo se identifiquem), isto é, sejam nomeadas pelo mesmo termo, é compartilhar de um mesmo sistema de valores e, por vezes, de mesmas disposições práticas identificadas como empreendedoras.

O que foi chamado de “competências da personalidade empreendedora”, em termos sociológicos são disposições interiorizadas contidas nesta noção de indivíduo. Mesmo não sendo capaz de construir um grupo coeso a partir dessa percepção, tem-se um grupo latente (no sentido de Douglas), pois convenções culturais são compartilhadas e podem vir a dar, em algumas situações, em ações coletivas com coesão grupal.

Relembrando o trabalho de Pedroso Neto, já citado anteriormente, assim como os rituais, o que foi descrito aqui é um mecanismo de coesão e difusão de um sistema de valores cuja lógica está na relação do indivíduo com os recursos e motivos para a ação econômica, o que configura o *habitus* empreendedor. Ao mesmo tempo, difunde-se uma crença que legitima e garante a adesão ao capitalismo.

Para dar exemplos, grupos de empretecos espalhados por todo o Brasil se formam em comunidades do Orkut, em sites criados por empretecos e têm como objetivo trocar informações econômicas e também identitárias, pois também trocam conselhos entre si, por exemplo, sobre livros e filmes. Já foi criada a Associação de Empreendedores Empretecos de São Paulo (AEESP) tendo sido originada por empretecos independentemente do SEBRAE e já conta com 2.150 associados.

Tanto no caso da Amway, quanto no Empretec, é a empresa ou organização que tem o poder legítimo de nomeação de indivíduos, criando distinções dentro de um grupo.

Ou, no caso do SEBRAE, criando o próprio grupo (que não sendo coeso e bem delimitado) existe enquanto um grupo latente por compartilharem dos mesmos valores.

De um modo geral, os mecanismos para isso podem ser diversos em diferentes organizações. Mas, comumente, incorporam práticas e produtos já existentes ao invés de produzir seus próprios meios ou rituais. López-Ruiz também apontou a presença de gurus, livros de auto-ajuda, palestras, treinamentos, revistas, vídeos, etc. enfim, um conjunto de atores e produtos que difundem as boas práticas econômicas e configuram o que poderia ser chamado de um “mercado de conselhos” a ser melhor explorado por outras pesquisas.

6. Conclusões

O objetivo geral desta dissertação foi investigar como o movimento do empreendedorismo surgiu no mundo, no Brasil e, mais especificamente, no SEBRAE. Ao longo desta dissertação, inúmeras temáticas foram se entrelaçando. Por isso, foi preciso traçar, por exemplo, a origem da concepção de empreendedorismo no mundo e no Brasil a fim de compreender a especificidade do conteúdo atribuído ao termo ao ser introduzido no SEBRAE.

“Empreendedorismo” e “empreendedor” sempre foram vocábulos do senso comum e passaram, no campo acadêmico, por um processo de disputas simbólicas em torno da definição dos significados. Ao mesmo tempo em que vai se delineando quais as perspectivas de interpretação teórica desta noção, também vai se configurando o campo dos especialistas em empreendedorismo. Nele, não só acadêmicos, mas também outros atores como os gurus e governos vão atuar de modo a promover várias aplicações deste mesmo vocábulo. Mas isto só se torna possível quando o empreendedorismo já está relativamente consolidado no mundo acadêmico. No Brasil, a peculiaridade deste processo foi ser introduzido nas universidades e outras instituições já se vinculando à temática das pequenas empresas e tendo objetivos aplicativos.

Outro assunto tratado nesta dissertação foi a origem da noção brasileira de micro e pequena empresa. Apesar de, hoje em dia, parecer óbvia e cotidiana, é interessante notar que as empresas no Brasil não foram sempre classificadas (e valorizadas) por seu porte. Considerar isto é importante uma vez que a história do CEBRAE se liga a esta transformação cultural ocorrida na economia brasileira.

De início, as categorias existentes dentro do mercado de crédito eram: pequena, média e grande indústria, sendo que as duas primeiras eram entendidas como mercado para as grandes e que a diferença entre elas era de escala. A classificação por porte foi se modificando. Vale a pena citar o movimento organizado por entidades patronais, com apoio do CEBRAE, entre 1979 a 84. Destas disputas por classificações outros atores passaram a ser legítimos e foi-se institucionalizando juridicamente de modo a homogeneizar tais categorias por todo o país. As empresas assim classificadas por porte ganham identidades diferentes. As micro e pequenas são entendidas como organizações diferentes das médias e grandes e por isto precisam de incentivo e proteções fiscais, não se reduzindo à questão do crédito. Neste sentido, a questão é menos crescer e mais, e passa a ser se manter.

O CEBRAE nasceu de tal transformação e acompanhou seu fluxo. Até a década de 70, quando as pequenas empresas eram inexistentes enquanto categoria do pensamento, as definições giravam em torno da indústria, por isso, não era possível a existência de nenhuma organização que atuasse sobre o segmento das pequenas empresas. Em 1960, por exemplo, foi proposto o GEAMPE, mas não chegou a se concretizar.

Apenas foi possível existir uma organização com tal objetivo a partir da década de 70, quando se passa a pensar outras categorias de empresa e de trabalho além da grande indústria. As teorias acadêmicas pensavam as pequenas empresas dentro do conceito de economia informal, mas eram consideradas de transição e tinham um papel limitado para o desenvolvimento do país. Para tanto, uma pequena empresa deveria ser estimulada a se tornar média e a média, grande.

O CEBRAE surge, então, vinculado ao governo em um período em que as PMEs, embora vistas negativamente, mas, já não eram invisíveis. O CEBRAE atuava de modo a favorecer que elas fossem levadas do pólo negativo do pensamento social para o pólo positivo onde se posicionavam as grandes empresas. Assim, tem-se a construção histórica do público-alvo do SEBRAE: as micro e pequenas empresas positivadas. Era preciso que isso ocorresse para que a existência do SEBRAE (e CEBRAE) fizesse sentido, uma vez que, este tem função de auxiliar este grupo latente.

Porém, a história política e econômica brasileira fez com que estes pólos do pensamento social fossem alterados, ao mesmo tempo em que se institucionalizava um novo conjunto de atores econômicos e os existentes fossem ressignificados. A partir da década de 80, com a reestruturação produtiva, as grandes empresas vão perdendo a posição positiva, pois não são mais seguras. Já a economia informal não é mais vista como atividades transitórias, e sim, permanentes, embora não positivas. O que o CEBRAE vai incentivar inicialmente, são as atividades empresariais e só posteriormente, na década de 90, amplia sua atuação para o público dos trabalhadores para que estes se insiram em atividades empresariais e assim, sejam positivados.

A década de 80 também é um momento em que o CEBRAE vai passar por questionamentos políticos e crises internas. Diante disso, ou ele se reestruturaria ou ruiria juntamente com a realidade que o havia criado e sustentado até então. As crises do governo também afetavam o CEBRAE, pois este se consolidou como órgão do governo e meio deste intervir na economia. Então, a partir do governo Sarney, com a redemocratização, o CEBRAE foi jogado ao pólo negativo do campo político e se associa a forças que estavam emergindo neste campo. Neste momento, o capital político adquirido anteriormente foi posto em jogo.

A emergência de novos atores políticos e novos temas econômicos (sendo um deles as MPEs) era utilizado para se contrapor ao governo. E o CEBRAE fica em um espaço social em que é apoiado tanto por defensores das MPEs (embora contrários ao governo) quanto por políticos da situação que reconheciam no CEBRAE importante instrumento de atuação dos governos estaduais. Pela visão dos seus membros, foi em um período de crise, de questionamentos quanto à existência do CEBRAE que este se unificou em torno de uma crença em comum: o valor das MPEs.

Como vimos, nas teorias das MPEs, vários arranjos organizacionais surgem a partir da década de 80 (por exemplo, cooperativas, incubadoras, APLs, etc) que dão base para se pensar nos pequenos negócios de modo positivo, e deles esperar o desenvolvimento social já que as grandes empresas não são mais estáveis para os trabalhadores. Com isso, as MPEs passam ao pólo positivo do pensamento social, portanto, para o CEBRAE, apoiar-se sobre esta convenção cognitiva é institucionalizar –se no pólo positivo. É o que acontece quando é transferido para o Sistema S. Garante-se, assim, a institucionalização deste processo por uma metáfora naturalizadora entre as MPEs e a organização do SEBRAE.

Ao que se refere às mudanças na forma de atuação, inicialmente, o CEBRAE foi um instrumento do mercado de crédito com papel de executor dos programas de crédito orientado. Sendo que o financiamento vinha do BNDE e bancos regionais, cabia ao CEBRAE avaliar e acompanhar os resultados obtidos pelos empresários. Desde este momento, o CEBRAE se posicionou dentro do mercado de crédito como um avaliador dos empresários. Considerando Becker, o empreendedor moral necessita criar meios de fiscalizar as ações daqueles a quem prescreve normas. Esta posição coloca o fiscal diante da ambigüidade de afirmar que pela sua atuação há melhoramentos e, ao mesmo tempo, continuar verificando a permanência dos problemas a serem combatidos.

Além disso, neste momento o CEBRAE não criava seus próprios produtos e serviços, mas sim, estava como um executor de programas que vinham do BNDE e do governo federal. Apenas veio a ofertar produtos próprios, além do crédito orientado, na década de 80 quando a crise orçamentária que enfrentou exigia que obtivesse recursos próprios ofertando serviços extras.

Mas a sobrevivência desta organização, como foi visto, não depende só de recursos financeiros, mas também de legitimidade perante o público. Para isso, o CEBRAE fez uso da mídia, promovendo campanhas de valorização das MPEs como forma de chamar clientes para o próprio CEBRAE. Esta crença manteve o CEBRAE conectado às aspirações

sociais, e permitiu que construísse a clientela para seus serviços e solidificasse a crença que justifica sua existência.

Além disso, sobrevive porque já havia adquirido capital político para atuar no campo político. Por exemplo, esteve presente em movimentos das confederações patronais em prol do primeiro Estatuto das Micro e Pequenas Empresas e, posteriormente, assessorou políticos na Constituinte. Por isso, foi possível que na década de 90, o SEBRAE propusesse um novo Estatuto e novo regime de tributação, se tornando também um formulador de programas de desenvolvimento para serem executados, agora, por entidades parceiras.

A passagem de CEBRAE para SEBRAE foi importante para colocá-lo como um empreendedor moral não apenas de função fiscalizadora. Assemelha-se, agora, a um tipo de cruzado virtuoso, pois, parte de seus serviços é aconselhar empresários, precisa partilhar da lógica empresarial e se distanciar da lógica do Estado (sem perdê-la). Pois, a lei da criação do SEBRAE define que sua atuação se mantenha vinculada às políticas governamentais. Esta posição dual tanto pode produzir críticas, mas também, permite que o SEBRAE jogue com diferentes tipos de capitais.

Já na fase SEBRAE, passa por outras críticas, mas desta vez elas não chegam a questionar sua existência. Esta já está garantida. Questiona-se, por exemplo, a origem dos recursos do Sistema S e seu montante total, e conseqüentemente, os recursos do SEBRAE. Mas como já foi visto, a sobrevivência do SEBRAE não se deve somente aos recursos monetários, pois a instituição está solidificada na estrutura cognitiva social, que aloca as MPES positivamente e, por conseguinte, a instituição que a representa. Também contam o capital político adquirido em anos anteriores. Pelas lutas políticas, o SEBRAE buscou em vários momentos redefinir e construir a objetivação da categoria das MPES. Assim, pela nomeação exerce o poder simbólico inerente a todo poder político, isto é, o poder de criar grupos.

Quando se questionou, no interior do próprio SEBRAE, qual seria seu público-alvo, o que estava em questão era manter a atuação restrita às MPES ou ampliá-la para outras categorias de negócios. Ao vencer esta segunda opção criou-se uma outra metáfora que liga estas outras atividades - como trabalho informal, turismo, artesanato, etc - à idéia de MPES. Ao mesmo tempo em que isso leva a uma legitimação destas novas categorias de atividade econômica também produz uma difusão de uma concepção de empresa (e de empresário) a atividades econômicas que não tem, de modo geral, formato empresarial.

É por isso que argumenta-se a respeito de uma transformação cultural na esfera econômica. Mas, é por isso (e apesar disso) que o SEBRAE se mantém como um

empreendedor moral que, para se justificar, precisa encontrar os defeitos da sua clientela e afirmar que está conseguindo melhorá-la.

Ao longo da primeira parte desta dissertação demonstra-se a história objetivada do CEBRAE e SEBRAE, ou seja, a formação da estrutura organizacional e jurídica. E que a trajetória desta instituição também se vincula às transformações econômicas e políticas pelas quais o Brasil passou. Mas, além disso, esta história objetivada foi construída por vários atores que fizeram parte do CEBRAE ou SEBRAE em cargos de decisão. E é pelos relatos destes indivíduos que podemos perceber as percepções de mundo que lhes guiaram as ações e (re)produziram disposições práticas próprias dos membros desta instituição. Por exemplo, as percepções sobre o empresário despreparado, sobre a capacidade do indivíduo para definir seus objetivos e a própria percepção da importância do SEBRAE como representante das MPEs.

Assim, pode-se dizer que esta é a história incorporada dos membros desta instituição, ou melhor, um *habitus* próprio dos membros do SEBRAE que vem se (re) produzindo desde a fase de CEBRAE ao longo dos trabalhos de orientação ao crédito e dos primeiros treinamentos com especialistas estrangeiros que tiveram por base o comportamentalismo, o qual veio a dar base para teorias do empreendedorismo atuais. Sendo assim, foi possível que num momento posterior, várias práticas fossem renomeadas pelo discurso do empreendedorismo. Assim, o que inicialmente servia para unificar estes profissionais em torno de um *ethos* profissional comum, posteriormente, se tornou uma predisposição que permitiu que o SEBRAE incorporasse de organismos internacionais o Empretec, um treinamento em empreendedorismo comportamental, a ser aplicado ao empresariado alvo. Isto não significa que exista uma intenção deliberada de “iludir o povo”, ao contrário, o empreendedorismo é antes uma crença daqueles que a difundem, como o cruzado virtuoso que pretende difundir a própria virtude aos demais.

Nota-se que este momento vem a coincidir com uma crise do SEBRAE quando este passava pela transição e consolidação dentro do Sistema S. E pelo Empretec obteve reconhecimento e estímulo financeiro da ONU, além disso, este programa viria a ser importante para unificar o sistema SEBRAE em torno de mesmos princípios, de uma mesma crença.

Neste momento, o empreendedorismo já havia passado pela fase de institucionalização dentro do mundo acadêmico e era difundido pelo viés comportamentalista por vários atores (gurus), permitindo guiar a ação do indivíduo não só na esfera econômica. No Brasil, também o empreendedorismo já tinha raízes plantadas através da temática de

criação de empresas. Tema este já de domínio do SEBRAE. Por isso, com a introdução do Empretec no SEBRAE cria-se mais uma metáfora a partir da qual iniciativas empresariais posteriores são comparadas e naturalizadas.

É interessante notar que, mais uma vez, antes de transmitir estas percepções ao público, o SEBRAE precisa incorporá-la treinando seus próprios consultores pelo Empretec. Isso porque para ser empreendedor moral precisa carregar em si a virtude que prega. A partir de então, a crença nas MPEs é renomeada para “empreendedorismo” e incorpora outros elementos como a tecnologia e o individualismo.

Tal retórica somente é incorporada ao SEBRAE na década de 90 quando este já tem a capacidade de massificar e popularizar conhecimento gerencial. Isto vem a construir uma identidade para o SEBRAE nesta fase, baseada nesta nova convenção social. O empreendedorismo, como meio de ressignificação da pequena empresa e do trabalho, valoriza, agora, também as atividades informais, os excluídos do mundo empresarial e banidos do mundo do emprego formal. Mesmo que as condições objetivas destas camadas sociais não se alterem profundamente, ao menos, muda-se a forma como são vistas socialmente, passam ao pólo positivo da sociedade ou, ao menos, têm esta possibilidade se o indivíduo for o responsável por sua própria mudança.

Ao traçar a história do Empretec têm-se os aspectos objetivados desta instituição. E, quando se toma o conteúdo das palestras podemos compreender os princípios da ética presente nos conselhos do SEBRAE, mas também, o *ethos* dos consultores que não só compartilham destes princípios que aconselha, mas dizem vivê-los. Assim, consegue-se melhor compreender as palestras dirigidas a alunos e aos docentes da UFSCar (a primeira relatada na introdução desta dissertação), assim como, as falas dos consultores. Estas palestras e treinamentos são tanto produtos ofertados pelo SEBRAE, mas também têm caráter de conselhos que contém as normas e valores de uma mudança em nível cultural.

Por isso, pode-se dizer que o *habitus* do consultor se construiu ao longo da história a partir das suas experiências com os empresários, com o contato com órgãos parceiros, também com as crises vivenciadas a partir do interior do próprio SEBRAE e da contraposição com outros grupos profissionais, como os auditores e os pesquisadores acadêmicos, os quais não compartilham dos mesmos valores, e também, a aproximação identitária com outros profissionais conselheiros como o padre e o médico.

Verificou-se que o conteúdo do empreendedorismo se baseia em uma ética individualista que vai organizar a relação dos indivíduos entre si e o mundo a partir de percepções acerca de qualidades individuais e não das relações sociais. O resultado desta ética

é a atribuição de todo fracasso ou sucesso ao próprio indivíduo. As 10 características do empreendedor podem ser comparadas a 10 mandamentos para alcançar o sucesso.

Assim como a religião no tempo de Weber, estes treinamentos, eventos, palestras, mídia, casos de sucesso, sejam conselhos ou rituais vêm propiciar uma crença que garanta a adesão voluntária dos indivíduos às atividades capitalistas assim como a construção de um *ethos*, ou seja, de disposições para que o indivíduo se adapte ao capitalismo atual. E, assim, produzir pouco a pouco uma mudança cultural que altera as práticas e as percepções acerca do mundo.

BIBLIOGRAFIA

Literatura acadêmica

ABRAMO, Laís e MONTERO, Cecília. A sociologia do Trabalho na América Latina: paradigmas Teóricos e Paradigmas produtivos. *BIB*, Rio de Janeiro, n.º.40, 2º semestre 1995, pp. 65-83.

ADDIS, K; GOMES, E. Corporativismo, liberalização e democratização: um estudo a partir dos serviços do Sistema S. In: ABREU, A. A. (org). *A democratização no Brasil atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALDRICH, H.E. "Entrepreneurship." In: SWEDBERG, Richard; SMELSER, Neil (org), *Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press and Russell Sage Foundation, 2004.

BARROS, Frederico Robalinho de, *Pequena e Média empresa e política econômica: um desafio à mudança*. Rio de Janeiro: APEC, 1978.

BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Márcia Bamdeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1977

BOLTANSKI, L; Chiapello, E. El Nuevo Espíritu del Capitalismo. In: *Cuestiones de Antagonismo*, Akal: Madrid, 2002.

BORTOLI NETO, Adelino. *O processo de criação de empresas industriais de informática: um estudo do perfil empreendedor e das facilidades e dificuldades relativas ao processo*. Doutorado USP Administração 1987.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Coisas ditas*. Cassia R. da Silveira (Trad.). São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004

_____. O campo econômico. In: *Política e Sociedade*.n.6, abril de 2005.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. (Org.); CASSIOLATO, J. E. (Org.); MACIEL, M. L. (Org.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo em Perspectiva*. v.17 n.3-4 São Paulo jul./dez. 2003

COLBARI, A. *A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira*, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade de Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004.

_____. *Trabalho, auto-emprego e pequeno negócio: reconfigurando as estratégias de capacitação profissional e de desenvolvimento local*. XXX Encontro Anual da Anpocs, 2006.

CYPRIANO, C. A. Pequena empresa, desenvolvimento social e ação institucionalizadora do Sebrae. Tese de Doutorado, Escola de Administração, UFBA, 2004.

DIMMAGGIO, Paul; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: DIMAGGIO, Paul; POWELL, W (orgs) *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991

DINIZ, C. H. V. *O sonho brasileiro revisitado: um estudo sobre empreendimentos e empreendedores*. Mestrado UFMG- administração, 1992.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DONADONE, Julio César. *Reestruturação produtiva e mudanças organizacionais: a difusão dos sistemas participativos na década de 1980*. São Carlos: UFSCar, 1996. Mestrado-UFSCar.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001

DOUGLAS, M. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

DURKHEIM, E. A divisão do trabalho social. IN: *Pensadores*, v.64. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 .

DUTRA, Ivan de Souza. *O perfil empreendedor e a mortalidade de micro e pequenas empresas londrinenses*. Mestrado Uem- administração 2002.

FLIGSTEIN, N. O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R, PEIXOTO, João(org). *A nova Sociologia Econômica*. Oeiras: Celta Editora, 2003

GOMES, Almiralva Ferraz. *O perfil empreendedor de mulheres que conduzem seu próprio negócio: um estudo na cidade de Vitória da Conquista. BA*. Mestrado UFBA- administração. 2003.

GRANOVETTER, Mark. The Economic Sociology of Firms and Entrepreneurs. In: SWEDBERG, R.(org.) *Entrepreneurship: the social science view*. New York: The Oxford University Press, 2000.

GREATTI, Ligia. *Perfis empreendedores: análise comparativa de trajetórias de sucesso e fracasso empresarial no município de Maringá*. Mestrado, Uem- administração 2003.

GRUN, Roberto. A Classe Média no mundo do Neoliberalismo. *Tempo Social*, São Paulo, v.10, n.1. pp. 143-163, 1998.

_____. Em busca da nova pequena burguesia brasileira. *Dados*, 2000, vol.43, no.2

HUCZYNSKI, A. *Management Gurus: what makes them and how to become one*. London and New York: Routledge. 1993

LEITE, José Luiz B. *Criação e desenvolvimento de micros, pequenas e média empresas industriais de Juiz de Fora*. Mestrado, FGV- RJ. Administração 1992.

LIPSET, Seymour M. Values and Entrepreneurship in the Americas. In: SWEDBERG, R.(org.) *Entrepreneurship: the social science view*. New York: The Oxford University Press, 2000.

LOPES, Eliana B. M. *O SEBRAE e as relações público - privado no Brasil*. Dissertação de Mestrado. UNESP/ FCLAR, 2001

LÓPEZ-RUIZ, O.J. *Da ética protestante ao ethos empresarial: “capital humano” e “empreendedorismo” como valores sociais*. Seminário CEBRAP, Fev/ 2007. Disponível em www.cebrap.org.br. Acessado em 23 de janeiro de 2008.

_____. *O “ethos” dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese doutorado em Ciências Sociais IFCH/ Unicamp. Campinas, SP. 2004.

MACHADO, Edílson Carlos. *O empreendedorismo no ensino de engenharia*. Mestrado – UFP. 1999.

MARCARINI, Ademir. *O empreendedorismo nos cursos de administração de Santa Catarina*. Mestrado. Universidade Regional de Blumenau. 2003.

MARQUES, Rafael. Os trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: Marques, R, Peixoto, João(org). A nova Sociologia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 2003

MARTELLI, C. G. *Auto-ajuda e gestão de negócios – uma parceria de sucesso*. Azougue editorial, 2006.

MARTES, A C. B. RODRIGUES, C L.. Afiliação Religiosa e Empreendedorismo Étnico: O Caso dos Brasileiros nos Estados Unidos. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Rio de Janeiro, v. 8, 2004.

MARTINELLI, Alberto. “Entrepreneurship and Management”. In SMELSER, Neil and SWEDBERG, Richard (editors). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press.1994.

McCLELLAND, David C.. *The achieving society*. New York: Free Press, 1967

MONTAÑO, C. *Microempresa na era da Globalização uma abordagem histórico-crítica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001

NORONHA,E.G. “Informal” Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nov. 2003 Vol. 20, nº 53.

OLIVEIRA, Cláudio Dipolito. *O papel da inovação no processo da estratégia: uma pesquisa qualitativa em empresas emergentes de base tecnológica no Brasil*. Doutorado, UFRJ - engenharia de produção, 2003.

PEDROSO NETO, A. J. *A reprodução da coesão organizacional na Amway*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais-UFSCAR. São Paulo: UFSCar, 2001.

PORTES, A. "The informal economy and its paradoxes", in N. SMELSER e R. SWEDBERG (orgs), *The handbook of economic sociology*, Princeton, Princeton University Press, 1996

POLANYI, K. The economy as instited process. In: GRANOVETTER, Mark; SWEDBERG, Richard (orgs). *The sociology of economic life*. Boulder: Westview Press, 1992

QUENTAL, Camila Muglia. *Equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal: a experiência de mulheres empreendedoras no Rio de Janeiro*. Mestrado UFRJ, Administração. 2003.

RALIO, VANISE R. Z. *Consultoria e Cooperativismo: cooperativa de consultores e espaço de consultoria brasileiro*. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção : UFSCar: 2007

RAMOS, Fernando Ferreira. *Principais características do empreendedor bem sucedido*. Mestrado Universidade de Salvador, Administração. 2003.

RAUD-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber uma análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20 n. 57 fev/2005.

SANTANA, Isabella A. *A relação entre micro e pequenas empresas de informação e a inovação tecnológica*. Mestrado UFBA. 2002.

SERVA, Mauricio. Contribuição da sociologia econômica à teoria das organizações. *Revista Sociedade Estado*. Vol. VXXVII (1). Brasília, 2002

SMELSER, N. e R. SWEDBERG. The sociological perspective on the economy in: *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press. 1994.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. Serie Economistas. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

SILVA, Nilson Carlos Duarte da. *Valorização da formação da cultura empreendedora dentro da universidade. Um estudo de casos: UFSC, UFMG e PUC-Rio*. (dissertação de mestrado – Dep Eng. Produção) São Carlos: UFSCar, 2002.

SOUZA NETO, Bezamat. *Contribuição e Elementos para um Metamodelo Empreendedor Brasileiro: O Empreendedorismo de Necessidade do Virador*. [Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro] COPPE, Rio de Janeiro, 2003.

TURNER, V. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1974.

_____. *Dramas, fields and methaphors: symbolic action in humam society*. Ithaca & London: Cornell University Press, 1974 (Cap. 1)

WANDERLEY, F. Pequenos negócios, industrialização local e redes de relações econômicas: uma revisão bibliográfica em sociologia econômica. *BIB*, Rio de Janeiro, n^o.48, 2^o semestre de 1999, pp. 15-49

WEBER, Max, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* . Brasília: UnB, 1991

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001

ZENORINI, Frederico. *Massificação da Consultoria*. (dissertação de mestrado) UFSCar: 2007.

Documentos:

Atos legais da constituição e transformação do Sistema SEBRAE 1994

Direcionamento Estratégico do Sistema SEBRAE 2003/2005

Direcionamento Estratégico 2007/2010

Impacto e imagem o Atendimento do SEBRAE-SP diante das necessidades das MPEs. 1999.

Mancuso, H. SEBRAE: 30 anos parceiro dos brasileiros.

O que é o SEBRAE?

Relatório de atividades 2001/2002

Relatório das atividades de 1999.

Revista SEBRAE. (números 1 a 19) Disponível: www.sebrae.com.br

Saiba tudo sobre o SEBRAE-SP 1996

SEBRAE 10 anos

SEBRAE-SP. Horizontes Ampliados 1999-2000

SEBRAE: mais ágil do que nunca

SEBRAE Catarinense

SEBRAE. Direcionamento Estratégico do Sistema SEBRAE 2006-a 2010. Brasília, junho 2005.

Disponível: www.sebrae.com.br/

SEBRAE. Sondagem Balcão SEBRAE: a voz e a vez dos pequenos empresários. Ed. SEBRAE, Vol 6, n. 6 setembro,1997. Disponível: www.sebrae.com.br/

Folha de São Paulo:

Alencar Burti. *A união que faz a diferença e a força*. Opinião. 06/02/2003

Influência. Caderno dinheiro.29/11/2002

Andréa Michael. *Regional paulista vive disputa em sua cúpula*. Brasil, 26/12/2001

Racha na direção do Sebrae-SP expõe fraude. Brasil. 07/10/2001

Eliane Cantanhêde. *Acordo Lula-FHC troca cúpula do SEBRAE*. Caderno Brasil. 16/12/2002

O que é o Sebrae? Brasil. 20/12/2001

Fernando Godinho. *FHC veta micro empresário no Conselho Deliberativo do SEBRAE*. Brasil. 7/12/1996

Laura Capriglione. *Ong ligada ao PT recebe apoio do SEBRAE*. Caderno Brasil. 22/08/2005

Marcio Aith. *Governo mantém apoio a nome lançado por confederações*. Brasil. 28/11/1996

Rui Noqueira, Renata Giraldi, Willim França. *Presidente vai insistir para ter civil à frente da Defesa*. Brasil.20/12/1998

Valdo Cruz, Fernando Godinho. *CNI pressiona e governo muda apoio*. Brasil.26/11/1996

Jean-Emile Denis, Antonio Luis Bullon, Sherif Kamel. EVALUATION OF UNCTAD EMPRETEC PROGRAMME. United Nations Conference on Trade and Development. 13 July 2000.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Geneva, 2004. ENTREPRENEURSHIP AND ECONOMIC DEVELOPMENT: THE EMPRETEC SHOWCASE.

United Nations Conference on Trade and Development. Implementation of the recommendations arising from the in-depth evaluation of the Empretec. Programme Progress report by the UNCTAD secretariat. 31 July 2001

Sites:

www.ibge.gov.br

www.inovar.org.br

www.gembrasil.org.br

www.empretec.org.ar/

www.unctad.org

ANEXO 1

Tabela comparativa das entidades do Sistema S

Entidade/ Lei de Criação	finalidade	Alíquota e incidência	Arrecadação em 1998 (R\$ mil)
Senai Lei n. 4048, de 22/01/42	Organização e contribuição de escolas de aprendizagem industrial, estendida às de transporte e comunicações.	1,0% incidente sobre o total da remuneração paga pelas empresas do setor industrial aos empregados	232.753
Sesi Lei n. 9403, de 25/06/46	Organização e contribuição de escolas de aprendizagem industrial, estendida às de transporte e comunicações.	1,5% incidente sobre o total da remuneração paga pelas empresas do setor industrial aos empregados e avulsos que prestem o serviço durante o mês.	299.063
Sesc Lei n. 9853, de 13/08/46	Aplicação em programas que contribuam para o bem estar social dos empregados e suas famílias, das empresas relacionadas	1,0% incidente sobre o total da remuneração paga pelas empresas comerciais aos empregados e avulsos que lhe prestem serviços	615.261
Senac Lei n.8621, de 10/01/46	Financiamento de atividades de organização e administração de escolas de aprendizagem comercial.	1,5% incidente sobre o total da remuneração paga pelas empresas do setor industrial aos empregados e avulsos que prestem o serviço durante o mês.	311.009
Incra Lei N. 2613, de 23/09/55	Aplicação na prestação de serviço social, no meio rural e em programas de aprendizado das técnicas no campo.	Contribuição básica: 2,5% paga pelas industrias relacionadas no 2. do Dec-Lei 1146/70, inclusive cooperativas de cana-de-açúcar, laticínio, Benefic. De café e de cereais.	241.013
Senar	Organização, administração e execução de ensino, da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural	2,5% incidente sobre o total de remuneração paga a todos os empregados pelas pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exercem as atividades agroindustriais, agropecuárias, sindicatos, federações e confederações patronais rurais, empresa associativa sem produção rural, agenciadora de mão-	38.773

		de-obra rural.	
Senat	Gerenciamento, desenvolvimento e execução de programas voltados à promoção social do trabalhador em transporte rodoviário e do transportado autônomo, nos campos de alimentação, saúde, cultura, lazer e segurança do trabalho.	1,0% calculado sobre o montante da remuneração paga aos empregados (no caso de empresa de transporte rodoviário) ou 1,0% calculado sobre o salário de contribuição previdenciária dos transportadores rodoviários autônomos.	45.289
Sest	Gerenciamento, desenvolvimento e execução de programas voltados à promoção social do trabalhador em transporte rodoviário e do transportados autônomo, nos campos de alimentação, saúde, cultura lazer e segurança do trabalho.	1,5% calculado sobre o montante da remuneração paga aos empregados (no caso de empresa de transporte rodoviário) ou 1,5% calculado sobre o salário de contribuição previdenciária dos transportadores rodoviários autônomos.	45.289
Fundo Aeroviário	Financiamento de atividades de ensino profissional aeronáutico, de tripulantes, técnicos e de especialistas civis.	Alíquota básica:2,5% incidente sobre o total de remuneração paga pelas empresas vinculadas ao setor aeroviário aos empregados e avulsos que lhe prestem serviço em cada mês.	35.622
DPC Lei n. 5461, de 25/06/68	Financiamento de atividades de ensino profissional marítimo.	2,5% incidente sobre o total da remuneração paga pelas empresas vinculadas ao setor marítimo aos empregados e avulsos.	19.920
Sebrae Lei n. 8029, de 12/04/90	Aplicação em programas de apoio ao desenvolvimento das pequenas e micro empresas.	Alíquota básica: 0,3% sobre o total das remunerações pagas pelas empresas contribuintes do SESI/ Senai e SESC/ SENac aos seus empregados.	571.921
TOTAL			2.478.516

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br acessado em 14/12/2006

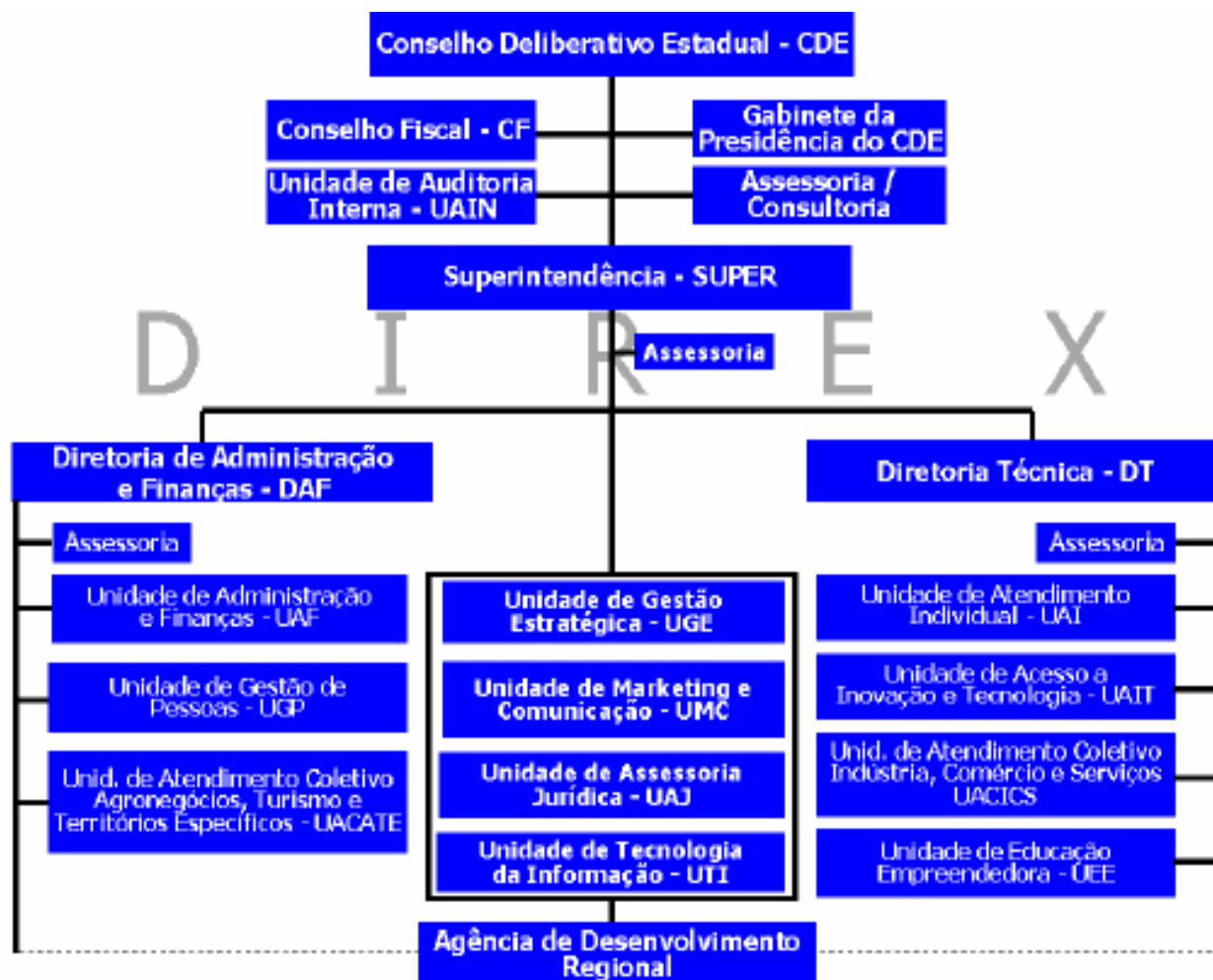
ANEXO 2

PRESIDENTES DO CDN		
<u>CEBRAE: sociedade civil ligada ao Ministério do Planejamento</u>		
ROBERTO PROCÓPIO DE LIMA NETTO	BNDE	1970/1972
ADMARO TERRA CALDEIRA	BNDE	1972/1974
VALTERNÔMEM COELHO DOS SANTOS	BNDE	1974/1976
ELCIO COSTA COUTO	IPEA	1976/1978
JOSÉ FLÁVIO PÉCORÁ	IPEA	1978/1980
JOSÉ FLÁVIO PÉCORÁ	SEPLAN	1980/1982
JOSÉ FLÁVIO PÉCORÁ	SEPLAN	1982/1984
<u>CEBRAE: autarquia do Ministério da Indústria</u>		
LUIS ANDRÉ RICO VICENTE	MIC	1986/1988
ROBERTO LAGO	MIC	1989
JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO	MIC	1988/1990
NELSON TAVARES FILHO	MEFP	1990
<u>SEBRAE: Serviço Social Autônomo</u>		
ANTONIO FÁBIO RIBEIRO	CNI	1990/1992
ANTONIO FÁBIO RIBEIRO	CNI	31/10/1990
GUILHERME AFIF DOMINGOS	CACB	27/10/1994
PIO GUERRA JÚNIOR	CNA	02/01/1997
PIO GUERRA JÚNIOR	CNA	11/01/1999
CARLOS EDUARDO MOREIRA FERREIRA	CNI	02/01/2001
ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO	CNI	02/01/2003
ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO	CNI	03/01/2005
ADELMIR ARAÚJO SANTANA	CNC	15/01/2007

DIRETORES - PRESIDENTES DO CEBRAE/SEBRAE	
<u>CEBRAE</u>	
VALTER DOS SANTOS	1976
MÁRIO ALTINO	1978
FERNANDO CARMONA	1980
PAULO ROBERTO NICOLLI	1984
ANTÔNIO GUARINO DE SOUZA	1986
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS DE OLIVEIRA ITAPARY	1986
PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA	1987/1989
PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA	1989
<u>SEBRAE</u>	
FLÁVIO RAMOS	1990/1992
CARLOS AUGUSTO BAIÃO	1992/1994
FERNANDO GIUBERTI NOGUEIRA	1994/1995
MAURO MOTTA DURANTE	1995/1999
JULIO SERGIO DE MAYA PEDROSA MOREIRA	1999/2002
SILVANO GIANNI	2003/2004
PAULO TARCISO OKAMOTTO	2004/2005
PAULO TARCISO OKAMOTTO	2005/2006
PAULO TARCISO OKAMOTTO	2006/2007

ANEXO 3

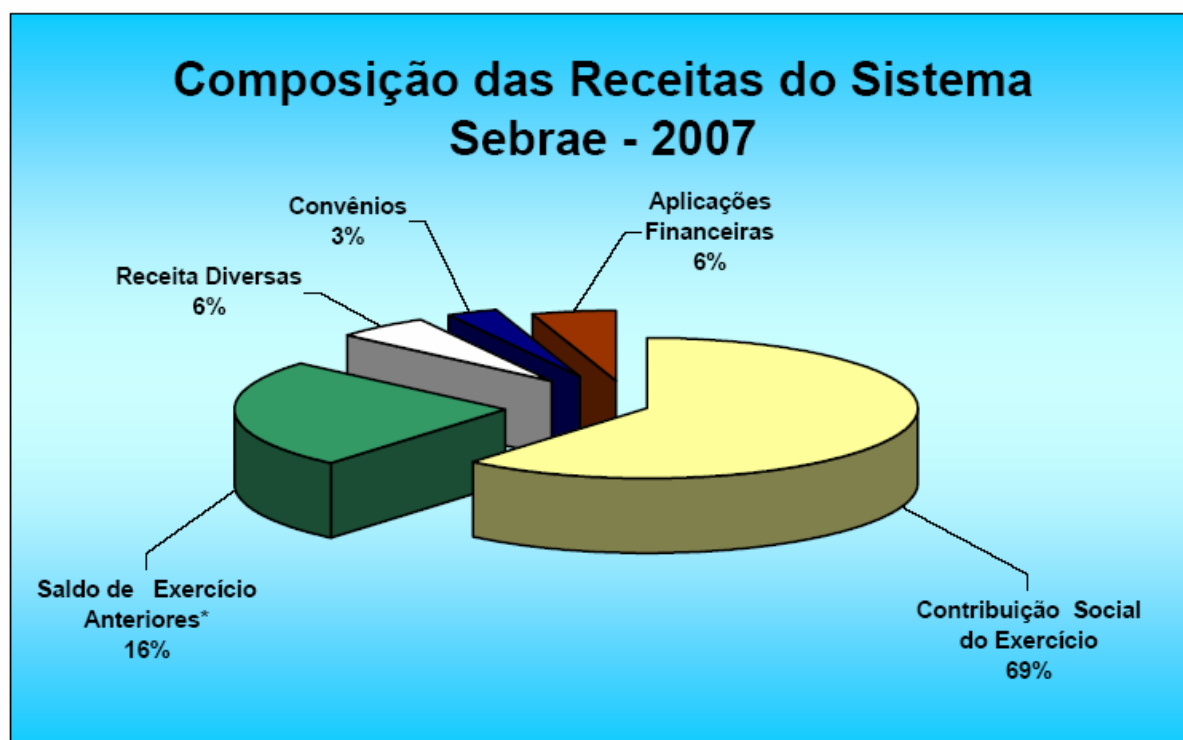
Estrutura Organizacional do SEBRAE



ANEXO 4

Composição das Receitas do Sistema SEBRAE 2007

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DO SISTEMA SEBRAE - 2007		
Receitas Previstas para o Exercício	R\$	%
Contribuição Social do Exercício	1.146.662	69%
Saldo de Exercício Anteriores	478.273	16%
Aplicações Financeiras	104.437	6%
Convênios	57.135	3%
Receitas Diversas	91.786	6%
Total	1.878.293	100%



ANEXO 5

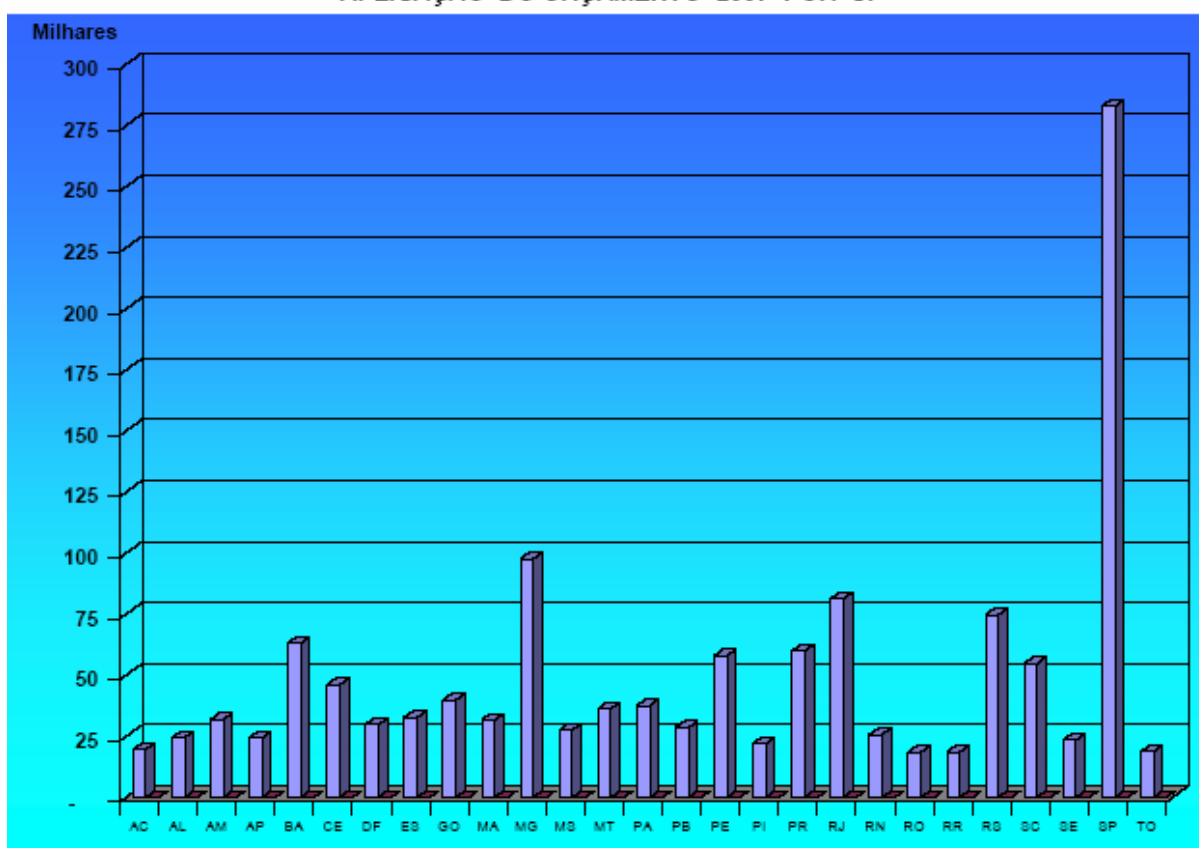
Aplicação do Orçamento por regiões e estados em 2007

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL EXERCÍCIO 2007

R\$ 1.000

REGIÃO	TOTAL	% Participação
SEBRAE NA	361.116	31,49
NORTE	102.881	8,97
NORDESTE	192.405	16,78
SUDESTE	299.558	26,12
SUL	112.981	9,85
CENTRO OESTE	77.721	6,78
TOTAL AGENTES	785.546	68,51
TOTAL GERAL (*)	1.146.662	100,00

APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO 2007 POR UF



ANEXO 6

Aplicação dos recursos em 2007

ORÇAMENTO 2007

R\$ 1.000

APLICAÇÃO DOS RECURSOS POR TIPOLOGIA		
TIPOLOGIA	R\$	%
Projetos Finalísticos	780.185	41,54%
Conhecimento e Tecnologia	303.870	16,18%
Articulação Institucional	157.040	8,36%
Gestão Interna	344.539	18,34%
Inversões Financeiras	292.660	15,58%
TOTAL	1.878.294	100,00%

